



1º CBSL

**Congresso Brasileiro
de Saúde em Libras**

**ANAIS DO 1º CONGRESSO
BRASILEIRO SAÚDE EM LIBRAS**

JUAZEIRO/BA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

**ANAIS DO 1º CONGRESSO
BRASILEIRO SAÚDE EM LIBRAS
1ª EDIÇÃO**

Charles Rosendo de Oliveira Muniz
Deuzilane Muniz Nunes
Karla Daniele de Sá Maciel Luz
(Organizadores)

JUAZEIRO/BA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

I Congresso Brasileiro Saúde em Libras (1. : 2018: Juazeiro).

A532 Anais do I Congresso Brasileiro Saúde em Libras, Juazeiro, BA [recurso eletrônico] / Organizado por Charles Rosendo de Oliveira Muniz, Deuzilane Muniz Nunes, Karla Daniele de Sá Maciel Luz. -- Juazeiro: UNIVASF, 2018.

178 p.: il.; 29 cm.

Vários autores
ISBN 978-85-5322-035-9

1. Libras e Saúde. 2. Linguagem de Sinais Brasileira. 3. Direito de Acesso à Saúde. 4. Formação de Profissionais de Saúde - Atendimento ao Surdo. 5. Congresso Brasileiro em Libras I. Muniz, Charles Rosendo de Oliveira. II. Nunes, Deuzilane Muniz. III. Luz, Karla Daniele de Sá Maciel. IV. Título. V. Universidade Federal Vale do São Francisco.

CDD 406.3

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima CRB-4/2097.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
ANAIS DO 1º
CONGRESSO
BRASILEIRO SAÚDE EM
LIBRAS (CBSL)

DATA DE REALIZAÇÃO
22 A 24 DE NOVEMBRO
DE 2018

INSTITUIÇÃO
Universidade Federal do
Vale do São
Francisco/Univasf
Reitor: Juliane Tolentino de
Lima
Vice-reitor: Télio Nobre Leite

COORDENADORA GERAL
DO 1º CBSL
Karla Daniele de Sá Maciel
Luz

COMISSÃO GERAL DE
ORGANIZAÇÃO DO 1º
CBSL
Karla Daniele de Sá Maciel
Luz
Jackson Roberto Guedes da
Silva Almeida
Patrícia Avello Nicola
Junnia Maria Moreira
Leonardo Trevisan Costa
Deuzilane Muniz Nunes
Marcelo Domingues de
Faria
Monica Aparecida Tomé
Marcia Medeiros de Araújo
Francisco Ricardo Duarte
Monica Cecilia Pimental de
Melo
Manoel Messias Alves de
Souza
Ramon Missias Moreira
Isaac Farias Cansanção
Leopoldina Veras
Sílvia Soares de Moares
Fernanda Patrícia Soares
Souto Novaes
Ana Dulce Batista dos
Santos
Maria de Fátima Paixão
Feitosa

Davi Figueiredo de Lima
Getro Barbosa Reis
Alisson Amorim
Wendell dos Santos Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA
DO 1º CBSL
Deuzilane Muniz Nunes
Maria Nacelha Ferreira
Oliveira
Thaís Rodrigues de Sá
Sâmara Viana Nascimento
de Araújo
Charles Rosendo de
Oliveira Muniz
Ingrid Araújo de Moraes
Mariana Amorim Alves
Keila dos Santos Rocha
Adriana Di Donato Chavesy
Desirée De Vit Begrow
Getro Barbosa Reis
Marcelo Domingues de
Faria
Isaac Farias Cansanção
Maria do Socorro Araújo de
Freitas
Rosicleide Araújo de Melo
David Fernando de Moraes
Neri
Diná Souza da Silva

COMISSÃO FINANCEIRA
DO 1º CBSL
Karla Daniele de Sá Maciel
Luz
Márcia Andréa de Souza
Silva
Maria Augusta Costa
Gomes
Lucimary Bezerra Florentino
Alves Serapião
Elaine Monalize Serafim de
Castro

COMISSÃO DE
LOGÍSTICA DO 1º CBSL
Jackson Roberto Guedes da
Silva Almeida
Francisco Everaldo Candido
Maria de Fátima Paixão
Feitosa
Josenice Barbosa
Gonçalves

Cassandra Marcia Pereira
Dos S. Nunes
José Walter Monteiro de
Carvalho
Herculano Nunes Lourenço

COMISSÃO DE
COMUNICAÇÃO DO 1º
CBSL
Milton Pereira de Carvalho
Filho
Marhla Assunção
Deivide Pablo Dias da Silva
Danielle Azevedo Torres

COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
(TRADUÇÃO/INTERPRETA
ÇÃO DE LIBRAS) DO 1º
CBSL
Davi Figueiredo de Lima
Eric Nascimento de Oliveira
Getro Barbosa dos Reis
Raquel Lopes de Souza
Santos
Francisco Everaldo Cândido
de Oliveira
Lisandra Alves de Sousa
Valdir Vieira Ligo
Carina Elida Luna Ligo
Ana Paula Cândido de
Sousa
Marli Gavioli
Marília Urçulino Gomes
Aline Cássia Silva Araujo
Claudia Farias de Cerqueira
Cristiane Sena Brito
Guilherme Bezerra Ribeiro
José Eudes Alves da Silva
Maisa Lima de Freitas
Souza
Neuraide Moraes Marinho
Raquel
Vivian Farias de Cerqueira
Luanderson Damião
Cristovão do Nascimento
Igor Jambeiro
Stefane Cristina da Silva
Souza
Maisa Lima de Freitas
Souza
Galtame Gabriela Targino
de Assis



Ricardo Vinicius Simões
Vieira

**COMISSÃO DE
ACESSEBILIDADE DO 1º
CBSL**

Milton Pereira de Carvalho
Filho
Eugênia Lourenço de Souza
Aidil Silva Conceição
Márcia Andrea Souza Silva
Érika Alves da Silva

**COMISSÃO DE
DIVULGAÇÃO E APOIO
DO 1º CBSL**

Alessandra Pereira de
Santana
Ana Lícia Pessoa Nunes
Andresa de Souza
Rodrigues
Artur Gabriel Gomes de
Moraes
Charles Rosendo de
Oliveira Muniz
Cibelle Nogueira Moreira
Danielle Azevedo Torres
Deivide Pablo Dias da Silva
Eddie Nara Dantas Passos
Rosa
Eugênia Lourenço de Souza
Gina Gabrielle Félix da Silva
Igor Jambeiro
Ingrid Araujo de Moraes
IslannyGrazielly Azevedo
Coutinho
Izabel Cristina Ferreira de
Carvalho
Joana Paula Gomes Alves
Karina Shayene Duarte de
Moraes
KayssaBrunielly Braga de
Souza
Keila dos Santos Rocha
Luana Paula Alves dos
Santos
Lucas de Lima Lourenço
Luiz Eduardo Santana
Mácia Andreza de Jesus
Santos
Maianne Luiza Santos
Pinheiro
Manassés Weliton da Silva
Cruz
Marcelino Saturnino da Silva
Filho

Mariana Amorim Alves
Marielly Falcão Lins
Marilia Urçulino Gomes
Mateus Alencar Ferreira
Mazda Andrezza Marins
Torres
Mirela Guimarães
Cavalcanti
Pedro Felipe Carneiro de
Jesus
Rafaela Clementino de
Carvalho
Raira Feitosa dos Santos
Renata Caroline da Silva
Lima
Renata Clesia Feitosa Viana
da Luz
Ricardo Vinicius Simões
Vieira
Taís Pereira Correia
Clementino
Tereza Raquel da Silva
Santos
Thais Rodrigues de Sá
Vitória Granja Alves
Waniara Sandy Alves dos
Santos
Weidjamire Galdino de
Oliveira

**COMISSÃO DE
TRANSPORTE DO 1º
CBSL**

Igor Jambeiro
Manassés Weliton da Silva
Cruz
Raira Feitosa dos Santos
Renata Clesia Feitosa Viana
da Luz

**COMISSÃO DE
RECEPÇÃO E
CRENCIAMENTO**

Alessandra Pereira de
Santana
Ana Lícia Pessoa Nunes
Islanny Grazielly Azevedo
Coutinho
Luana Paula Alves dos
Santos
Lucas de Lima Lourenço
Maianne Luiza Santos
Pinheiro

Tereza Raquel da Silva
Santos
Vitória Granja Alves

**COMISSÃO DE
ARRUMAÇÃO**

Artur Gabriel Gomes de
Moraes
Cibelle Nogueira Moreira
Eddie Nara Dantas Passos
Rosa
Joana Paula Gomes Alves
José Walter Monteiro de
Carvalho
Luiz Eduardo Santana
Manassés Weliton da Silva
Cruz
Mazda Andrezza Marins
Torres
Renata Caroline da Silva
Lima
Wendell dos Santos Silva

**COMISSÃO DE
MONITORIA E
EQUIPAMENTO**

Ana Flavia Freitas de
Carvalho
Charles Rosendo de
Oliveira Muniz
Gina Gabrielle Félix da Silva
Emanuella Ribeiro Felix
Ingrid Araujo de Moraes
Izabel Cristina Ferreira de
Carvalho
Lucimary Bezerra
Marcelino Saturnino da Silva
Filho
Mácia Andreza de Jesus
Santo
Maianne Luiza Santos
Pinheiro
Maria Lucicléa Barros
Mariana Amorim Alves
Mateus Alencar Ferreira
Mirela Guimarães
Cavalcanti
Pedro Felipe Carneiro de
Jesus
Rafaela Clementino de
Carvalho
Waniara Sandy Alves dos
Santos



Wendell dos Santos Silva

**COMISSÃO DE APOIO EM
LIBRAS**

Antonio Cardoso

Anderson Silva Santos

Carmela de Cássia Brito

Correia

Cristiane dos S. Brito

Emerson Henrique da Silva

Porfírio

Flavenilson Coelho Macedo

Francisco Eudes Leandro
da Silva

Helayne Alves Cardoso de
Moura

Janaína Gomes de Azevedo

Bruno Rogerio Teixeira Belo

Maria Helena Soares de

Oliveira

Maria Jael de Alencar

**COMISSÃO EDITORIAL
DOS ANAIS DO 1º CBSL**

Deuzilane Muniz Nunes

Thaís Rodrigues de Sá

Sâmara Viana Nascimento
de Araújo

Charles Rosendo de

Oliveira Muniz

Ingrid Araújo de Moraes

Mariana Amorim Alves

Keila dos Santos Rocha

Karla Daniele de Sá Maciel

Luz

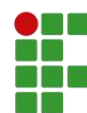
REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



UFBA



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano



1º CBSL

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) saúde é definida como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades". Nesse sentido saúde não é mais compreendida como ausência de doença; mas trata-se de bem-estar que compreende a integralidade do sujeito. Desse modo saúde é TUDO que constitui um sujeito e o insere no corpo social. A abrangência desse conceito também permite compreender que profissional de saúde não é necessariamente aquele vinculado uma área específica do conhecimento. Todo profissional que exerce sua função para com outros é, de certa forma, um profissional de saúde.

É exatamente com essa compreensão que estaremos realizando o **Congresso Brasileiro Saúde em LIBRAS** que objetiva atuar na formação de estudantes e profissionais de saúde, e das mais variadas áreas do conhecimento, no tocante ao atendimento digno à pessoa surda. Por atendimento digno entendemos o direito que o sujeito surdo tem de ser devidamente acolhido, em todas as áreas de saúde, através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Inúmeros são os casos e relatos de negligência e descaso a saúde da pessoa surda; não é raro sabermos de surdos que receberam diagnósticos errados, que foram motivos de piadas em atendimentos de saúde, surdos que pagam consulta, mas precisam levar um intérprete (por conta própria) ou um familiar... Nossa esperança é ver essa realidade mudar. Por isso esse evento contará com a presença de palestrantes surdos e de comunidades surdas das mais diversas partes do Brasil. Durante três dias estudantes e profissionais de saúde APRENDERÃO com os próprios surdos como se deve atender um surdo. Durante três dias ouvirão seus relatos, saberão de suas experiências, pois acreditamos que ouvir as vivências outras do outro nos ensina mais que qualquer livro... a melhor pesquisa, para quem trabalha com humanos, é ouvir e apreender as vivências desse próprio humano.... É com imenso prazer que abrimos as portas da universidade para que a comunidade surda entre e nos ensine o que precisamos saber e fazer para que nossas práticas em saúde sejam efetivamente inclusivas.

Profa. Dra. Karla Daniele de Sá Maciel Luz

Presidente da Comissão Organizadora

ÍNDICE

RESUMOS

Eixo I - Saúde em LIBRAS: direito de acesso a saúde integral da pessoa surda

ID 2: A DESCONSTRUÇÃO DA VISÃO CLÍNICO-PATOLÓGICA DE DEFICIENTE AUDITIVO	15
ID 4: O ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES SURDOS COM TRANSTORNO MENTAIS ..	17
ID 5: A SAÚDE SINALIZADA: ACOLHIMENTO E AUTONOMIA DO SUJEITO SURDO	20
ID 10: BULA DE MEDICAMENTO EM LIBRAS: TRADUÇÃO COMENTADA PARA INSTITUIR A ACESSIBILIDADE E O DIREITO LINGUÍSTICO DOS SURDOS NA SAÚDE	22
ID 14: LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NO CUIDADO A PESSOAS SURDAS ATENDIDAS NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA - HOSPITAL DAS CLÍNICAS-UFPE/EBSEH	24
ID 15: DA PARTICIPAÇÃO DO JURADO SURDO NA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	26
ID 16: ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE UM INSTRUMENTO DA SAÚDE PARA LIBRAS – A IMPORTÂNCIA DO TESTE PILOTO	28
ID 19: GRUPO DE INCLUSÃO DA PESSOA SURDA (GIPS) – UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE	30
ID 21: SEGURANÇA DO TRABALHO, SURDEZ, INCLUSÃO E MINERAÇÃO	32
ID 23: PROFISSIONAIS DA ODONTOLOGIA E PACIENTE SURDO - PERCEPÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA SOBRE MELHORIA.....	34
ID 27: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS COMO DISCIPLINA NOS CURSOS DE SAÚDE.....	36
ID 30: EMPATIA E INCLUSÃO SOCIAL: PARCERIA NO MEIO LABORAL	38
ID 32: A COMUNICAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE DA PESSOA COM SURDEZ SEVERA E/OU PROFUNDA	40
ID 36: LIBRAS NA GRADUAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	43
ID 38: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PARA DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS NOS EQUIPAMENTOS SUS E SUAS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO	45
ID39: RELATO DE EXPERIÊNCIA: SIMULAÇÃO DE UM ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA A PACIENTE SURDO	48

ID 40: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PARTO SINALIZADO EM BARBALHA-CE	50
ID 42: O SUJEITO SURDO E SAÚDE MENTAL RELATO DE UMA INTERVENÇÃO BIOPSISSOCIAL EM PSICOTERAPIA	52
ID 43: ICOM – A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES, COM ATENÇÃO ESPECIAL NA ÁREA DA SAÚDE	54
ID 46: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM EM CRIANÇAS SURDAS E FONOAUDIOLOGIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	57
ID 51: REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA FIGURAÇÕES CULTURAIS: SURDOS NA CONTEMPORANEIDADE (2008-2009). O QUE NOS APONTA SOBRE AS QUESTÕES DE SAÚDE?.....	59
ID 52: A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	61
ID 58: A LIBRAS COMO FERRAMENTA ASSISTENCIAL EM UM SERVIÇO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE AUDITIVA.....	63
ID 59: PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS PARA SURDOS: EXPERIÊNCIA DO USO DE LIBRAS NA PRÁTICA DE AÇÕES EDUCATIVAS	65
ID 60: IMPACTO NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA DA UFPE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS	67
ID 61: PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE CUIDADO HUMANIZADO A PESSOA SURDA	70
ID 62: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA O APRIMORAMENTO DA LINGUAGEM ORAL DE SURDO ADULTO BILÍNGUE COM IMPLANTE COCLEAR.....	74
ID 63: PAIS SURDOS, FILHO OUVINTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ATENDIMENTO FONOAUDIOLÓGICO. E AGORA?	77
ID 68: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTE COM SURDEZ EM UM SETOR DE GINECOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	80
ID 73: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE SAÚDE COM FOCO NA PESSOA SURDA: UMA BIBLIOMETRIA	82
ID 76: A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA DISCENTES DO CURSO DE MEDICINA.....	85
ID 79: ANATOMIA COM AS MÃOS – APRESENTAÇÃO DO CORPO HUMANO PARA A COMUNIDADE SURDA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	87
ID 81: DESAFIOS NO CUIDADO EM SAÚDE DA MULHER SURDA.....	89

ID 82: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CUIDADO AO SURDO	91
ID 85: ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DO ACESSO DOS USUÁRIOS SURDOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	93
ID 92: SURDEZ E SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ASPECTOS LEGAIS DO ATENDIMENTO AOS SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	95
ID 95: A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE MEDICINA ACERCA DE AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA A SAÚDE DO HOMEM COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	98
ID 98: PERCEPÇÕES DE UMA INTEGRAÇÃO ENTRE ALUNOS DE MEDICINA E A COMUNIDADE SURDA EM PARNAÍBA-PIAUÍ.....	100
ID 102: CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE MEDICAMENTOS: UTILIZANDO A LIBRAS PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS A SURDOS.....	102

Eixo II - Saúde e Educação: Intercessões possíveis

ID 6: APLICATIVOS TRADUTORES DO PORTUGUÊS PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), PARA USO DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DA SAÚDE	106
ID 8: LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: ANÁLISE DE CAMPANHAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA.....	109
ID 9: CONHECENDO O CONCEITO DE <i>BULLYING</i> E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	111
ID18: INTERFACE SAÚDE E EDUCAÇÃO: NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO ENTRE ÁREAS PARA A EFETIVA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	113
ID 22: SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM LIBRAS: ATENÇÃO À SAÚDE NA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE MOSSORÓ-RN.....	115
ID 26: JOÃO E MARIA EM ESCRITA DE SINAIS	117
ID 28: PROCESSOS TECNOLÓGICOS PARA ACESSIBILIDADE: CONSULTA DE PATENTES EM LIBRAS ...	120
ID 35: INCLUSÃO OU SEGREGAÇÃO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FLORESTA-PE.....	123
ID 44: INFLUÊNCIA DO ESTRESSE, DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO NA ATENÇÃO DO ESTUDANTE SURDO	126
ID 45: INFLUÊNCIA DO PAIS - PROJETO PARA ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E SUPORTE A FAMILIARES DE CRIANÇAS SURDAS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE FONOAUDIOLOGIA	129

ID 47: COMO ESTOU? PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE AVALIAÇÃO EM SALAS INCLUSIVAS....	131
ID 53: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA – SENTIMENTOS, VIVÊNCIAS E OLHARES.....	133
ID 56: RESSIGNIFICANDO O LUGAR SOCIAL DA PESSOA SURDA: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA BILÍNGUE	135
ID 64: A LITERATURA SURDA E A SAÚDE EMOCIONAL DA CRIANÇA SURDA	137
ID 65: CURSO DE LIBRAS PARA TRABALHADORES DA SAÚDE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DE SAUDE PÚBLICA DO SUS-BA.....	140
ID 66: MOTIVAÇÃO ESCOLAR EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.....	142
ID 71: PROJETO ASAS - ACESSIBILIDADE NA SAÚDE EM ATENDIMENTO AOS SURDOS EM LAVRAS/MG	145
ID 72: ANÁLISE DE UM PROFESSOR SURDO E ALUNOS OUVINTES DAS LICENCIATURAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO- UFRPE, <i>CAMPUS SEDE</i>	148
ID 77: MINUTO EM LIBRAS: DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NO MEIO ACADÊMICO	150
ID 78: A PERCEPÇÃO DO DISCENTE DOS CURSOS DE SAUDE SOBRE O ENSINO DE LIBRAS DURANTE A GRADUAÇÃO	152
ID 84: PROJETO DE VIDA COM ALUNOS SURDOS E OUVINTES	155
ID 87: CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS GRADUAÇÕES EM SAÚDE EM UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	157
ID 88: PRIMEIRO CONTATO COM A LIBRAS EM FARMÁCIA: A SAÚDE VAI MUITO MAIS ALÉM	159
ID 91: DAS BOCAS ÀS MÃOS MEXEDEIRAS: MARCAS CULTURAIS E IDENTITÁRIAS NA LITERATURA SURDA	161
ID 93: O ENSINO DE LIBRAS NA ÁREA DE SAÚDE APÓS DECRETO 5626/2005: POR QUÊ?	163
ID 97: AUTOCONCEITO E HABILIDADES SOCIAIS EM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	165
ID 100: ESCRITA DE SINAIS E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO A PARTIR DA VIVÊNCIA NA DISCIPLINA DE LIBRAS	167
ID 101: ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES SURDOS - UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO SERTÃO PERNAMBUCANO	169
ID 103: A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO CLÍNICO NO ATENDIMENTO À PESSOA COM SURDEZ	171

ID 104: Práticas Pedagógicas para Educação Bilíngue em Comunidade Surda: IPAESE 173

Eixo III - Saúde, Esporte e Lazer: Pelo acesso em LIBRAS

ID 13: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNDO ENXADRÍSTICO.... 176

ID 50: REDES SOCIAIS NO PROTAGONISMO DA PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA SURDOS..... 179

**Eixo I - Saúde em LIBRAS: direito de acesso a saúde integral
da pessoa surda**

ID 2: A DESCONSTRUÇÃO DA VISÃO CLÍNICO-PATOLÓGICA DE DEFICIENTE AUDITIVO

ANA FRANCISCA FERREIRA DA SILVA¹; Lívia Gomes¹
Autor para correspondência: aninha.franci@hotmail.com

¹Universidade Federal do Amazonas – UFMA.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Saúde; Cultura surda.

INTRODUÇÃO

Na história das sociedades sempre existiram padrões pré-moldados relacionados aos aspectos socioculturais e biológicos aceitos dentro da normalidade, elencados com conjuntos de regras para assim classificá-lo. Grupos sociais que apresentam divergência do modelo padrão, eram relacionados a representações negativas, como problemas para serem resolvidos. Em indivíduos surdos a ausência da audição é o ponto de gatilho para que sua comunicação embasada na visuo-espacialidade seja considerada anormal dentro de uma sociedade que se comunica principalmente pela fala oral. Essa visão clínico-patológica sobre o sujeito surdo perpetuou um discurso errôneo do dentro da sociedade, sendo percebido apenas pela “ausência” de fala oral, como um ser incapaz de atingir seu desenvolvimento intelectual sem a oralização.

Publicações de ciências biológicas, sempre usaram o termo deficiente auditivo para fazer menção ao surdo, evidenciando sempre a ausência e a necessidade correção desse problema. Strobel (2008) descreve que :“A concepção clínico-patológica concebe a surdez como uma deficiência a ser curada através de recursos como: treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o Implante Coclear etc. .Nos cursos para a formação na área da saúde, o termo deficiência é muito utilizado, para representar a relação do uso das funções biológicas, sejam físicas ou intelectuais dos indivíduos, definindo-os assim como os sujeitos normais com alguma limitação, ou seja, deficientes. Dessa forma a audição toma a dimensão de característica biológica deficitária nos surdos, caracterizando-o como deficiente auditivo.

OBJETIVOS

Apresentar a mudança da percepção da autora sobre o indivíduo surdo, resignificando seu discurso de profissional da saúde ao ingressar em curso da área de Ciências Humanas.

DESENVOLVIMENTO

A produção deste relato perpassa relacionar os fatos da história de vida da autora, identificando fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, utilizando também uma breve pesquisa qualitativa e explicativa, dentro da abordagem dialética. O ingresso da pesquisadora no curso de Letras Libras, um curso da área de Ciências Humanas, permitiu uma visão ampliada com aprofundamento de conhecimentos sobre aspectos culturais do povo surdo, e o porquê do uso deste errôneo conceito de deficientes auditivos, identificando alguns dos fatores que contribuíram para esse estigma de incapacidade.

Durante a graduação de Bacharel em Fisioterapia, a pesquisadora encontrou referencial teórico de base científica para o uso dessa terminologia errônea de deficientes auditivos, proposto pelos cientistas médicos, que desconsideravam a existência de outras Língua, como modalidade visuo-espacial- Libras, para estabelecer comunicação, ou seja, a existência de uma cultura surda. Esse discurso se perpetuou por anos, sendo comum encontrarmos falas de profissionais como...”a surdez afeta a comunicação”,

“ele é mudinho”, “faz mímica que eles entendem”, ... “ele não escuta coitadinho, como se comunica? ”, propagando na pesquisadora a imagem da surdez, como algo limitador, deixando o “corpo incapaz” para usar qualquer linguagem (DALCIN,2009).

CONCLUSÃO

Dentro deste estudo a pesquisadora mostrou sua mudança de perspectiva ao entrar em contato com todos os aspectos socioculturais do povo surdo, que tem como principal artefato cultural sua Língua, embasada e reconhecida oficialmente por apresentar característica visuo-espacial, transpondo os limites do som para que existam suas produções. Houve uma desconstrução do discurso baseado na visão medicalizada, aceitando a presença de outras culturas além da baseada na presença do som.

REFERÊNCIAS

DALCIN, Gladis. Apostila Psicologia da Educação da UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina Curso de Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2009.

STROBEL, Karin L As imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Ed. da UFSC,2008.

MEURER, J.L.; DELLAGNELO, Adriana.Kuerten. Análise do Discurso. Universidade Federal de Santa Catarina Curso de Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2008.

ID 4: O ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES SURDOS COM TRANSTORNO MENTAIS

Maria Aparecida de Almeida Araujo¹
Autor para correspondência: ostsukaraujo@gmail.com

¹Universidade Federal do Amazonas – UFMA.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos; Assistência de Enfermagem; Transtorno Mentais.

INTRODUÇÃO

Bem, primeiramente, é preciso compreender, por meio das atividades investigativas da Educação continuada dos profissionais da saúde, como a língua brasileira de sinais-Libras interfere na atenção básica de saúde e evoluir com o agravamento do paciente que resultará em internações permanentes e por fim ocasionará o isolamento.

O atendimento em Libras pelos profissionais da Psiquiatria na aplicabilidade dos sinais para compreender os sinais e sintomas relevantes para proporcionar cuidados adequados aos surdos em relação à evolução clínica no processo de atenção humanizada dos profissionais da saúde aos pacientes surdos com transtorno mentais. Ademais entender como a equipe de saúde desempenha suas atividades quando o paciente surdo se encontra em crise mentais.

OBJETIVOS

Analisar a atenção dos profissionais da atenção básica com os pacientes surdos internados em hospital psiquiátrico da rede pública de São Luís/MA

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência sobre aos serviços de saúde no HNR, em São Luís – MA, com 10 profissionais de saúde e 30 pessoas surdas no período de 01 a 30 de abril de 2017.2, a partir de um formulário com perguntas claras e objetivas referentes aos serviços de saúde em que os participantes da pesquisa já foram atendidos, respeitando os aspectos éticos vigentes.

Atenção em Saúde Mental no Sistema Único de Saúde

Os serviços de saúde mental surgem em vários municípios do país e vão se consolidando como dispositivos eficazes na diminuição de internações e na mudança do modelo assistencial. No âmbito do Ministério da Saúde, a Coordenação-Geral de Saúde Mental situa-se no Departamento de Ações Estratégicas (DAPE), subordinado à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

Os NAPS/CAPS foram criados oficialmente a partir da Portaria GM 224/92 e eram definidos como “unidades de saúde locais/regionalizadas que contam com uma população definida pelo nível local e que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar.

O primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Brasil foi inaugurado em março de 1986, na cidade de São Paulo a criação desse CAPS e de tantos outros, com outros nomes e lugares, fez parte de um intenso movimento social, inicialmente de trabalhadores de saúde mental, que buscavam a melhoria da assistência no Brasil e denunciavam a situação precária dos hospitais psiquiátricos.

Surdez X Depressão

A surdez muitas das vezes guardam alguma semelhança a depressão no que diz respeito aos sintomas, logo tanto a segregação comunicacional como a depressão afetam diversas áreas da vida do paciente, comprometendo suas atividades pessoais e sociais. Podemos agrupar esses sintomas em 5 áreas distintas: humor, cognição ou pensamento, aspectos somáticos, expressão corporal e vida social.

Segundo a (OMS), aproximadamente 15% da população brasileira possui algum tipo de deficiência auditiva, sendo os surdos os que encontram maior dificuldade de inclusão social, pois a audição é um sentido fundamental para obtenção e uso da linguagem.

A Humanização dos Serviços de Enfermagem

A humanização no tratamento do paciente é fundamental, visto que a ausência de políticas pública de prevenção das doenças e tratamentos das já existentes na comunidade da classe de estudo configura uma violação da dignidade da pessoa humana. Logo, a importância da humanização dos profissionais de enfermagem no diagnóstico de iniciais dos surdos proporcionarem um tratamento que leve em conta à totalidade do indivíduo.

O atendimento de saúde deve pautar-se na Política Nacional de Humanização (PNH), que se intensifica na humanização das práticas de gestão e de atenção nos modos de conduzir e o cuidar do indivíduo de forma diferenciada para igualá-los, conforme, a 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2000, intitulada qualidade e humanização da atenção à saúde com controle social, o Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar.

A Comunicação em Língua de Sinais no Atendimento dos Surdos

A forma inadequada nos atendimentos preventivos gerar a ineficácia das ações de atendimento dos surdos e aumenta o número de caso de doenças crônicas, demonstrando o abalamento de um dos pilares da construção democrática de atendimento no Sistema Único de Saúde negligenciando a saúde integral e de qualidade.

O serviço de saúde em especial, os atendimentos na atenção básica de saúde, por sua vez, possuem importância crucial para redução das doenças crônicas e suas complicações, pois o atendimento na língua a qual o paciente conhece pelo profissional de saúde pode ser definido como o resgate do respeito à vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais, psíquicas e emocionais presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dificuldade na comunicação ainda é um entrave na assistência em saúde nos atendimentos o que gerar a ineficácia das ações de atendimento e aumenta o número de caso de doenças mentais, demonstrando o abalamento da reforma psiquiátrica. Os resultados revelam que dos 30 entrevistados 95% apresentavam surdez profunda, 25% já ficaram internados e 80,5% utilizam hospital público, 90% encontraram dificuldades no atendimento à saúde, 62% dos profissionais não conhecem a língua de sinais e 72% teme a possibilidade de atender um surdo em crises psiquiátricas.

CONCLUSÃO

Constatou-se que a realização deste estudo foi importante e oportuna, pois conhecer as dificuldades no atendimento à saúde dos pacientes surdos com transtorno mentais é imprescindível para garantir a qualidade do tratamento.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área da saúde como fator de inclusão social. **Rev. Esc. Enfermagem USP**. v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005. p. 37-61.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

GUARIENTE, JULIO CESAR ARROYO. **Depressão: dos sintomas ao tratamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GROSSI JÚNIOR, R.U; SANTOS, D.A.S. **Utilização da Língua Brasileira de Sinais no Atendimento aos Surdos / Deficientes Auditivos como Forma de Humanização da Enfermagem**. Revista virtual de cultura surda e diversidade. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=191>>, acesso em 03/02/2017.

ID 5: A SAÚDE SINALIZADA: ACOLHIMENTO E AUTONOMIA DO SUJEITO SURDO

ANA FRANCISCA FERREIRA DA SILVA¹; Fábio Tadeu Cabral Stoller¹
Autor para correspondência: aninha.franci@hotmail.com

¹Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Educação em Saúde; Acolhimento.

INTRODUÇÃO

O acesso à saúde é direito fundamental do ser humano, sendo assim, deveria garantir nos serviços de saúde, um acolhimento com comunicação capaz de estabelecer vínculo; Nessa perspectiva trouxemos para a discussão o atendimento de pessoas surdas, que possuem Língua Oficial do Brasil, a Libras, um direito conquistado do uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, direito assegurado pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005), sugerindo o questionamento que motivou essa pesquisa desenvolvida do PIBIC UFAM 2017/2018, de identificar as terminologias, ou, signos linguísticos de saúde relacionados ao tema “outubro Rosa” e “novembro Azul” em Língua de Sinais Brasileira – Libras.

OBJETIVOS

Prover informações de saúde nos temas “outubro Rosa” e “novembro Azul” em Língua de Sinais Brasileira – Libras, onde estas assumiriam, o papel de promover a autonomia dos sujeitos, reforçando a participação da população como corresponsável pela manutenção de sua saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um recorte da pesquisa de PIBIC 2017/2018 da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, de natureza qualitativo-quantitativo, onde com a necessidade de promover a autonomia dos sujeitos, reforçando a participação da população como corresponsável pela manutenção de sua saúde, desenvolveu-se uma pesquisa buscando em provedores de busca na internet, glossários lançados no YouTube, as terminologias escolhidas para um trabalho inicial de educação em saúde sobre a saúde da mulher e do homem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Elegemos para utilização e referência o Glossário Temático sobre o Câncer, disponibilizado pelo Ministério da Saúde, dos quais selecionamos de 66 termos científicos. Desde 66 termos somente 15 possuíam registro disponíveis e acessíveis a qualquer usuário de internet em Libras.

CONCLUSÃO

O direito Linguístico da pessoa surda precisa ser respeitado, por isso se faz necessário a produção de materiais em Libras, para as ações de educação em saúde desenvolverem a autonomia e empoderamento desses cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Acessibilidade em Unidades Básicas de Saúde. Disponível em: <http://www.bvms.saude.gov.br>. Acesso em: 22/02/2017

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/02/2017

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Língua de Sinais e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22/02/2017

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Decreto de Lei nº 5.626 de 22 de abril de 2005. Regulariza a Lei 10.436 e 10.098 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em: 22/02/2017

ID 10: BULA DE MEDICAMENTO EM LIBRAS: TRADUÇÃO COMENTADA PARA INSTITUIR A ACESSIBILIDADE E O DIREITO LINGUÍSTICO DOS SURDOS NA SAÚDE

Núbia Flávia Oliveira Mendes¹; Markus Johannes Weininger²; Neuma Chaveiro
Autor para correspondência: nubiaflavia2@gmail.com

¹Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos; Direito Linguístico; Bula.

INTRODUÇÃO

Os surdos, a grande maioria filhos de pais ouvintes, desde criança, têm o português de forma aprendida e imposta, não naturalmente como adquirem e desenvolvem sua língua materna, a Libras - Língua Brasileira de Sinais. Para exemplificar a barreira que os surdos enfrentam em relação ao aprendizado da língua portuguesa, segue o que foi analisado por Quadros: “A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a língua de sinais.” (1997, p. 27). A Libras é a língua materna dos surdos, no entanto, apenas o reconhecimento da língua não é o bastante. As práticas sociais precisam ser modificadas, especialmente na área da saúde, onde os surdos vêm encontrando barreiras de comunicação, pois a falta de compreensão dos efeitos colaterais dos medicamentos pode impedir a qualidade de vida dos usuários surdos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Propor estratégias de tradução para a adequação de acesso dos surdos às informações centrais de identificação e uso correto de medicamentos, na sua língua.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar as necessidades tradutórias para tornar possível aos surdos a utilização da bula do medicamento em Libras, diminuindo riscos que uma interpretação equivocada pode trazer para a saúde.
- Traduzir uma bula de medicamentos de acordo com os pressupostos da tradução funcionalista.
- Mostrar os procedimentos tradutórios para alcançar a tradução bem-sucedida das informações centrais de identificação e uso de medicamentos para a Libras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa baseia-se metodologicamente pela abordagem funcionalista apresentada por Nord (2016), na qual a autora contextualiza a teoria e a prática tradutória, apresentando os pressupostos metodológicos de tradução e a análise extratextual, posteriormente a análise intratextual, fontes deste estudo. Nesse sentido, serão expostos o segmento metodológico e a análise, bem como norteará os processos tradutórios, onde o texto e o público de chegada serão fontes principais e determinantes do método e das estratégias utilizadas (REISS; VERMEER, 1984a, p.114). Esse estudo contemplará, ainda, a pesquisa exploratória com ênfase na tradução comentada, seguindo o modelo de tradução de Nord.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado parcial da proposta está sendo realizado um protótipo, em fase de construção, haja visto que a pesquisa de mestrado está em andamento, que será concluído em 2019. A aplicação do produto está em negociação com indústrias farmacêuticas para possível disponibilidade no mercado. Esse protótipo será demonstrado mediante às traduções com foco funcionalista, da língua portuguesa para a Libras, de três bulas de medicamentos: Dipirona, Dropropizina e Rinosoro. Para que a acessibilidade das informações seja identificada terá o símbolo "Acessibilidade em Libras", com assinatura completa nas caixas dos medicamentos, de modo que muitos usuários desconhecem a Libras, poderão então, apresentar e divulgar à sociedade. Esse símbolo representa o sinal da Libras escrito abaixo da imagem icônica, em língua portuguesa: "Acessível em Libras - Língua Brasileira de Sinais". Já nas bulas, o símbolo sem assinatura contemplará os usuários que já estão familiarizados (UFMG, 2012).

Para realizar a tradução comentada das bulas e das caixas de medicamentos, comporão-se treze passos, incluindo as ações anteriores e posteriores do percurso tradutório. Após os procedimentos, os usuários surdos terão acesso às informações contidas nas bulas, através do QR-Code. Nesse sentido, se faz necessário, a priori, que instalem no aparelho com internet, um aplicativo compatível ao tipo de dispositivo que leia o formato do código. Após isso, o surdo apontará a câmera do aparelho na imagem do QR-Code e automaticamente o leitor de código de barras identificará o link que o levará às informações em Libras, viabilizando, portanto, os objetivos expostos.

CONCLUSÃO

Em processo de discussão durante o trabalho sobre a necessidade de informação e direito linguístico dos surdos, percebe-se ainda a falta de material propriamente dito, portanto em pesquisas futuras vê-se a necessidade de orientar a Comunidade Surda sobre o uso correto de medicamentos. Não se trata de traduzir a bula como gênero, mas de orientar sobre algo tão importante para a vida. Espera-se, inclusive, a criação de materiais de orientação de bulas em Libras em formato QR-Code. Assim, visa-se a compreensão, a segurança na saúde dos surdos e a autonomia ao acessarem a bula, em sua língua.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE, N.C. Símbolo Acessível em Libras. Minas Gerais: UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/marca/libras/images/MANUAL_acessivel_em_libras_.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

NORD, C. Análise textual em tradução: bases, métodos e aplicação didática. São Paulo: Rafael Copetti, 2016. QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. REISS, K.; VERMEER, H. J. *Grundlagen einer allgemein Translationstheorie*. Tübingen, 1984.

ID 14: LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NO CUIDADO A PESSOAS SURDAS ATENDIDAS NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA - HOSPITAL DAS CLÍNICAS-UFPE/EBSERH

Mônica Mota Silveira¹

Autor para correspondência: monicamsilveira@hotmail.com

¹Hospital das Clínicas - Universidade Federal de Pernambuco

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Libras; Psicologia

INTRODUÇÃO

A surdez, nas diversas sociedades, apresenta-se como um aspecto limitante no estabelecimento e desenvolvimento das relações interpessoais em virtude da necessidade da participação ativa dos dois sujeitos envolvidos neste processo de comunicação. É basilar a existência de uma predisposição e uma disponibilidade de ambos os sujeitos participantes deste processo para que a comunicação efetivamente aconteça; o ouvinte, por sua vez, precisa se apropriar da língua natural daquele sujeito surdo para se comunicar. É capital compreender que a maioria dos surdos se encontram à margem da sociedade, oclusos em um ciclo de relações restrita à outras pessoas surdas, sem a possibilidade de expansão dos relacionamentos e de participação dos eventos e fatos ocorridos a sua volta. O surdo sofre a discriminação por ser surdo e este fator é diariamente reforçado por suas vivências.

O SUS - Serviço Único de Saúde tem como um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei 8080 [BRASIL, 1990] a *Universalidade* de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e a *Igualdade* de assistência à saúde sem preconceitos ou privilégios. Indo na contramão desta lei, a maioria dos serviços públicos e privados de saúde não estão capacitados para o atendimento de pessoas surdas.

Os itens I e II do Código de Ética do Psicólogo estabelecido na Resolução n 10/2005 [BRASIL, 2005]- Conselho Federal de Psicologia, elenca como princípios fundamentais, dentre outros: I - O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal de Direitos Humanos; II - O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para eliminação de quaisquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir de uma demanda crescente de pessoas surdas identificadas no Espaço de Acolhimento e Cuidado às Pessoas Transexuais e Travestis - ESPAÇO TRANS do Hospital das Clínicas da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco - foi iniciado um processo de inserção neste novo mundo, nesta nova cultura, nesta nova língua para dar início ao acompanhamento psicoterapêutico a estas usuárias; a partir daí, e da divulgação da existência de um profissional habilitado em Libras, as demandas aumentaram e foram para além do Espaço Trans, avançando para as enfermarias gerais do hospital e para o ambulatório geral de psicologia e de outras clínicas.

OBJETIVOS

- Fazer germinar e disseminar uma semente nos mais diversos profissionais da área de saúde acerca da necessidade do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para consumir o acolhimento necessário e devido às pessoas surdas, no processo de inclusão e de garantia de direitos;

- Sinalizar a importância e a emoção vivenciada pelas pessoas surdas diante da possibilidade da oferta de uma escuta psicológica por um profissional habilitado em LIBRAS;
- Anunciar e desvelar a emoção do profissional ao sentir-se participante ativo deste processo de inclusão, respeitando, desta forma, os princípios fundamentais do Código de Ética do profissional de Psicologia e os Princípios Fundamentais estabelecidos no SUS.

DESENVOLVIMENTO

A partir da inserção das usuárias surdas no serviço do Espaço Trans, e a compreensão por parte delas de que um profissional apresentava a disponibilidade e disposição no aprendizado de libras, a efetiva participação delas neste processo de aprendizado e comunicação mostrou-se bastante significativa: forneceram uma cartilha com os sinais, apresentaram o aplicativo que realizava tradução simultânea de português para libras e se dispuseram a ensinar os sinais.

A assimilação, por parte das usuárias surdas, da existência de um espaço apropriado para expressão dos sentimentos e emoções, foram exteriorizados nos discursos a seguir “...Eu estou triste,..., quero conversar” , “ preciso falar hoje” ou “... meu coração não está bem hoje,..., quero falar com você, ou ainda “ aqui eu consigo falar minhas angústias”; e esta assimilação está refletida no aumento da demanda espontânea pela escuta profissional do psicólogo das usuárias surdas já inseridas no serviço. Aliado a isto, ocorreu um crescimento da demanda de pacientes surdos ainda não inseridos neste serviço, e também de pacientes surdos no ambulatório geral de psicologia, na busca de orientação ou acompanhamento profissional. É importante destacar que a efetivação deste espaço de escuta psicológica consolidou-se antes da fluência total da nova língua. As pessoas surdas eram atendidas através de demanda espontânea, do agendamento das consultas com a psicologia e em atendimento as solicitações de interconsulta das enfermarias do hospital.

CONCLUSÃO

Ofertar um atendimento em Libras é comunicar para o surdo que ele é uma pessoa valorosa em nossa sociedade, que merece respeito e tratamento digno como todas as outras pessoas. É respeitar a diferença do ser humano e oportunizar o acesso ao serviço de saúde. Participar deste processo de inclusão, ofertando a escuta psicológica para os surdos é grandioso e encantador; perceber que o surdo está se sentindo ouvido, acolhido no seu sofrimento e que você está possibilitando isso enquanto profissional é uma emoção sem tamanho. Perceber a implicação do surdo no decorrer de todo o processo de aprendizagem de libras, a partir da percepção que tiveram do interesse da profissional no aprendizado da nova língua, indica o abismo existente na comunicação e a consequente exclusão dessas pessoas em nossa sociedade.

APOIO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS /UFPE - Universidade Federal de Pernambuco EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Brasília-DF

BRASIL, Resolução nº 10, de 21 de julho de 2005 do Conselho Federal de Psicologia - Aprova o Código de Ética Profissional de Psicologia, Brasília-DF

ID 15: DA PARTICIPAÇÃO DO JURADO SURDO NA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI

Fernando Della Latta Camargo¹
Autor para correspondência: fdlc@hotmail.com

¹Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco - titular no Tribunal do Júri de Petrolina/PE

PALAVRAS-CHAVE: júri; jurado; surdo.

INTRODUÇÃO

A partir da observação no Foro de Petrolina/PE, trabalhamos com a noção de que apesar de ser concebido pelo legislador como órgão democrático, o Tribunal do Júri encontra-se estruturado de forma a não concretizar a participação do surdo como julgador. O presente trabalho visa lançar um olhar sobre a temática da inclusão social do jurado surdo no tribunal popular, assim como a imperiosa previsão e provimento do cargo de profissional de Língua Brasileira de Sinais - Libras como instrumento condutor de prestação positiva no âmbito do poder judiciário.

OBJETIVOS

Especificamente, suscitar a reflexão e ação concreta de operadores de direito, profissionais de saúde, agentes facilitadores, mediadores e proponentes de medidas de políticas públicas, notadamente, a partir do vetor constitucional preconizado no art. 5º, inciso II, da CF/88 (princípio da isonomia), de modo a instar o judiciário a respeito da inclusão do tema na proposta orçamentária, bem como a indução da estruturação de quadros funcionais de servidores públicos como capacitação em Libras, mediante a disponibilização de tecnologia, com vistas a efetivar a atividade finalística do jurado surdo na sessão do júri.

DESENVOLVIMENTO

O relato de experiência apresenta enfoque no atual estado de ineficiência do sistema jurídico brasileiro, contado desde o não recrutamento do jurado surdo pelo judiciário e, conseqüentemente, até a sessão popular do júri, sem a presença da pessoa surda como julgadora, gize-se, também desprovida de auxílio de intérprete em Libras, em franco abalo aos pilares democráticos e plurais, razões sociais de existência do Tribunal do Júri.

Em breve digressão ao passado, impende registrar que, no dia 25 de agosto de 2009, após rígido processo legislativo, em duplo turno nas duas Casas Legislativas, o Presidente da República, amparado no art.5º, §3º, da Constituição Cidadã, editou o decreto nº 6.949/2009, restando internalizado com estatuta constitucional no ordenamento jurídico pátrio, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em 30 de março de 2007 em Nova Iorque.

Com efeito, como vetor de intenções, o art. 1º do decreto adrede mencionado preconizou que uma das principais facetas da Convenção é a busca pela acessibilidade que possibilite à pessoa, no caso, surda, gozar de todos os direitos ofertados pela legislação, e, assim, vivenciar a integração social.

Destarte, da interpretação literal dos arts. 1º e 13, itens 1 e 2 do decreto nº 6.949/2009, extrai-se como postulado inabalável que o sistema legal internacional, referendado pelo Brasil, contemplou o fundamento jurídico de validade da participação do surdo como jurado, bem como a garantia de estrutura comunicacional para o real acesso dessa pessoa ao assento de julgador no Tribunal do Júri.

Na legislação interna, o Código de Processo Penal apregoa no art. 436, *in verbis*: *O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.*

Do exame da legislação e "transporte" ao mundo fenomênico, todavia, verificamos de forma continuada e não convocação do surdo e nesse diapasão vale um breve comentário sobre o procedimento de alistamento de jurado. Senão vejamos: inicialmente, o judiciário local publica no átrio do Fórum informações a respeito da habilitação como jurado voluntário, assim como remete comunicação formal aos órgãos públicos, entidades privadas e associações, cujo teor versa a respeito da requisição de nomes de cidadãos idôneos para composição da lista de jurados.

De posse das respostas, o judiciário pesquisa os antecedentes criminais das pessoas preliminarmente habilitadas e, por derradeiro, faculta a oportunidade do exercício da impugnação pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública/OAB.

Na função diuturna como Promotor de Justiça com atribuição exclusiva na Vara Privativa do Tribunal do Júri, restou possível identificar dois obstáculos de cunho administrativo organizacional, a saber: o primeiro consiste na falta de prévia articulação do judiciário com institutos, associações ou órgãos congêneres para o encaminhamento de listas contento nomes de pessoas surdas com o escopo do exercício temporário da função de jurado e, o segundo, a falta de previsão de concurso público para profissionais em Libras nos quadros do judiciário, o que exigiria a simultânea formação do chamado parque tecnológico com a finalidade de ofertar ao jurado surdo o mecanismo auxiliar por intérprete com formação específica e, portanto, o real acesso comunicacional à sessão do Tribunal do Júri.

CONCLUSÃO

A legislação abarcou a função do surdo como jurado decisório a respeito da responsabilidade criminal do réu pela prática de delito intencional contra a vida de outrem. A implementação de política pública acolhedora desse direito, no entanto, exige prestação positiva por parte do Estado para alcançar a democrática e isonômica participação de todos os cidadãos no Conselho de Sentença do Júri.

Nessa senda, forçoso reconhecer a necessidade de atuação resolutiva dos órgãos legalmente existentes (Ministério Público, Defensoria Pública, pessoas jurídicas de direito público interno, fundações e associações), como forma de diagnóstico do problema e proposição de soluções. Nessa senda, como medida direta e dotada de eficácia, preconizo a expedição de comunicação regular destinada aos grupos de organização sociais integrados por surdos, acompanhada da requisição de nomes de pessoas para efetiva contribuição no Tribunal do Júri de Petrolina/PE, bem como ações concretas para compelir o Estado a estruturar em número certo e com competências estabelecidas em lei, o cargo de agente público especializado na Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A partir de iniciativas reais e inclusivas, o surdo integrará o Conselho de Sentença de modo contínuo e certamente contribuirá com a justiça criminal brasileira, assistido por profissional no plenário do julgamento até a sala especial de votação, nos termos do artigo 485 do Código de Processo Penal.

REFERÊNCIAS

BARROS, F.D. **Manual do Júri**. Leme: JH Mizuno, 2017.

CUNHA, R.S. **Tribunal do Júri**: procedimento especial comentado por artigos. Salvador: Juspodvim, 2016.

RANGEL, P. **Tribunal do Júri**: visão linguística, histórica, social e jurídica. São Paulo: Atlas, 2018.

ID 16: ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE UM INSTRUMENTO DA SAÚDE PARA LIBRAS – A IMPORTÂNCIA DO TESTE PILOTO

Luana Foroni Andrade^{1,2}; Maria Helena Barbosa²
Autor para correspondência: luanaforoni@gmail.com

¹Universidade Federal de Sergipe - UFS; ²Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de sinais; Tradução; Inquéritos e questionários.

INTRODUÇÃO

A oferta de instrumentos de avaliação e diagnóstico traduzidos para língua de sinais e adaptados às pessoas surdas promove maior autonomia e equidade de acesso às ações de saúde e serviços com proposta efetivamente inclusivas. Estudos voltados à tradução e adaptação de instrumentos para língua brasileira de sinais (LIBRAS) no campo da saúde são apontados na literatura como escassos (ANDRADE et al. 2016). Este fato destaca a necessidade urgente de desenvolvimentos de estudos metodológicos de adaptação e validação de instrumentos à essa população. Em uma recente revisão de literatura, foi proposta uma metodologia baseada em evidências para tradução de instrumentos na área da saúde para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (ANDRADE et al. 2018). Essa proposta está em processo de validação, sendo algumas etapas já concluídas por seus pesquisadores.

OBJETIVOS

Descrever as necessidades de adaptações apontadas durante o processo de teste piloto de um instrumento voltado ao funcionamento ocupacional traduzido e adaptado para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de uma metodologia baseada em evidências para tradução de instrumentos na área da saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa faz parte de um projeto de natureza metodológica prospectiva com tradução e adaptação transcultural do português brasileiro para a Língua Brasileira de Sinais de um instrumento de avaliação do funcionamento ocupacional, com início em agosto de 2016. A metodologia referida possui como etapas: tradução (tradutores com perfis heterogêneos), etapa de síntese das traduções, etapa de retrotradução, etapa de revisão por juízes (validação aparente e de conteúdo com análise semântica), etapa de teste-piloto e versão final do instrumento em Língua Brasileira de Sinais em vídeo. O estudo obteve aprovação em comitê de ética e pesquisa CAEE 29502114.9.1001.5154, Plataforma Brasil, bem como financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ-01710-14/2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o teste piloto, para além das modificações apontadas no processo anterior de validação aparente e de conteúdo como: modificação do pronome; substituição de sinais; uso de datilografia; entre outros, os participantes desta fase, que foram dez pessoas surdas levantadas em uma amostra por conveniência do tipo bola de neve através de um contato com uma associação de surdos local, indicaram a necessidade de utilização da versão online em LIBRAS do instrumento, através de equipamentos com maior velocidade de internet, bem como acréscimo de legenda para maior contextualização dos sinais por surdos com identidade híbrida ou familiarização com o português.

CONCLUSÃO

A pesquisa está na fase de validação preditiva e por grupos conhecidos, além do teste de confiabilidade. Até o momento, os resultados parciais apontaram que o teste-piloto foi crucial para a realização das fases posteriores, sendo seus ajustes satisfatórios para a validação com a população.

APOIO

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Foroni; CASTRO, Shamyry Sulyvan. Saúde e surdez: instrumentos de pesquisa em língua de sinais. *Medicina*, Ribeirão Preto, v. 49, n. 2, p.175-84, 2016. Disponível em: <<http://revista.fmrp.usp.br/2016/vol49n2/REV2-Saude-e-surdez-instrumentos-de-pesquisa-em-lingua-de-sinais.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

ANDRADE, Luana Foroni; BORGES, Kátia Ariana; FERREIRA, Maria Beatriz Guimarães, FELIX, Márcia Marques dos Santos; CASTRO, Shamyry Sulyvan; BARBOSA, Maria Helena. Translation Methods of Instruments to Sign Language: An Evidence-Based Proposal. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 26, n. 4, p. e2210017, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400504&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: ago. 2018.

ID 19: GRUPO DE INCLUSÃO DA PESSOA SURDA (GIPS) – UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE

Luana Foroni Andrade¹; Scheila Faria de Paiva¹
Autor para correspondência: luanaforoni@gmail.com

¹Universidade Federal de Sergipe - UFS

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Inclusão; Serviços de saúde

INTRODUÇÃO

Dados do último Censo Demográfico fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) apresentam que 23,9% da população brasileira declararam apresentar alguma deficiência, sendo que 9,7 milhões de pessoas (5,1%) teriam deficiência auditiva e 344,2 mil se declarariam surdas (0,2%). A comunidade surda amplia essa estimativa demográfica, pois envolve pessoas surdas, familiares, profissionais e usuários da língua de sinais compreendendo a pessoa surda para além da deficiência auditiva, mas como pessoa que possui características específicas com elementos culturais singulares. A população surda, ao longo da história, tem sido negligenciada e excluída em diferentes espaços, especialmente nos espaços de saúde. A participação social restrita neste campo leva a um impacto direto na saúde e bem-estar. Assim, os profissionais e gestores da saúde devem buscar iniciativas de inclusão na tentativa de equacionar problemas e efetivar propostas para oferta de oportunidades a todos. Ações multidisciplinares e interdisciplinares passam a ser cruciais no apoio e suporte a estas comunidades, oferecendo ações efetivas que garantam acesso e inclusão.

OBJETIVOS

Promover a inclusão de pessoas surdas em diferentes serviços de saúde e na comunidade.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um projeto cuja finalidade é constituir ações de inclusão da pessoa surda no município de Lagarto/SE e região com envolvimento de toda a comunidade surda, discentes, profissionais, familiares e comunidade em geral, através de estratégias metodológicas de aproximação com conceitos, discussões, vivência e sensibilização em diferentes espaços. O projeto tem como meta articular ações entre pessoas surdas e ouvintes para promover inclusão social a partir de estudos, capacitações, atendimentos grupais e ações na comunidade. Para tal, são realizados encontros semanais em um centro de atendimento especializado à saúde em grupo promovido por equipe interdisciplinar com profissionais da saúde, além de docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) dos cursos de terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, medicina e membros da comunidade surda. Nestes encontros são elaboradas propostas de ações de inclusão, vivências e dinâmicas para ventilação de emoções e manejo de frustrações. Além destes encontros, propostas de intervenções de inclusão na comunidade e em serviços de saúde são realizadas através de ações de sensibilização mensais ou bimestrais no território para inclusão da pessoa surda em espaços como hospitais, universidades, unidades de saúde, centros de atendimento especializado à saúde, entre outros. Há ainda a proposta de oferecimento semestral de capacitações para profissionais da saúde e membros da comunidade em geral voltados à cultura surda, necessidades em saúde da população surda e noções básicas da LIBRAS.

CONCLUSÃO

Toda comunidade tem sido beneficiada com o fortalecimento da comunidade surda na região do projeto a partir das ações de sensibilização para os elementos da cultura surda, sobre a importância da LIBRAS e da inclusão, promovendo aumento na participação social em diferentes espaços e criando uma rede de apoio e referência aos membros da comunidade surda.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96 - 20 de dezembro de 1993. Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ID 21: SEGURANÇA DO TRABALHO, SURDEZ, INCLUSÃO E MINERAÇÃO

Ivo ferreira de souza junior¹; Rozangela Maria de Sá Almeida²
Autor para correspondência: ivofsjr@gmail.com

¹Engenheiro de Segurança do Trabalho; ²Assistente Social

PALAVRAS-CHAVE: Mineração; Surdez; Segurança Do Trabalho.

INTRODUÇÃO

A mineração é a primeira atividade de exploração de recursos minerais, compreendendo desde a pesquisa geológica até o beneficiamento dos bens minerais, a fim de utilizá-los para criação de utensílios e ferramentas. Como toda atividade, a mineração possui seus riscos, e de acordo com a NR-04 (MTE), ela está enquadrada como grau de risco máximo (Grau IV) (MTE, 2016). Assim classificada, as precauções devem ser bem estruturadas e repassadas para toda a população inserida no seu contexto. A partir da publicação da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, Art. 93, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas (BRASIL, 1991). Com isto, as empresas de mineração passaram a contratar pessoas com deficiência física de vários tipos, inclusive surdos. Conforme informação coletada por Lima et al., (2006) a surdez é classificada em perda da captação do som, seja desde a concepção do ser ou instaurada no percurso da vida. Já em 2015 foi promulgada a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Diante destas leis promulgadas e perante a dificuldade em se reconhecer e comunicar com a pessoa surda, surge uma problemática principalmente no tocante à segurança do trabalho, onde este Setor deve procurar e propiciar novas metodologias e técnicas para o entendimento da população surda.

OBJETIVOS

O presente trabalho é um relato de experiência realizado do período de novembro de 2015 a julho de 2017, o qual foi realizado numa empresa de mineração no interior do norte do Estado da Bahia. O objetivo específico deste trabalho foi de proporcionar um ambiente inclusivo para a comunidade surda existente na empresa, a fim de difundir as boas práticas de segurança do trabalho e a internalização destes conceitos pelos surdos, de forma lúdica e participativa.

DESENVOLVIMENTO

Na empresa em questão não havia intérpretes de LIBRAS, para facilitar a comunicação entre os sujeitos surdos e os ouvintes, tornando-os vulneráveis socialmente, segregando-os. Assim, emergiu a necessidade de uma intervenção, a fim de incluir estes indivíduos nas normas internas e legislações a respeito da segurança do Trabalho, bem como a participação deles em eventos promovidos internamente.

Na empresa supracitada, a comunidade surda presente era composta de oito pessoas, onde dentre estas, três não sabiam o idioma LIBRAS. Todas estas pessoas trabalhavam dispersas em várias áreas diferentes, a saber: refeitório, manutenção mecânica e elétrica, almoxarifado e administrativo. E mesmo tendo a avaliação médica como deficiente auditiva, havia uma delas que não se reconhecia como tal e se negava a aprender LIBRAS, pois, alegava envergonhar-se da sua deficiência, perante os demais, mesmo utilizando aparelho auditivo.

Partindo da premissa que todo colaborador deve ser treinado na sua atividade a ser desenvolvida, como é possível treinar uma pessoa surda sem os devidos materiais e conhecimentos do idioma usado por ela? Como treinar efetivamente e não só ocasionar ruídos de comunicação?

Para melhor compreensão de como se deu a inclusão destes atores dentro da mineradora, e simultaneamente a percepção e internalização da cultura de segurança do trabalho por parte deles, segue um breve histórico das ações tomadas pelo Gestor da Segurança do Trabalho da empresa.

Todos os dias o almoxarife, surdo, precisava trocar informações com o Setor da Segurança do Trabalho, na figura do então Gestor de Segurança. Isso se tornou um grave problema, a medida que a informação não conseguia ser entendida integralmente, só através da linguagem escrita, mesmo o surdo sabendo um pouco de leitura labial.

A partir do momento que isto acontecia e concomitantemente não se dispunha de intérprete de LIBRAS para auxiliar aos ouvintes, o Gestor da Segurança pediu o apoio dos surdos para aprender LIBRAS. Iniciando o aprendizado do idioma, praticando diariamente e em vários momentos do dia, sempre desenvolvendo vocabulário, semântica e expressões corporais. Em pouco mais de seis meses, já era possível realizar o primeiro Diálogo Diário de Segurança totalmente em LIBRAS, com a ajuda dos colaboradores surdos.

Um ano depois, iniciou a tradução de palestras e anúncios internos da empresa. E por fim, até treinamentos foram possíveis de serem ministrados para a comunidade surda de forma lúdica. Realizando a integração desta comunidade nas diretrizes básicas de Segurança e Saúde do Trabalho, a fim de se manter o comprometimento e visão sistêmica deste conteúdo em seus comportamentos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é observável que mesmo com a imposição legislativa às empresas, a pessoa com deficiência ainda é vista como um ser dotado de limitações, por vezes até mesmo nem são vislumbrados como potenciais atores para o crescimento da empresa. As empresas corroboram com uma prática discriminatória e segregativa, não dispendo de colaboradores interessados em comunicar-se de forma efetiva com os surdos para promover a prática integrativa e de inclusão conforme emana a lei. É neste momento que os profissionais a frente dos Setores devem procurar os meios e dispositivos acessíveis para uma efetiva comunicação, como também socializar-se com a população surda, para compreender qual abordagem é melhor, trocando experiências e desenvolvendo aptidões no idioma LIBRAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, Art. 93.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Lima, D. M. et al. (2006). *Educação infantil: saberes e práticas de inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez*. Brasília: MEC.

Norma Regulamentadora NR-04. (s.d.). Acesso em 01 de julho de 2018, disponível em Ministério do Trabalho: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR4.pdf>>

ID 23: PROFISSIONAIS DA ODONTOLOGIA E PACIENTE SURDO - PERCEPÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA SOBRE MELHORIA

Morgana Manoela da Silva¹; Anderson José de Andrade¹; Fellipe da Silva Matos¹; José Allyson da Silva¹; Allisson Onildo¹

Autor para correspondência: morgana.manoela@gmail.com

¹Universidade Federal do Pernambuco – UFPE

PALAVRAS-CHAVE: Odontologia; Surdo; Libras.

INTRODUÇÃO

A humanidade enxergou que é preciso agregar benefícios àquelas pessoas que, por algum motivo, não têm conseguido melhores resultados frente aos desafios da modernidade. E as profissões de saúde, inclui-se aqui a Odontologia, precisam tomar este novo rumo apontado pelas necessidades sociais. O número de pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas no Brasil é de 14.495.684, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE/2010 (BRASIL, 2010). Grande parte desse grupo utiliza a língua de sinais para se comunicar, porém a grande maioria dos profissionais de Odontologia não tem domínio desta forma de comunicação. O que corresponde a 14,5% da população brasileira. Para que a comunicação seja eficaz é necessário que seja estabelecido vínculo entre locutor e interlocutor, e que se reconheça não apenas o objetivo da locução, mas também a intenção, de maneira que a comunicação seja estabelecida eficientemente. A comunicação através da língua de sinais é importante no atendimento a pacientes surdos (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009), sendo assim a língua brasileira de sinais - Libras - é uma forma de comunicação que deve ser conhecida para melhorar a qualidade deste atendimento. Este trabalho pretende discutir sobre a importância de comunicação para o sucesso do atendimento odontológico, destacando a necessidade de os profissionais de odontologia terem conhecimento sobre os pacientes que fazem uso da Libras.

OBJETIVOS

- Abordar a importância do conhecimento da LIBRAS para eficácia no tratamento odontológico.
- Destacar as principais expressões e palavras utilizadas na abordagem clínica ao paciente e identificar a abrangência de tais vocábulos na Libras.
- Destacar a Libras nos cuidados na Odontologia para promoção e prevenção e tratamento da saúde bucal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos indexados nas plataformas, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System* on-line (MEDLINE), bem como através da busca manual das referências de artigos selecionados e livros. Foram utilizadas palavras-chave indexadas aos descritores em saúde: surdos, surdez, comunicação, odontologia, Libras. A pesquisa é restrita a artigos escritos em português. Não foi estabelecido tempo (ano) para as pesquisas desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O encontro clínico entre o profissional da saúde e a pessoa surda normalmente acontece fora dos padrões esperados na rotina de qualquer profissional; indivíduos surdos e profissionais se veem diante de limitações que dificultam o vínculo a ser estabelecido entre eles. Esse aspecto se agrava se for considerado o fato de que a Língua de Sinais quase sempre é desconhecida pelos profissionais de saúde. Para muitos, a solução encontrada está na solicitação da presença do intérprete da Língua de

Sinais como mediador, o que implica na inclusão de uma terceira pessoa nesta relação (CHAVEIRO, 2007; BARBOSA, 2003; CHAVEIRO et al 2010). Paciente precisa entender e ser entendido. A confiança no profissional é fundamental, logo comunicar-se é uma forma de inserção no seu mundo. Deve ser utilizado, preferencialmente, padrões de procedimentos que facilite o atendimento, dentre eles a utilização de comunicação em libras, para atendimento ao paciente surdo. Quando um intérprete não estiver disponível, recomenda-se que o profissional esteja no campo visual do paciente e use gestos e expressões faciais, figuras, modelos, diagramas e desenhos que estejam relacionados com a mensagem. Além destas recomendações, é importante também explicar todos os procedimentos antes de iniciá-los. A linguagem corporal e expressões faciais são fundamentais na interação profissional-paciente (FERREIRA; HADDAD, 2007). Em 2006, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Promoção da Saúde que tem como um de seus três eixos o Pacto em Defesa da Vida, que, por sua vez, tem entre suas macroprioridades prover especial relevância no aprimoramento do acesso e da qualidade dos serviços prestados no Sistema Único de Saúde (SUS) com a ênfase no fortalecimento e na qualificação estratégica da Saúde da Família; a promoção, informação e educação em saúde, entre outros (BRASIL, 2006). Quando o surdo busca atendimento de saúde e está com sinais clínicos de doença, é mais fácil para o profissional detectar o que está ocorrendo; porém, em doenças sem causa aparente, em que é necessário coletar, de modo ampliado, a história do paciente, a situação torna-se mais complicada. O atendimento à pessoa surda é um desafio para os profissionais da saúde e para o próprio surdo. O uso da linguagem verbal precisa ser substituído por outro recurso de comunicação, a Língua de Sinais. Sendo a LIBRAS a língua pela qual o surdo se expressa, os profissionais da saúde, especialmente os que trabalham em centros especializados na assistência à pessoa surda, necessitam estudá-la ou pelo menos adquirir noções básicas da Língua de Sinais. Ademais, os profissionais da saúde precisam conhecer as particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda, sem o que não conseguirá desenvolver habilidades comunicativas que favoreçam as relações interpessoais (CHAVEIRO et al., 2010).

CONCLUSÃO

Os profissionais de odontologia devem estar capacitados para o atendimento de pacientes surdos, visto que a comunicação entre cirurgiões-dentistas e os pacientes é de extrema importância. Há alguns sinais em LIBRAS voltados para a área odontológica e aos cuidados em saúde bucal, porém é necessário criar sinais não existentes e agrupá-los em um material para melhor atendimento ao paciente surdo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Alves et al. Língua Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem. **Rev. enferm. UERJ**, v. 11, n. 3, p. 247-251, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE**. Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoa com deficiência, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/http://deficientefisico.com/resultados-do-censo-2010-feito-pelo-ibge-sobre-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 13 agosto 2018.

CHAVEIRO, Neuma et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 4, 2010.

HADDAD, A. S.; MCD, Ferreira. Deficiências sensoriais e de comunicação. **Haddad AS. Odontologia para pacientes com necessidades especiais. São Paulo: Santos**, p. 253-61, 2007.

ID 27: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS COMO DISCIPLINA NOS CURSOS DE SAÚDE

Victor Alexander Santos Nascimento¹; Ana Milena Vieira Peixoto¹; Giane Lopes Oliveira¹; Ione Barbosa de Oliveira Silva¹

Autor para correspondência: contatovictor.vx@gmail.com

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Fisioterapia; Saúde.

INTRODUÇÃO

Vivemos em mundo globalizado, em que as ações adotadas para o bem-estar das pessoas estão atreladas ao desenvolvimento integral do ser humano, fortalecendo o conceito de que o progresso da civilização não pode caminhar emancipado do crescimento do cidadão em todos os seus aspectos. Portanto, as ações que possibilitem a inclusão de grupos de pessoas com necessidades especiais, para que possam ter acesso aos serviços da sociedade como todos os cidadãos comuns, devem sempre ser vistas como processos equalizadores, pois objetivam minimizar, no âmbito social, uma deficiência que impede esse cidadão de usufruir serviços básicos disponíveis a todos, em todos os níveis de suas necessidades. Inclusão é incluir pelos talentos e não pelas limitações (SOUZA; PARROZZI, 2009).

Observa-se que a inclusão de pessoas com deficiência é uma necessidade alarmante, e é preciso que a sociedade forneça subsídios para atuar na área de saúde com a possibilidade de transformação do sujeito de maneira que este seja respeitado. No caso do sujeito surdo, essa inclusão se dá, especialmente, por meio da Língua Brasileira de Sinais. Assim também os profissionais da saúde precisam estar focando sobre a proteção social, efetivando a dignidade que pode ser alcançada, deve-se implementar um conhecimento científico nas equipes de saúde, na compreensão das ações desenvolvidas em relação as principais dificuldades que os profissionais de saúde enfrentam diante a assistência ao paciente com surdez. E a sociedade deve buscar medidas nesse sentido em prol de pessoas que têm todos os direitos e capacidades de estarem em sociedade sem sofrer qualquer limitação frente a estes direitos (RAMOS; ALMEIDA, 2016).

OBJETIVOS

Objetiva-se com este trabalho destacar a importância do ensino em Libras nos cursos da área da saúde ressaltando a necessidade de uma comunicação efetiva entre terapeuta e paciente. Bem como evidenciar o contato do profissional de saúde com a Libras na graduação para que esse futuro profissional da saúde conheça as especificidades de seu paciente surdo. Buscamos ainda, compreender os processos de ensino de uma língua de sinais no âmbito acadêmico e profissional.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a lei 10.436 capítulo II Art. 3º, a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, porém no segundo inciso decreta que a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto, não alcançando um grande percentual de graduandos que deixam de cursar a disciplina por não ser obrigatória.

No curso de fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste Bahia-UESB a disciplina Libras é oferecida como optativa na grade curricular do curso favorecendo aos discentes a possibilidade de experimentar o aprendizado em Libras. A ementa baseia-se no ensino da língua, promoção de discussões acerca da inclusão social do surdo e suas dificuldades enfrentadas em seu atendimento à saúde, bem como a disseminação da língua no meio acadêmico e profissional. Das metodologias de ensino utilizadas predomina-se o ensino visual, por meio das práticas, utilizando situações do cotidiano para a conversação. Além disso, a produção de vídeos e apresentações, em forma de poemas, músicas e histórias em libras, contribuíram para o uso mais efetivo da língua. Houve ainda uma visita a comunidade surda que para nós discentes foi de extrema importância, pois o contato com o surdo nos despertou interesse no aprendizado da língua e reforçou a importância da capacitação do profissional de saúde no conhecimento em Libras. Para os discentes, o aprendizado em Libras na área da saúde envolve vários mecanismos que viabilizam o atendimento do paciente surdo, facilita o diagnóstico, diminui conflitos e tempo de consulta, agiliza o atendimento e oferece total autonomia ao paciente. Os estudantes salientam que a capacitação em Libras deve ser de maneira contínua sendo levada desde atenção básica até níveis mais complexos do sistema de saúde favorecendo a integralidade e a inclusão da pessoa surda.

As pesquisas que abordam o uso da Libras pelos profissionais da saúde são poucas. Observa-se que o comportamento não verbal impede um vínculo efetivo entre cliente e profissional e, de acordo com alguns textos discutidos em sala, é dessa maneira que os surdos são atendidos, quando não há um profissional que sabe Libras, por meio de mímicas e gestos, o que não garante um atendimento eficiente. Portanto, em sua formação é essencial o aprendizado da Libras, como sugerem também os surdos, assim os profissionais da saúde precisam aprender Libras nos seus cursos de graduação (CHAVEIRO, 2004).

CONCLUSÃO

Sabe-se da importância da inserção da Libras na formação acadêmica e profissional, mas faltam modificações curriculares para o desenvolvimento da disciplina dentro dos cursos de saúde e políticas públicas para propagar o aprendizado dessa língua. O contato com a língua foi de grande aprendizado, pois além de romper paradigmas acerca da Libras e do surdo, colaborou para a humanização do atendimento. Com base nesses aspectos, é necessária a implementação da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de saúde e desenvolvimento de estratégias e pesquisas de criação de sinais específicos das áreas. Precisa-se, ainda, propiciar cursos de atualização e ensino de Libras para profissionais que atendam ao público surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI n Lei nº 10.436 de 24. ABRIL de 2012. **Que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras Brasília**, DF, ABRIL, 2012.

CHAVEIRO, Neuma ; BARBOSA, Maria; Assistência ao surdo na área da saúde como fator de inclusão social, **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, 2005.

RAMOS, Tâmara; ALMEIDA, Maria; A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde, **Id onLineMultidisciplinaryandPsychologyJournal**, Vitória da Conquista, BA, p. 116-126, 2016.

SOUZA, Marcos; PORROZZI, Renato; Ensino de Libras para os Profissionais de Saúde: Uma Necessidade Premente, **Revista Práxis**, Rio de Janeiro, 2009

ID 30: EMPATIA E INCLUSÃO SOCIAL: PARCERIA NO MEIO LABORAL

Rozangela Maria de Sá Almeida¹; Ivo Ferreira de Souza Junior²
Autor para correspondência: parnasurubim@gmail.com

¹Assistente Social; ²Engenheiro de Segurança do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO; SURDO; TRABALHO

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a temática da inclusão social, algo tão presente na esfera social, mesmo com a presença da legislação é algo ainda complexo. Transcorrer as diretrizes que permeiam a questão das competências de pessoas com deficiência, na conjuntura sociopolítica e econômica contemporânea é buscar atingir e envolver o conjunto de pessoas que dividem os mesmos espaços ocupacionais em condições diferentes. É preciso adequar um conjunto de normas e rotinas criadas por pessoas tidas como “não deficientes” para uma minoria de pessoas com deficiência e assim buscar coadunar informações precisas de uma determinada instituição e proporcionar o bom funcionamento desta.

A aplicação da “Inclusão Social” de fato ainda é uma prática polêmica, e mais difícil ainda de ser abordado quando envolve limitações físicas marcantes do indivíduo, a exemplo da surdez, que será explorado nesse ensaio no setor da mineração. A deficiência auditiva limita a comunicação do interlocutor com o receptor da informação a ser passada, caso não haja de forma adequada à comunicação em libras. Mesmo com a difusão do segundo idioma, a LIBRAS, adotada no Brasil, de acordo com (QUADROS, 2006), ainda existe um déficit de intérpretes para garantir de fato que a inclusão aconteça, bem como a receptividade por parte dos membros que compõem a instituição em questão.

Logo, pensar em incluir o deficiente auditivo no mercado de trabalho, é necessário pensar também no universo em que este está inserido e onde ele atuará como profissional e força de trabalho dentro da cadeia produtiva. Empoderando-o e capacitando-o para o desenvolvimento que se adéque as demandas institucionais, as quais serão impostas sobre ele. Vale salientar que o mesmo é capaz de executar diversas tarefas desde que se atente a qual setor este colaborador será lotado a fim de não comprometer as regras básicas de segurança do trabalho da empresa.

OBJETIVOS

Proporcionar uma reflexão acerca dos caminhos da inclusão, bem como fortalecer o diálogo pertinente a inserção de pessoas com deficiência auditiva no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Pensando na pessoa surda inserida no mercado de trabalho, especificamente no setor da mineração são necessárias as seguintes reflexões: Como instruir os colaboradores sobre inclusão social de forma a unificar a equipe? Como efetuar uma comunicação plena com os surdos?

Para corroborar com os questionamentos faremos uma breve explanação sobre a mineração. As atividades de mineração são as mais antigas desde o surgimento da humanidade. É através da mineração que é possível se extrair os bens minerais mais diversos para fabricação de todos os utensílios, máquinas e equipamentos usados no cotidiano da população em escala mundial. Um detalhe importante é a respeito da localização das indústrias extrativas, as quais estão situadas em locais remotos em sua maioria, onde a mão de obra deve ser provida de outras regiões do país, pois, a população local além de ser escassa também é desprovida de conhecimento, tanto do ensino base

como técnico. Onde, daí a empresa que se instala na região é constitucionalmente obrigada a contratar uma parte da população local, e simultaneamente uma parcela de pessoas com deficiência dentro desta (BRASIL, 1988), e dentre estes nos direcionamos aos deficientes auditivos. Em sua maioria são pessoas com ensino fundamental incompleto. Logo como pode acontecer a inclusão social em uma empresa distante de grandes centros, onde a informação circula livre, e a educação básica é atrasada.

Conforme a Lei N° 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015) a inclusão deve ser pensada desde a admissão do colaborador, afirmando seus direitos em condições de igualdade para assegurar sua inclusão social e cidadania. Pois, é nesse momento que devem ser fornecidas informações de cunho institucional (normas e rotinas, bem como os direitos e atribuições do mesmo) a fim de garantir seu bom desempenho e boas práticas de segurança do trabalho, para salvaguardar o empregado e a empresa de quaisquer futuros problemas trabalhistas.

Logo, para se inserir um trabalhador dentro dos princípios da lei de inclusão social supracitada, é necessário entender que se está admitindo não apenas um número para cumprir a lei e sim um ser humano dotado de habilidades, todavia, precise de uma comunicação adequada à sua limitação, nesse caso um intérprete de LIBRAS. Não necessariamente um colaborador exclusivo para comunicar-se com a (s) pessoa (s) surda (s), entretanto alguém que possa contribuir com o desenvolvimento desse (s) seguimento e assim uma comunicação positiva que afetará toda os membros da instituição e trará equilíbrio nas relações entre empregador e empregado.

CONCLUSÃO

Logo, falar em inclusão social, com foco na inserção de pessoas com deficiência, no mercado de trabalho, é de grande relevância. Inserir um número de pessoas consideradas incapazes de desenvolver atividades laborais, que ainda sofrem com o preconceito por sua condição, é de grande relevância, visto que a presença desse segmento social nas instituições vem aumentando gradualmente. Nesse caso em especial no setor da mineração, que requer ponderações, cuidados em relação à segurança no meio laboral, pois se trata de atividades insalubres e/ou perigosas, envolvendo atividades de perfuração de rocha, escavações no solo e uso de explosivos, entre outras atividades e em locais remotos.

Ter empatia nesse ramo proporciona uma segurança e resultados bem-sucedidos, pois estabelecer uma comunicação adequada com o deficiente auditivo é desnudar os preconceitos e realizar a inclusão social, é romper com paradigmas e adquirir uma postura mais humana de comunicar-se com o outro, a fim de se fazer entendido e entendê-lo, e evitar ruídos na comunicação no ambiente de trabalho. Tornando a perspectiva de trabalho positiva para ambas as partes envolvidas.

Portanto, basta começar com o envolvimento de um colaborador ouvinte, para aprender o idioma LIBRAS e assim proporcionar a colaboração e envolvimento dos demais, surdos e ouvintes, e a comunicação tornar-se-á amistosa e produtiva, sem ônus para a empresa.

REFERÊNCIAS

QUADROS, R. M. **ESTUDOS SURDOS I**. Petrópolis - RJ:Arara Azul.2006.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL, 2015. Lei N° 13.146 de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

ID 32: A COMUNICAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE DA PESSOA COM SURDEZ SEVERA E/OU PROFUNDA

Priscila da Silva Oliveira¹; Nair Portela Silva Coutinho¹; Ana Hélia de Lima Sardinha¹; Maria Aparecida de Almeida Araujo¹; Juliana da Silva Oliveira²; Vinícius Leon Lyra De Menezes¹

Autor para correspondência: priscila_oliveira_13@hotmail.com

¹Universidade Federal do Maranhão; ²Universidade CEUMA.

PALAVRAS-CHAVE: Barreiras de comunicação; Comunicação; Surdez.

INTRODUÇÃO

A comunicação é importante em todas às áreas profissionais, porém, na área da saúde este elemento se configura como um instrumento de trabalho basal e pode implicar em danos à integridade do indivíduo ocasionando uma assistência deficiente. Falhas de comunicação estão passíveis em todos os tipos de comunicação, porém, existe um grupo de indivíduos mais vulneráveis à essas falhas, dentre estes pode-se mencionar as pessoas com algum tipo de deficiência cognitiva ou sensorial (NOVAES, 2010).

Portanto, a Lei n.º10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a LIBRAS em seu art. 3º, evidencia a necessidade das instituições de assistência à saúde utilizá-la para a prestação de um atendimento com qualidade. Sendo assim os profissionais da saúde tem o direito e o dever de realizar um curso de formação de libras a fim de prestar uma assistência de qualidade aos pacientes surdos (BRASIL, 2002). Porém na prática hospitalar nota-se que uma das dificuldades é a falta de qualificação dos profissionais de saúde para atender esse público. Observa-se assim a relevância do tema pois ao conhecer as dificuldades de comunicação que as pessoas com surdez severa ou profunda encontram no atendimento à saúde teremos como evitá-los ou minimizá-los.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Conhecer as dificuldades de comunicação que as pessoas com surdez severa e/ou profunda encontram no atendimento à saúde.

Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico das pessoas com surdez severa e/ou profunda.
- Determinar as condições clínicas dos pesquisados: nível de surdez, presença de outras morbidades, acompanhamento multiprofissional.
- Descrever as dificuldades de comunicação dos surdos geradas na relação língua de sinais e língua oral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo transversal descritivo exploratório com abordagem quantitativa, realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na cidade de São Luís- MA, no período de Janeiro à Abril de 2016. A população foi composta por 40 pessoas com surdez severa e/ou profunda que frequentam o local da pesquisa e que atenderam ao critério de inclusão. Os critérios de inclusão foram pessoas com surdez severa e/ou profunda a partir de 18 anos, alfabetizados, semialfabetizados ou que saibam língua de sinais (Libras), frequentadores da APAE, que não tenham doenças crônicas consumptivas

(DRC/HIV/AIDS), que concordaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário padronizado, contendo questões fechadas, com dados socioeconômicos e de atendimento à saúde, sendo as perguntas referentes aos diversos serviços de saúde públicos e privados em que os participantes da pesquisa já foram atendidos. Após a coleta de dados, as questões foram armazenadas em um banco de dados Excel, analisados e apresentados sobre formas de gráficos e tabelas. A pesquisa atendeu aos requisitos da resolução do CNS 466/12, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário/UFMA, parecer nº 1.396.594.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados de modo a avaliar em primeiro as questões do perfil sociodemográfico dos participantes. No que se refere ao perfil sociodemográfico pôde-se constatar que a maioria é do sexo masculino (57,5%). Quanto à idade, a faixa etária mais prevalente é de 30 a 36 anos (32,5%). Quanto à escolaridade 65% afirmaram ter concluído ou estar cursando o ensino médio, 27,5% cursando o ensino superior. No que tange ao conhecimento de LIBRAS, 100% afirmaram conhecer a língua de sinais brasileira. Quanto ao nível de surdez 75% apresentavam surdez profunda e 25% surdez severa. No que se refere ao acompanhamento multiprofissional 92,5% não são assistidos. Quanto ao serviço de saúde 67,5% utilizam o Sistema Único de saúde, 27,5% utilizam plano de saúde e 5% não sabem informar.

Os resultados referentes a assertiva quanto à dificuldade de comunicação no atendimento à saúde foram de 72% afirmativo. Relacionado a dificuldade de comunicação entre as pessoas surdas e os profissionais da saúde 75% afirmaram ter dificuldades de entender o que o médico dizia, 65% tinham dificuldades de entender o que a enfermeira dizia, 62,5% apresentavam dificuldades para entender o que os demais profissionais da saúde (ex: psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, dentre outros) diziam. A maior parte dos entrevistados (77,5%) nunca foi atendida por profissionais da saúde que sabiam libras. E 85% dos participantes afirmaram ter um sentimento de incomodo pelo fato do profissional não saber a língua de sinais.

Referente aos acompanhantes das pessoas surdas no serviço de saúde, 30% afirmavam sempre ir acompanhadas. Em 50% dos casos os acompanhantes eram familiares, seguido de 30% de pais, 7,5% amigos, 5% de intérpretes e 5% não souberam informar. 57,5% dos entrevistados se consideravam dependentes dos acompanhantes, pois só sabiam se comunicar por língua de sinais. Os resultados referentes a assertiva quanto ao conhecimento dos direitos na área da saúde da pessoa surda foram de 62% afirmativos, e 38% negaram conhecer seus direitos à saúde.

CONCLUSÃO

Concluimos que a realização deste estudo foi importante e oportuna, pois conhecer as dificuldades de comunicação que as pessoas com surdez severa e/ou profunda encontram no atendimento à saúde é imprescindível para melhorar a qualidade da assistência direcionada a essa população.

Sugere-se também que as instituições acadêmicas forneçam a oportunidade de aprendizado de libras, construindo assim uma mentalidade inclusiva, exercitando a tolerância e sensibilidade para com os grupos minoritários, promovendo uma assistência mais humanizada.

A inclusão social das pessoas com deficiências, seja ela qual for, aqui no Brasil ainda é muito discriminada, mas para mudar esse quadro é necessário a mudança nas pessoas, havendo assim uma harmonia social, onde se reconhece na diversidade o direito de ser diferente, sendo o nosso dever como cidadãos o de fornecer mecanismos para a inclusão dos indivíduos na sociedade.

REFERÊNCIAS

NOVAES, E. C. Surdos: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Sousa, 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 27 nov. 2015.

ID 36: LIBRAS NA GRADUAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renata Clesia Feitosa Viana da Luz¹; Helayne Alves Cardoso de Moura²
Autor para correspondência: renata.viana2013@hotmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco; ²Governo do Estado de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de sinais; Pessoa surda; Estudantes de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A comunicação é o principal meio de interação entre o profissional na área da saúde e o paciente, e na maioria das vezes esse diálogo ocorre através de terceiros, em relação aos surdos, como algum familiar, e desta forma é privado o direito do surdo de se expressar sobre seus sintomas e suas necessidades. O atendimento sendo realizado desta forma não assiste o paciente na sua integralidade, se tornando um atendimento desqualificado e desumano. Independente da área de formação básica os profissionais têm como base de seu trabalho as relações humanas, devendo propagar a promoção, proteção e recuperação da saúde de todos aqueles que os procuram, independentemente das suas condições. Para isso o profissional deve ter um olhar humanizado e está sempre se capacitando, assim, se tornará um agente transformador na instituição de saúde na qual atuará sendo capacitado para um atendimento de excelência a essa população (OLIVEIRA, ANDRADE, 2016).

A forma mais comum de comunicação entre pessoas é a língua oral. A transferência de conhecimento se faz através dela. Os surdos têm essa forma de comunicação tradicional afetada. Isso faz com que os mesmos tenham como língua padrão, a língua de sinais. Por meio da Libras, eles utilizam a visão como fonte receptora desses gestos corporais em sua formação. A falta de comunicação oral torna o surdo desintegrado da sociedade ouvinte, tendo dificuldades de usufruir serviços básicos, como, por exemplo, acesso a hospitais, já que os ouvintes também têm dificuldades em entender a língua de sinais. A comunidade deve estar ciente que, quando um de seus membros nasce com algum tipo de deficiências, todos os demais devem responsabilizar-se juntos com a missão de construir um ambiente que o inclua (CORRER 2003; SOUZA, PORROZZI, 2009).

Em termos de deficiência auditiva, existem no Brasil segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2015, um total de 28 milhões de pessoas com surdez. Isso representa 14% da população brasileira. Tais pessoas, além serem alvo de preconceito, são clientes ainda não incluídos totalmente no Sistema de Saúde da maioria dos municípios do país. Isso porque os serviços de Saúde não se adequaram ao atendimento específico a esta clientela (OMS, 2015).

De acordo com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 segundo o Art. 3º, A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória em alguns cursos de formação como de professores, Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, nas diversas instâncias. (BRASIL, 2005)

Sendo assim, os discentes que estão cursando a graduação na área da saúde devem ser capacitados para se comunicarem de maneira eficiente com os pacientes. Essa capacitação se concretizaria na oferta, também, de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no decorrer da graduação, de forma obrigatória a todos os discentes dessa área, para que pelo menos tenham um mínimo de entendimento necessário para o atendimento ao paciente.

OBJETIVOS

Relatar a experiência vivenciada pela discente de enfermagem no tocante a disciplina eletiva Libras ofertada no período da graduação cursada, e a necessidade de se incluir a Língua Brasileira de Sinais, de forma obrigatória, nos currículos dos cursos da área de Saúde.

DESENVOLVIMENTO

O estudo se caracteriza como um relato de experiência. O intervalo de construção foi baseado no período de oferta da disciplina eletiva Libras, com carga horária (CH) de 60h, no período 2017.1. O relato foi descrito pela discente do curso de enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, em Petrolina/PE.

Para nós discentes na área da saúde é de extrema importância o aprendizado em LIBRAS, pois nos deparamos diariamente em situações que requerem esse afinco com a língua de sinais, quer seja nos campos de práticas ou até dentro da própria Universidade, pois, necessitamos nos comunicarmos sempre. Mas, para tanto, se faz necessário à disponibilidade de uma disciplina na graduação para que possamos desenvolver a habilidade e destreza referente à língua. Refiro-me a uma disciplina obrigatória em que todos os alunos devam cursar, e não apenas uma eletiva em que eu posso escolher cursar ou não. Quando surgiu a disponibilidade da disciplina eletiva em Libras logo fiquei bastante interessada e ansiosa para ter meu primeiro contato com essa língua. No entanto, encontrei alguns percalços por conta de a oferta de vagas serem poucas e pela grande procura. Enfim, conseguir a matrícula por conta de uma desistência. As aulas faziam-me mais interessada em aprender e me comunicar com a comunidade surda. Porém, a eletiva possui apenas 60h de CH, um período bastante resumido. Contudo, mesmo com a CH mínima serviu para desenvolver uma comunicação com os surdos de forma efetiva e objetiva. Portanto, aprendi que para o profissional de enfermagem é de suma importância à fluência na Língua de Sinais, porquanto, poderemos prestar uma assistência integral e humanizada aos nossos pacientes surdos.

CONCLUSÃO

Entende-se que comunicação é algo primordial ao ser humano, pois é através desta que se expõe o pensar, o sentir e revela a necessidade que o paciente possui. Torna-se, portanto imprescindível que seja incluída a disciplina Libras no currículo das graduações na área da saúde nas universidades de forma obrigatória. Contudo com a introdução dessa disciplina na grade curricular trará à pessoa surda, aos familiares, acompanhantes e até mesmo ao próprio profissional um atendimento justo, humanizado e holístico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e Inclusão social**: Construindo uma nova comunidade. Edusc. Bauru. SP. 2003.

OLIVEIRA, E.C.P., ANDRADE E.G.S. Comunicação do profissional de enfermagem com o deficiente auditivo. **Rev. Cient. Sena Aires**. 2016; 5(1): 30-8. Disponível em:< <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/253>>. Acesso em: 22 de mai de 2018.

ID 38: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PARA DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS NOS EQUIPAMENTOS SUS E SUAS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Ana Alícia Ivo Martins de Sá¹; Anna Carolina da Silva¹; Lucikely de Sá Silva¹; Radmylla Silvia Santos Ribeiro¹; Vanessa Damaris da Silva Lopes¹; Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião¹

Autor para correspondência: ana_aliciam@hotmail.com

¹Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: atendimento para surdos e deficientes auditivos; LIBRAS; sistema assistencial psicológico público

INTRODUÇÃO

O processo psicoterápico e o setting terapêutico devem estar abertos para que a pessoa surda tenha acesso para expor suas vivências de maneira compreensível entre ambas às partes, tanto do analista como do analisado. Para o acolhimento dessas necessidades as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2018), mostram claramente a sua exigência do atendimento sobre a acessibilidade e atenção para pessoas com deficiência em todos os cursos de saúde (Diário Oficial da União, 2018, p.85). Alguns cursos de Psicologia oferecem, dentro de sua grade curricular, o curso da Língua Brasileira de Sinais, sendo em sua maioria ofertado como disciplina optativa. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Psicologia (CFP, 2018) não traz nenhuma nova especificação sobre o curso de LIBRAS, mas no art.10º inciso V afirma a importância da graduação, tanto quanto do profissional da psicologia, a habilitação para descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos.

Os equipamentos públicos são instalações e espaços físicos, de ordem pública ou privada, onde é prestado de forma presencial algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica, deste modo, contempla disponibilidade de serviços de saúde mental e social (Portal Brasileiro de Dados Abertos). Partindo para a atuação profissional, o psicólogo na rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como função auxiliar no desenvolvimento do indivíduo, no seu âmbito social, assegurando seus direitos. Além disso, a rede SUAS tem aberto um leque de possibilidades para a atuação da psicologia dentro das políticas públicas, um exemplo de atuação recente é a inserção da clínica ampliada. Um espaço que tem tomado parte das redes de assistência, tais como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Centro de Assistência Psicossocial - CAPS, abrindo diálogo para que o usuário seja acolhido em equipe multidisciplinar.

Outra área de atuação investigada na pesquisa foi o Centro de Saúde (CS), que presta serviço na atenção básica de saúde de modelo ambulatorial, na qual o profissional de psicologia atende demandas que encaminhadas dos diversos setores do município, avaliando a necessidade ou não de acompanhamento e realizando o processo terapêutico quando necessário. No estado de Pernambuco existem profissionais habilitados em LIBRAS para o atendimento de surdos e deficientes auditivos, segundo consulta pública em 2016 informado pelo Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco-

2º Região comparado aos 10.769 (Conselho Federal de Psicologia) existem 15 profissionais habilitados de psicologia no estado.

OBJETIVOS

Teve como finalidade analisar e obter respostas sobre essa demanda profissional, tais como:

- A disponibilidade do serviço de LIBRAS nos equipamentos públicos de saúde e da assistência social;
- O contato com LIBRAS na graduação dos psicólogos entrevistados;
- Os desafios para o uso de LIBRAS tanto por parte do profissional de psicologia, quanto do equipamento;
- A necessidade do profissional de psicologia habilitado em LIBRAS no sistema assistencial.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo qualitativo-descritivo, e os dados foram coletados a partir de um questionário semiestruturado, com 3 (três) perguntas objetivas e 3 (três) perguntas subjetivas. Nosso público foi composto por 3 (três) profissionais psicólogos atuantes na cidade de Belém do São Francisco-PE e outros 3 (três) profissionais psicólogos da cidade de Floresta- PE tendo alcançado profissionais da rede SUAS (CRAS, CREAS e CAPS) e Centro de Saúde (apenas em Belém do São Francisco). Através dos dados obtidos, averiguou por meio de análise de conteúdo que em ambos os municípios de Floresta e de Belém do São Francisco os participantes não.

CONCLUSÃO

No município de Floresta apenas 2 profissionais tiveram contato com o curso de LIBRAS, enquanto que em Belém os 3 profissionais entrevistados não tiveram contato com o curso de LIBRAS durante a formação acadêmica em disciplinas eletivas ou curso de LIBRAS fora do currículo acadêmico. Em ambas as cidades os entrevistados consideraram necessário um profissional de psicologia habilitado em LIBRAS no sistema assistencial. Apesar dessa, é possível observar que a falta de oferta de cursos da disciplina na graduação é o maior desafio para que os profissionais estejam aptos ao atendimento, assim como a dificuldade de atuação com o público e a falta de comunicação direta no atendimento terapêutico sem a inserção de um mediador. Os participantes demonstraram bastante interesse na importância do ensino obrigatório em LIBRAS na formação do psicólogo, pois, é necessária a capacitação para efetuar atendimento acessível e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **“Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS”**. Conselho Federal de Psicologia (CFP).? Brasília, CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

Conselho Federal de Psicologia. **“Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia”**. São Paulo. Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

Diário Oficial da União. “**Conselho Nacional de Saúde**”, 2017. Brasil. 2018. Disponível em: http://www.abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/DOU-26-fev-2018_DCN-comunas-aos-cursos-graduacao-saude_parte-1.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Tecnologia da Informação. “**Portal brasileiro de dados abertos: equipamentos públicos**”. Brasília. [s.d]. Disponível em: <http://dados.gov.br/group/equipamentos-publicos>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

ID39: RELATO DE EXPERIÊNCIA: SIMULAÇÃO DE UM ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA A PACIENTE SURDO

Ana Milena Vieira Peixoto¹; Bianca dos Santos Nascimento¹; Giane Lopes Oliviera¹; Victor Alexander Santos Nascimento; Émile Assis Miranda Oliveira¹
Autor para correspondência: anamilenapeixoto@gmail.com

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

PALAVRAS-CHAVE: Fisioterapia; Atendimento; Libras.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10 436 de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão. Garante ainda que a libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior e na educação profissional (BRASIL, 2002), por exemplo, cursos da Área da Saúde. As pessoas surdas que se comunicam usando a língua de sinais, têm gramática e vocabulário diferentes da língua portuguesa; dessa maneira, uma pessoa que nasceu surda no Brasil, pode ser fluente em LIBRAS e não ser em Português. (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006). Na área de saúde existem muitos termos relacionados às especialidades e a linguagem técnica, muitas vezes, não é acessível aos intérpretes que não lidam com questões de saúde. (CHAVEIRO et al, 2010).

OBJETIVOS

Relatar a experiência de busca por sinais relacionados a equipamentos e procedimentos na área da fisioterapia.

DESENVOLVIMENTO

Durante o V período da graduação do Curso de Fisioterapia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tivemos nosso primeiro contato com Língua de Sinais. Realizamos uma simulação de atendimento fisioterapêutico com pacientes surdos. Para esse trabalho, buscamos o aprofundamento em sinais voltados para o atendimento da Fisioterapia. Objetivamos primeiramente coletar dados através da anamnese, explicar o procedimento e instrumentos a serem usados e depois orientar o paciente. Procuramos os sinais dos seguintes aparelhos: TENS- Neuroeletroestimulação Transcutânea, FES – Estimulação Elétrica Funcional, corrente russa; dos recursos fisioterapêuticos: bandagem neuromuscular, faixa elástica; da região anatômica: músculos como trapézio, deltoide, quadríceps, articulação glenoumeral, tendão do calcâneo; e, por fim, das técnicas: liberação miofacial, respiração diafragmática, massagem profunda transversa, pois são termos que facilitam a comunicação, garantindo um atendimento humanizado, além de fazer com que o paciente sinta segurança. Durante a pesquisa, utilizamos o Google Acadêmico, BVS, Ibict. Oasisbr. Entretanto, não foram encontrados artigos relacionando Libras com Fisioterapia. Devido ao número insuficiente de materiais, utilizamos também apostilas didáticas e dicionários físicos e sítios da internet como vídeos no Youtube, Acessibilidade Brasil e plataformas como Hand Talk que é um tradutor instantâneo de Português para Libras e vice-versa, através da personagem Hugo, na tentativa de encontrar sinais para o atendimento fisioterapêutico. Os únicos sinais relacionados com a Fisioterapia foram o próprio sinal da Fisioterapia e do fisioterapeuta. Em relação à área da saúde, foram encontrados sinais gerais como dor, febre, pressão arterial, remédio, sintomas, alergia, amputação, frequência cardíaca. Além de estetoscópio, consulta, emergência, exame, paciente, tratamento, termômetro. Sinais estes importantes, pois além de auxiliar a anamnese para o diagnóstico correto, facilitam o entendimento do paciente surdo. A interpretação do Hand Talk ocorre de maneira literal, não considerando o contexto e, assim, pode ocorrer falha na comunicação. Além disso, quando o aplicativo não conhece o sinal, faz

uso da datilologia que são sinais feitos com o alfabeto em libras. Sabe-se da importância da comunicação entre profissional da saúde e paciente surdo para um atendimento humanizado. Há estudos em abrangência nas áreas da saúde principalmente a Enfermagem e a Medicina. Um estudo da área da Odontologia, teve a iniciativa de confeccionar um glossário com sinais odontológicos já que não existia projeto assim na área da saúde apenas em outras áreas como Artes, Química, Música entre outros (DE SOUZA SILVA, 2018). Existe uma lacuna de sinais-termos a ser preenchida na área da Fisioterapia. Desse modo, uma alternativa seria a formação de um glossário em Libras para sinais fisioterapêuticos, vez que a falta desses sinais se transforma em barreira na comunicação entre fisioterapeuta e paciente surdo.

CONCLUSÃO

Existe uma lacuna de sinais-termos a ser preenchida na área da Fisioterapia. Desse modo, uma alternativa seria a formação de um glossário em Libras para sinais fisioterapêuticos, vez que a falta desses sinais se transforma em barreira na comunicação entre fisioterapeuta e paciente surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 03 set. 2018.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 4, p. 553-560, 2006.

CHAVEIRO, Neuma et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enfermagem*, v. 15, n. 4, 2010.

DE SOUSA SILVA, Lorena et al. Sinais específicos em Libras para o ensino odontológico. *Revista da ABENO*, v. 18, n. 2, p. 135-143, 2018.

ID 40: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PARTO SINALIZADO EM BARBALHA-CE

Beatriz Neves Coelho¹; Esther Barbosa Gonçalves Felix¹; Gisele Pereira Gama Garcia^{1,4}; Stephany Barbosa de Souza²; Raquel Oliveira da Silva³; Mariana Monteiro Resende¹

Autor para correspondência: beatriznevesc@gmail.com

¹Universidade Federal do Cariri - UFCA; ²Centro Universitário Dr Leão Sampaio - UNILEÃO; ³Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA; ⁴Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA.

PALAVRAS-CHAVE: Parto; Saúde acessível; Intérprete.

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos países com melhor legislação voltada para a pessoa com deficiência, dentre elas, a auditiva. Em 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida através da Lei nº 10.436, garantindo o acesso do surdo a saúde. Mais tarde, a lei foi regulamentada pelo **decreto nº 5.626/2005 e reforçada pela** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegurando o direito dos surdos de serem atendidos segundo suas necessidades. Apesar disso, muitos surdos sofrem com o descaso e negligência do sistema de saúde, que falha na concretização do que já é assegurado legalmente. Contudo, as exceções mostram a importância da comunicação efetiva entre profissional da saúde e paciente surdo, através da LIBRAS.

OBJETIVOS

- Descrever a experiência e dificuldades de um parto sinalizado em LIBRAS
- Reforçar a importância do intérprete para efetivar o direito à saúde acessível do surdo
- Apontar a necessidade de maior conhecimento de LIBRAS por profissionais da saúde

DESENVOLVIMENTO

O presente relato visa descrever a experiência de um parto sinalizado em Barbalha-CE, vivido por G.P.G., mulher, 27 anos, primigesta, surda desde os 5 anos de idade. A paciente foi acompanhada em todas as consultas de pré-natal por um ouvinte, algumas vezes por uma intérprete, e em outras por sua mãe, que não tem profundo conhecimento de LIBRAS, mas que se comunica com G. por leitura labial e alguns sinais. Todas as consultas foram realizadas pela mesma médica, no convênio.

Na época prevista para o parto, G. relata que foi submetida a toque vaginal, onde foi constatada ausência de dilatação, sendo indicada uma cesariana a fim de evitar pós-datismo. No dia da cirurgia, a paciente foi ao hospital acompanhada de sua mãe e de seu esposo, que é deficiente auditivo, aguardando a chegada da intérprete, que viria algumas horas depois. Nesse intervalo, G. foi atendida e examinada pelas enfermeiras que se comunicavam apenas com sua mãe. Para a paciente, eram passadas informações vagas, com gestos que indicavam que estava “tudo bem”, porém sem explicações sobre o seu estado de saúde. A médica que a acompanhou no pré-natal estava doente e impossibilitada de participar da operação, sendo indicado médico substituto. A troca de profissionais deixou G. preocupada e com medo, já que tinha estabelecido uma relação de confiança com a médica durante aqueles meses.

A chegada da intérprete tornou a comunicação mais efetiva, fazendo com que G. se sentisse mais incluída e tranquilizada por ter suas dúvidas esclarecidas. A entrada da profissional na sala de cirurgia foi impedida inicialmente, uma vez que a Lei nº 11.108/2005 dá direito a apenas 1 acompanhante, que seria o esposo de G. No entanto, a intérprete foi reconhecida por uma das enfermeiras, que já tinha presenciado um parto sinalizado por ela, permitindo a presença da acompanhante extra. A paciente relata que sentiu muito medo no momento da anestesia, já que foi informada por conhecidos dos riscos

e da possibilidade de sequelas permanentes. Nesse momento, a figura da intérprete foi essencial para acalmá-la. Como é protocolo em cirurgias, G. teve os membros imobilizados, o que impediu sua comunicação plena através da LIBRAS. Apesar disso, quando sentiu dispneia, conseguiu se comunicar através de expressões faciais e movimentos limitados com a intérprete, que avisou ao anestesiológico e o levou a oferecer máscara com oxigênio. Durante o parto, o esposo permaneceu perto de G., sem contato visual com o campo cirúrgico, enquanto a intérprete obteve permissão para visualizar e narrar o progresso da cirurgia de modo a acalmar paciente e companheiro, que também estava ansioso. G. conta que fazia perguntas durante o processo, que a intérprete repassava para os profissionais.

No momento do nascimento, sua filha foi colocada em contato pele a pele, e G. relata que foi um momento muito emocionante e feliz para ela e o esposo. O estado de saúde de sua filha era bom, porém paciente conta que ela foi levada para receber oxigênio mais tarde, sendo as informações pouco detalhadas devido à barreira de comunicação e ao fato de intérprete e paciente não serem da área de saúde. No puerpério, a intérprete e a mãe de G. alternavam-se entre acompanhar o recém-nascido onde recebia suporte respiratório e a mãe no alojamento conjunto, priorizando a presença da intérprete no local em que houvesse necessidade de tradução. G. refere que a intérprete foi essencial e confortadora, porém sentiu falta de uma comunicação direta com os médicos, pois muitas vezes sentia-se excluída do seu autocuidado e de sua filha.

CONCLUSÃO

Percebe-se, a partir desse relato, que o acesso à saúde por surdos ainda enfrenta muitos obstáculos para ser concretizado, porém a presença de um intérprete de LIBRAS contribui muito para assegurar os direitos do surdo. É importante que haja o conhecimento da língua, ou de um vocabulário básico, por parte dos profissionais da saúde para melhor atender essa parcela da população, uma vez que isso permite a comunicação direta com o paciente. Também é possível notar a presença do medo e ansiedade comuns a muitas mulheres em relação ao seu parto, que são agravados na ausência de uma comunicação efetiva. Além disso, é necessário haver adaptação das leis que embasam direitos da gestante, em especial o direito a acompanhante, uma vez que pacientes surdos muitas vezes precisam da presença do intérprete e de um familiar de confiança, que exercem funções diferentes no processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei n.º 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ID 42: O SUJEITO SURDO E SAÚDE MENTAL RELATO DE UMA INTERVENÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL EM PSICOTERAPIA

Carlan Gomes Pachêco da Silva¹; Thatyane Alice de Souza Costa²; Aline Cristina Diniz de Santana²; Ruano de Brito Alves²

Autor para correspondência: carlangomespacheco@gmail.com

¹Consultório Privado; ²UNINASSAU.

PALAVRAS-CHAVE: Psicoterapia; Saúde; Libras.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato de experiência de um psicólogo clínico, em clínica privada, durante atendimento psicoterápico a uma cliente Surda.

OBJETIVOS

Objetiva-se apresentar algumas reflexões sobre o caso de uma paciente e psicoterapeuta que utilizam ambos a Libras.

DESENVOLVIMENTO

A cliente é uma mulher, 25 anos, que reside com sua mãe e irmã, solteira, não tem religião. Foi atendida a primeira vez em 14/05/2018, com queixa inicial de taquicardia, falta de ar, insônia e hipersônia durante o dia, choro sem motivos aparentes, dores de cabeça, enjoo, falta de apetite, tristeza, acordando para “arrotar”. Com poucas amizades, seu convívio social se restringe à mãe, à irmã. A hipótese diagnóstica inicial era de Transtorno Misto: Ansioso e Depressivo (F41.2). Em atividade física do tipo musculação. Aparentemente com peso corpóreo abaixo do esperado. O cenário familiar é de que a Mãe da cliente se utiliza muito pouco da Libras, a irmã um pouco mais, sendo em muitas ocasiões sua intérprete. Chega ao consultório pela primeira vez acompanhada de sua irmã, relatando todos os sintomas destacados, chorando bastante, aparentemente assustada e afirmando que era a primeira vez que estava com um psicólogo que sabia “a minha língua (sic). Foi solicitado que a irmã saísse do setting para preservar o sigilo profissional. Então foi iniciada a sessão e os diálogos aconteceram apenas em Libras. Entre lágrimas, Maria (como a chamaremos daqui por diante para preservar o sigilo) conta que há 3 meses, vinha sentindo todos os sintomas, em dias consecutivos, estando no dia do atendimento aparentemente cansada, sonolenta e triste. Quando questionada sobre seus sintomas, diz que “não tem com quem compartilhar o que está sentindo” (sic), pois sua mãe mal sabe usar a Libras e sua irmã “não tem paciência” (sic) para falar com ela; sendo assim, fica sozinha, em seu quarto, o dia todo, por vezes, tentando assistir televisão. Já tinha ido ao psiquiatra antes da primeira consulta e foi indicado uso de medicamento, que Maria se negou a tomar, pois “estava com medo” (sic). Foi então solicitado que falasse sobre os sintomas psicossomáticos, estes que para ela nada tinham a ver com sua tristeza, ou seja, os sintomas eram coisas “apenas do corpo” (sic). Explicado o processo da influência psíquica na soma, e sugerido a procura por um profissional gastroenterologista, pois, aparentemente, ela estava sobre uma crise de gastrite e/ou refluxo. Após 4 encontros, que se resumiam aos relatos apenas das queixas, pois nada além disso lhe fazia sentido, uma vez que estava isolada em casa há meses; foi à segunda consulta com psiquiatra, e relatou a consulta com este: “eu não sei o que ele disse, minha irmã foi comigo, ela me disse que preciso tomar os remédios” (sic). Antes da consulta com o médico, tinha aconselhado levar uma pessoa 'neutra' para ser seu intérprete, Maria então tinha dito que iria com a intérprete da igreja, o que não aconteceu. Peço-lhe então que reflita seu empoderamento comunicacional, de como saiu de uma consulta sem saber o que foi dito sobre ela e o que ouviu do profissional; ela então explicita: “sempre foi assim” (sic). O psicoterapeuta então pergunta: tem que ser assim sempre? Responde que “não” (sic). A nova consulta com o psiquiatra estava marcada para um mês após. A partir daí deu-se início, durante os encontros, novos diálogos sobre a comunicação dela com os demais profissionais de saúde. O psicoterapeuta então pergunta pela consulta com o gastroenterologista, ouve como resposta que foi marcada e não sabia para quando. Então foi solicitado que procurasse saber a data e que

soubesse, também, os nomes dos profissionais, etc. Decorreram-se 3 sessões até a ida para o gastroenterologista. Na consulta, ela disse que “falou” (sic) o que estava sentindo, o psicoterapeuta perguntou, como foi isso: falar? Ela disse que “oralizou algumas coisas” (sic). Perguntado como se sentiu e o que foi dito (para essa consulta ela foi com a mãe), respondeu dizendo que desta vez a médica disse que ela precisava fazer exames antes de receitar algo. Maria, ao relatar essa experiência, conclui o atendimento dizendo: “foi bom ter falado com a médica” (sic). Uma sessão depois questionou ao psicoterapeuta sobre o exame que faria (endoscopia), disse que não sabia o que era e que ninguém a explicou, o que demonstra que ela não consegue dialogar, perguntar coisas simples a mãe e a irmã. O psicoterapeuta explicou o que sabia sobre o exame, e assim como todas as vezes que havia a explicação de alguma coisa relativa a saúde, Maria fazia uma expressão e dizia: “agora entendi” (sic). Exame realizado, ela chega sorridente ao atendimento e diz: “bem que você disse, eu não senti nada, dormi” (sic), então ela sorri. “A médica disse que tenho refluxo e que remédio vai me ajudar” (sic). Após ir ao novo atendimento com psiquiatra, vem acompanhada da mãe, esta diz que o médico solicitou que ela tomasse o mesmo medicamento com o miligrama maior, mas Maria se nega a tomar por acreditar ser um novo medicamento; mas não o era, apenas a cor da caixa era diferente, pois seria de outro fabricante. Explicou-se para ela, em frente à sua mãe o equívoco das embalagens, e só então ela percebeu o equívoco feito pela filha. Aproveito para pontuar sobre a comunicação entre elas; a mãe, dizendo que era “normal” (sic) e a filha, olhando fixamente para a mãe, diz: “a gente nem se fala direito” (sic). Passadas 8 consultas, percebe-se uma melhora significativa dos sintomas de Maria e um processo de comunicação entre os profissionais, melhor.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a falta de uma comunicação mais clara entre a paciente e os demais profissionais, que não utilizam a Libras, incluindo até a relação familiar é comprometida por causa da ausência de comunicação na língua da paciente. Assim como, percebe-se que o cuidado integral da paciente, foi fundamental para remissão dos sintomas.

REFERÊNCIAS

SOLE, M. C. P. O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2005.

ID 43: ICOM – A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES, COM ATENÇÃO ESPECIAL NA ÁREA DA SAÚDE

Gisele Pereira Gama Garcia¹; Adriano Rodrigues dos Santos²; João Batista Alves de Oliveira Filho¹; Romário Garcia Alves³; Lilia Vanessa Souza Teles⁵; Francisco Raimundo Holanda Vasconcelos⁴
Autor para correspondência: gisele.garcia@ufca.edu.br

¹Universidade Federal do Cariri - UFCA; ²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE; ³Universidade Federal da Paraíba - UFPB; ⁴Universidade Federal do Ceará - UFC; ⁵Instituto Nacional da Educação de Surdos - INES

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Aplicativo ICOM; Pessoas Surdas; Acessibilidade na Saúde.

INTRODUÇÃO

Diariamente nos deparamos com o surgimento de novas tecnologias, que visam facilitar o dia a dia das pessoas, com ênfase nas que enfrentam barreiras de comunicação e informação. Entre os inúmeros aplicativos criados recentemente, o ICOM foi desenvolvido especialmente para auxiliar o surdo que necessita de uma prestação de serviço e não dispõe de intérprete para fazer a interação entre ele e o atendente. Neste trabalho focamos as pessoas surdas, que necessitam utilizar os serviços da saúde e não contam com um intérprete ou mesmo um funcionário qualificado para prestar o auxílio, então é neste momento que o ICOM entra em ação, disponibilizando um intérprete virtual, bastando para isso possuir um celular ou tablet, com o aplicativo, o qual interage perfeitamente numa conversação entre surdos e ouvintes que não sabem a Libras e desconhecem a cultura surda. O ICOM é um dos meios de comunicação que oferece às pessoas surdas a oportunidade de se tornar independente no seu trivial.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Realizar uma discussão crítica sobre o uso do ICOM como ferramenta de comunicação entre surdo e ouvinte nos órgãos da saúde.

Objetivos específicos:

- Discutir os benefícios da ferramenta ICOM nos atendimentos aos surdos na área da saúde;
- Explicar as funcionalidades do serviço ICOM;
- Considerar os serviços dos profissionais Intérpretes de Libras;

DESENVOLVIMENTO

Pessoas surdas e o acesso aos equipamentos da saúde

Como cidadãos brasileiros, as pessoas surdas são reconhecidas perante a lei com direitos adquiridos, como ter acesso a um intérprete de libras sempre que se fizer oportuno. Nestas circunstâncias, entendemos que as mesmas têm direitos à saúde e ao seu atendimento, garantidos, com a presença do mesmo.

De acordo com a legislação, há dois importantes direitos inerentes às pessoas surdas, com relação ao acesso à saúde, é o direito à própria saúde e a ter profissionais da área, capacitados em Libras ou um profissional intérprete de Libras para lhes atenderem.

[...]atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; (Decreto 5.626/05, Art. 25º).

Entende-se legalmente a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras como: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa”. (Lei 12.319/10, Art. 2º).

Na área da saúde, os Intérpretes de Libras, sempre serão profissionais almejados pelos surdos para o acesso às informações e comunicações com qualidade, a lei já garante isso, porém, nem sempre ela é cumprida. Cabe aos surdos a luta pela efetivação de seus direitos.

O serviço do ICOM

Em contexto a mencionada legislação, no que diz respeito ao acesso a saúde dos surdos e pensando nas diversas possibilidades e modalidades de interpretação de Libras, foi pensado no aplicativo ICOM como um útil meio de comunicação, com o intuito de contribuir na interação comunicativa entre as pessoas surdas e ouvintes que não têm conhecimento da Libras.

De acordo com o ICOM (2018), o mesmo é conhecido como um serviço inovador, criado pela Associação de Amigos Metroviários dos Excepcionais, que é uma entidade privada e sem fins lucrativos. Este serviço disponibiliza uma central de tradução simultânea, onde através de tecnologia, sejam eles, computadores, tablets ou celulares e de uma boa conexão via cabo ou wi-fi, busca oferecer fácil acesso à comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes.

Sua funcionalidade acontece por meio de uma chamada em vídeo, onde ocorre um diálogo entre a pessoa surda e a empresa com mediação à distância, de um intérprete qualificado e fluente em Libras. O ICOM busca ainda promover respeito e cidadania ao público surdo, oferecendo serviços em locais públicos e privados, com o objetivo de garantir ao surdo, o direito de ser atendido em seu próprio idioma.

CONCLUSÃO

Ao pensar em uma nova possibilidade de comunicação entre surdos e ouvintes na área da saúde, o ICOM apareceu como forma viável e prática, onde permite uma comunicação semelhante a um intérprete in loco.

Através de experiências dos autores desta pesquisa, acreditamos que órgãos de saúde poderiam adotar este aplicativo, para utilizar no atendimento aos surdos, ou os próprios poderiam baixar em seus celulares ou tablets e usarem quando necessário. Porém, há um ponto negativo a considerar em relação ao aplicativo, é que o mesmo depende da internet para funcionar.

A ferramenta ICOM, no atendimento aos surdos, na área da saúde, apesar da gratuidade do serviço e de comprovada ajuda, não substitui o intérprete, que é o meio de comunicação entre surdos e ouvintes mais eficaz e humano e qualifica o atendimento e entendimento entre o surdo e o profissional da saúde. Portanto, o intérprete de libras deve prestar assistência in loco, sempre que solicitado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acessado em: 13/09/2018.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acessado em: 08/09/2018.

ICOM. Disponível em: <http://www.icom-libras.com.br/>. Acessado em: 13/09/2018.

ID 46: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM EM CRIANÇAS SURDAS E FONOAUDILOGIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luís Henrique Souza Pires¹; Desirée De Vit Begrow¹
 Autor para correspondência: *rique_pires@hotmail.com*

¹Universidade Federal da Bahia

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de Linguagem; Surdos; Fonoaudiologia Bilíngue

INTRODUÇÃO

A dualidade entre as perspectivas educacionais, oral e bilíngue, norteia o olhar sobre o processo de aquisição de linguagem em crianças surdas. A primeira abordagem está focada na reabilitação auditiva e aquisição da oralidade, com práticas distantes dos usos sociais da linguagem, objetivando adequar o sujeito a uma sociedade majoritariamente ouvinte. A segunda, por sua vez, prioriza a aquisição da língua de sinais (LS) por acreditar que esta é a língua natural do surdo, ocupando a língua portuguesa oral e/ou escrita, o status de segunda língua na constituição linguística da pessoa.

Tais concepções orientam as produções literárias em diversos campos, como é o caso dos trabalhos produzidos pela fonoaudiologia.

OBJETIVOS

Verificar as contribuições da fonoaudiologia nos estudos sobre aquisição de linguagem em crianças surdas e identificar os trabalhos com a participação de fonoaudiólogos norteados pela perspectiva bilíngue.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura nacional em português e internacional de língua inglesa realizado nas bases de dados do Google Acadêmico, PUBMED, LILACS, portal de periódicos da CAPES e Oxford Academic. Serão usados como descritores: Aquisição de Linguagem, Surdos, Língua de Sinais, Fonoaudiologia e *Language Acquisition/Language Development, Deaf, Sign Language, Speech Therapist/Speech Pathologist*. Foram incluídos na pesquisa: artigos publicados completos em periódicos nacionais e internacionais, em português e em inglês; artigos que abordem a temática “aquisição da linguagem em surdos” com pelo menos um autor fonoaudiólogo, pesquisas realizadas com crianças de até 12 anos e artigos no período compreendido entre 2005-2018. Não foram considerados artigos que citam a Fonoaudiologia, mas que não possuem fonoaudiólogos entre os autores e pesquisas realizadas com crianças com múltiplas deficiências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados neste estudo são ainda parcializados, uma vez que a pesquisa está em processo de análise, especialmente pelo grande número de artigos para serem lidos e interpretados. Contudo desde já se observa que dos 5.893 artigos da literatura nacional em língua portuguesa encontrados na busca inicial, apenas 20 enquadraram-se aos critérios de inclusão e notou-se redução do número de publicações encontradas quando se utilizou como critério a inclusão de um fonoaudiólogo entre os autores dos trabalhos. Destes, apenas quatro (20%) mencionam a temática da aquisição da linguagem com a língua de sinais, enquanto os outros 16 (80%) abordam o tema restringindo o

processo ao desenvolvimento da linguagem oral através de reabilitação com implante coclear (IC) ou aparelho de amplificação sonora individual (AASI).

Olhando para o material pesquisado até o momento e entendendo-se a fonoaudiologia constituída no trabalho com a pessoa surda a partir dos critérios reabilitadores e fortemente influenciados por uma perspectiva clínico-terapêutica, de antemão se esperava o que a literatura vem apresentando em nossa busca. Isso retrata o que a história da educação dos surdos deixa antever de forma tão marcante, a busca pela "normalização" da pessoa surda pelas práticas reabilitadoras. E esse entendimento histórico da fonoaudiologia é reforçado pelo apresentado por Lane (1992, p. 11) quando diz: "O nosso ponto de vista normal em relação aos surdos, a forma como falamos deles, são um produto da história". Isso significa que nosso discurso diz o que acreditamos e isso afeta a quem dirigimos nossa prática, de um jeito ou de outro.

Desta forma, observa-se nesta análise preliminar, o predomínio de estudos norteados pelas etapas de desenvolvimento de linguagem propostas pela perspectiva teórica inatista, o que possibilita inferir sobre as concepções de linguagem, língua, sociedade, cultura e sujeito no processo de aquisição da linguagem, que são adotadas pelos pesquisadores da área. Os trabalhos desenvolvidos sob o olhar presentes na fonoaudiologia, em sua maioria, restringiram o início e/ou sucesso do processo de aquisição de linguagem à oralidade, sendo que apenas um citou a língua de sinais como fator positivo ou "neutro" quando em associação a reabilitação auditiva.

A redução do número de publicações encontradas quando se utilizou como critério a inclusão de um fonoaudiólogo entre os autores dos trabalhos, aponta para a necessidade de mais contribuições destes profissionais à temática e principalmente no aprofundamento de estudos a partir da fonoaudiologia sobre a língua de sinais.

CONCLUSÃO

Mostra-se imprescindível que a fonoaudiologia se debruce mais no estudo do processo de aquisição de linguagem com a criança surda para permitir que o trabalho com essa comunidade seja realizado de forma efetiva e assim se contribua com a desconstrução de paradigmas reabilitadores e normativos. É necessária também a produção de mais estudos sobre a temática na perspectiva bilíngue.

REFERÊNCIAS

LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência. A comunidade surda amordaçada. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1992.

ID 51: REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA FIGURAÇÕES CULTURAIS: SURDOS NA CONTEMPORANEIDADE (2008-2009). O QUE NOS APONTA SOBRE AS QUESTÕES DE SAÚDE?

Marcelo Victor de Arruda Freitas¹; Ernani Nunes Ribeiro¹; Daniella Oliveira Albuquerque Lins¹
Autor para correspondência: mvictorarruda@hotmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexões; Saúde; Surdos.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de pessoas com deficiência tem sido tema recorrente em diversos espaços de construção social com o objetivo de promover a redução das desigualdades sociais, educacionais e sanitárias para essas pessoas. No que se refere à pessoa surda, há uma série de dificuldades enfrentadas na acessibilidade a diversos serviços, especialmente os de saúde. Baseado nisso, foi realizada uma avaliação do relatório produzido pelo Centro SUVAG de Pernambuco nos anos de 2008/2009 sob a coordenação do Prof. Dr. Abdias Vilar de Carvalho e que tinha como objetivo traçar um panorama da pessoa surda em Pernambuco, considerando a família, escola, trabalho, associações e outros espaços de sociabilidade, a fim de conhecer com maior abrangência e profundidade a situação dos surdos (CARVALHO, 2009).

A ausência de abordagens acerca dos serviços de saúde, portanto, limita o processo de inclusão social da pessoa surda, posto que, somente a partir do conhecimento de suas necessidades e limitações diante desses serviços, é possível promover o aprimoramento de políticas públicas e a tomada de decisões que tornem a inclusão um processo eficaz e integral. Tal necessidade se apresenta, então como um chamamento à elaboração de novas metodologias de estudos que possam aprimorar a percepção acerca das relações da pessoa surda e suas limitações no acesso aos serviços de saúde, objetivando, como afirma Bauer e Gaskell (2005), investigar a realidade social buscando elementos que descrevam fenômenos e interações entre os agentes sociais imersos nas teias do real, em interação com outros agentes, podendo, desta forma, desenvolver novas estratégias de atendimento, acolhimento e resolução de suas necessidades.

OBJETIVOS

Avaliar o panorama da pessoa surda no que se refere aos aspectos de saúde – necessidades, limitações, acesso aos serviços e principais percepções – a partir do relatório final da pesquisa “Figurações Culturais: surdos na contemporaneidade”, elaborado pelo Centro SUVAG de Pernambuco

DESENVOLVIMENTO

O relatório final da pesquisa “Figurações Culturais: surdos na contemporaneidade” teve como base de sua construção 52 trabalhos acadêmicos formulados entre os anos de 2008 e 2009 e cujo conteúdo foi utilizado no processo reflexivo da construção deste trabalho, buscando desvelar as interconexões entre os fenômenos, bem como as relações das partes com a totalidade do trabalho, a historicidade dos fenômenos e suas contradições, o que dá a esta pesquisa um cunho qualitativo, visto que considera os procedimentos para coleta, tratamento e análise dos dados como dados construídos pelo próprio objeto a ser pesquisado. (BAUER, GASKELL, 2005). Outrossim, utilizou-se de métodos bibliográficos na busca de referências e informações já elaboradas e publicadas por pesquisadores e teóricos que possibilitam, de acordo com Alves-Mazzotti (1999), esclarecer, aprofundar e dialogar com reflexões para o entendimento e análise do objeto de estudo. Tais análises permitiram a construção de parâmetros que analíticos para a observação da relevância do estudo acerca da problemática proposta

CONCLUSÃO

Tomando como bases as leis, decretos e estatutos que buscam garantir à pessoa surda uma inclusão integral na sociedade, é possível concluir que esse processo ainda apresenta fragilidade quanto aos aspectos práticos relacionados às questões sanitárias. A saber, a Lei 10.436/02 em seu Art. 2º afirma que serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva (BRASIL, 2002), no entanto, o Decreto 5.626/05, embora regulamente essa lei, obriga a inserção da Libras apenas na educação – formação de professores para o exercício do magistério – e no curso de fonoaudiologia, restando aos demais profissionais da saúde a participação em ações integradas com os demais profissionais da educação para o fornecimento de modalidade oral da língua portuguesa. Por fim, o Capítulo III do Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário, mas, ainda assim, a análise do relatório permite concluir que, embora o intuito da pesquisa tenha sido elaborar um panorama sobre o contexto social da pessoa surda em Pernambuco, não abordou as questões relacionadas à temática da saúde, reafirmando as limitações ainda existentes no trato da saúde da pessoa surda enquanto parte fundamental no processo de inclusão social, focando somente em questões educacionais e culturais e deixando a saúde como tema de estudos feitos a partir de recortes de populações e/ou realidades específicas da pessoa surda.

Isso nos leva a considerar a necessidade de abordagens que permitam uma análise real das necessidades da pessoa surda nos serviços de saúde que não lhe dissocie do contexto da análise baseado em sua condição e limitações, nem fazendo análises a partir de recortes que desconsiderem seu pertencimento enquanto sujeito social, tampouco desconsiderando a saúde enquanto processo determinado por fatores presentes em todos os níveis e áreas de sua vida social.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências sociais**. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZ NAJDER, F. **O MÉTODO NAS CIÊNCIAS NATURAIS E SOCIAIS: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999;
- BAUER, M. W., GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem E Som**. Ed. Vozes. 2005;
- BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 14/09/2018;
- BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>. Acesso em: 14/09/2018;
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília, DF. 2002. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/biblio/guia.html>>. Acesso em: 14/09/2018;
- CARVALHO, A.V. (Coord.). **Pesquisa figurações culturais: surdos na contemporaneidade**. Centro SUVAG de Pernambuco. Recife. 2009;

ID 52: A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Giane Lopes Oliveira¹; Ana Milena Vieira Peixoto¹; Victor Alexander Santos Nascimento¹; Émile Assis Miranda Oliveira¹

Autor para correspondência: giane.lopes07@outlook.com

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Atenção Primária à Saúde; Comunicação.

INTRODUÇÃO

A comunicação é uma necessidade inerente ao convívio social, e faz parte do cotidiano das pessoas desde os primórdios da história da humanidade, sendo essa, possibilitada através da linguagem, e é por intermédio dela que transmitimos conhecimentos, ideias e sentimentos, e assim como os ouvintes, os surdos também adotam meios de transmitir e desenvolver a comunicação. Nesse sentido, a língua de sinais é a língua primária dos surdos, aquela em que há a construção dos pensamentos, dando sentido e significação (GÓES, 1996).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tem a finalidade de apresentar a língua e a cultura surda, sendo reconhecida pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, possibilitando-lhes a oportunidade de criar vínculos com a comunidade ouvinte, assim como a sua interação na sociedade (BRASIL, 2002).

Entretanto, a Libras ainda não é uma realidade comum a todos os brasileiros, pois não está totalmente difundida no país, o que impossibilita a garantia plena dos direitos de cidadania dos surdos. Uma dessas limitações pode ser citada no cuidado integral a saúde do paciente surdo, em que se observa um processo deficitário desde ao paralelo universitário, com implementação tardia da Libras como disciplina nos currículos dos cursos de saúde, até uma falta de preparação dos profissionais de saúde para acolherem com dignidade esses pacientes, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde de equidade, integralidade, universalidade, e direito à informação (MARQUETE; COSTA; TESTON, 2018).

OBJETIVOS

Relatar a importância da Libras na grade curricular dos cursos de saúde.

DESENVOLVIMENTO

Durante o V semestre da graduação do Curso de Fisioterapia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, houve o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais. Em um dos momentos da disciplina, que é optativa no curso em questão, foi solicitada a realização de uma entrevista com surdos da comunidade para fazermos uma busca mais aprofundada de sinais e para colocarmos em prática o que havíamos aprendido. A entrevista consistiu de duas discentes e quatro surdos e versou sobre gostos (cor, frutas, comidas), costumes, religião, família, dificuldades enfrentadas pelos mesmos ao serem atendidos por profissionais de saúde, sonhos, medos, visto que a comunicação foi realizada unicamente através da língua de sinais. No decorrer do trabalho, foi denotado a importância da Libras, como uma ferramenta real de comunicação entre as estudantes ouvintes e os surdos, demonstrando a dimensão dessa linguagem, para uma efetiva comunicação.

As estudantes sabiam pouco, apenas o introdutório, mas foi o suficiente compreender um pouco da história de cada surdo entrevistado e, dessa forma, despertar o desejo de criar um maior vínculo como

futuros profissionais da área de saúde, tanto com a língua quanto com a comunidade surda, pois foram percebidos relatos de tristezas, angustias, falta de clareza sobre alguns procedimentos nos atendimentos.

Um estudo realizado com 16 surdos no município de Varginha no estado de Minas Gerais no ano de 2010 demonstrou obstáculos enfrentados pelos surdos na comunicação com os profissionais das Unidades de Atenção Primária à saúde.

Também foi apontado pelos entrevistados já supracitados, que os mesmos se sentem desprezados e com medo devido ao despreparo do profissional ao atendê-los, não sendo reconhecidas suas necessidades em uma visão holística, por uma falta de conhecimento e domínio da Libras. Sendo apontado, portanto pelo estudo a necessidade da inclusão da Libras como disciplina obrigatória para os cursos da área de saúde (ABREU; FREITAS; ROCHA, 2015).

CONCLUSÃO

Denota-se a necessidade da Libras como disciplina obrigatória e com uma maior carga horária na grade curricular dos cursos da área de saúde, uma vez que os profissionais possam estabelecer um atendimento mais humanizado e individualizado com os surdos, sem a necessidade de um intérprete, afim de os surdos possam expressar seus próprios problemas de saúde. A este respeito, o direito à saúde é um direito indispensável protegido pelo Estado e assegurado a todas as pessoas, portanto cabe ao surdo esse mesmo direito, que em muitas das vezes é violado, em detrimento de um atendimento desqualificado por falta de conhecimento suficiente da língua materna dos surdos e segunda língua oficial do nosso país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Juscélio Clemente de; FREITAS, Janaina Marques Rocha; ROCHA, Lamara Laguardia Valente. A percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das unidades de atenção primária à saúde – UAPS. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research –BJSCR**, v. 9, n. 1, p. 06-11, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

GÓES, Maria Cecília Rafael de, 1996. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados.

MARQUETE, Verônica Francisquete; COSTA, Maria Antônia Ramos; TESTON, Elen Ferraz. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. **Revista baiana de enfermagem**, v. 32, e24055, 2018.

ID 58: A LIBRAS COMO FERRAMENTA ASSISTENCIAL EM UM SERVIÇO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE AUDITIVA

Juliana Donato Nóbrega¹; Marilene Calderaro da Silva Munguba¹; Adriana Di Donato Chaves²; Ricardo José Soares Pontes¹

Autor para correspondência: julianadonato7@yahoo.com.br

¹Universidade Federal do Ceará (UFC); ²Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Língua de sinais; Atenção à saúde; Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas linguísticas (2005, 2002) e de acessibilidade (2004) têm estimulado o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para favorecer a inclusão social de pessoas surdas. Pesquisas no campo da Educação (SKLIAR, 2005; STROBEL, 2008; LOPES, 2011) e, mais recentemente na Saúde (CHAVEIRO et al, 2010; NÓBREGA et al, 2013), têm se ocupado deste expediente. No entanto, não é comum nos serviços de saúde a presença de trabalhadores que se comuniquem pela Libras e tampouco práticas assistenciais que considerem o uso da língua de sinais, sobretudo no Serviço de Atenção à Saúde Auditiva (SASA) que tradicionalmente estimula a criança surda à aprendizagem da língua oral e desencoraja o uso da língua de sinais.

OBJETIVOS

Investigar as ações desenvolvidas em Língua Brasileira de Sinais em um Serviço de Atenção à Saúde Auditiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa realizado, no período de 2016 a 2018, no SASA de um município da região Norte do Estado do Ceará, Brasil. Foram entrevistados 10 trabalhadores do SASA. As informações foram organizadas em núcleos temáticos para análise temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará-COMEPE, Parecer 1.615.689/16, de acordo com as exigências das Diretrizes e Normas da Pesquisa em Seres Humanos, expressas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que o Serviço de Atenção à Saúde Auditiva tem estimulado o uso e a aprendizagem da comunicação em Libras por meio de ações que constituíram os núcleos temáticos deste estudo, tais como: 1) oficinas para pais, crianças e adolescentes surdos; 2) atendimento individual para aprendizagem da língua de sinais; 3) mediação comunicativa entre profissionais e usuários surdos, auxiliada pela instrutora de Libras. As **oficinas** ocorrem quinzenalmente com a participação de pais, crianças e adolescentes surdos e profissionais de saúde. Nestas são realizadas atividades práticas para aprendizagem da Libras pela instrutora. Em outros momentos, os profissionais de saúde (fonoaudiólogos, psicólogos e assistência social) discutem com as famílias temáticas diversas relativas ao cotidiano familiar, inclusive dialogam sobre a aprendizagem da Libras e da língua oral. O **atendimento individual** para aprendizagem da Libras pela criança e adolescente surdo também acontece e é realizado pela instrutora de Libras. Normalmente esta atividade ocorre quando a criança já se encontra em terapia para a aprendizagem da língua oral, sendo encaminhada para estímulo da língua de sinais. Alguns pacientes permanecem nas duas atividades, outros apenas na terapia oral e outros na estimulação de língua de sinais. Importante ressaltar que alguns pais recusam o uso da comunicação pela língua de sinais, questionando inclusive a conduta do profissional fonoaudiólogo que encaminha para este tipo de estimulação. Por outro lado, com o tempo de terapia e a permanência no serviço, os pais que inicialmente rejeitavam a língua costumam aceitá-la. **Quanto à mediação**

comunicativa pela instrutora de língua de sinais, ela ocorre nos atendimentos individuais (por exemplo: terapia de estimulação à comunicação oral), grupais (terapia de estimulação à comunicação oral com mais de um paciente), coletivos (oficinas) e também no contato entre a recepção e o paciente.

CONCLUSÃO

Há aceitação da língua de sinais no espaço, no entanto, as práticas desenvolvidas necessitam ser negociadas. Estas práticas se voltam ao ensino da língua, à orientação à aprendizagem desta língua e a mediação comunicativa entre os surdos e profissionais ouvintes do serviço. As oficinas de Libras têm favorecido a aproximação entre pais e filhos tanto em seu aspecto comunicacional como relacional. Do ponto de vista da aprendizagem da língua, é necessário aprimoramento teórico e técnico para seu ensino no serviço de saúde. A presença da instrutora na mediação comunicativa favorece a comunicação entre surdo, usuário de língua de sinais, e, profissionais de saúde ouvintes, possibilitando que estes se sintam mais à vontade ao interagir durante o atendimento. Embora perceba-se os benefícios do uso da Libras para pessoas surdas, a língua ainda não goza das mesmas prerrogativas que a língua oral.

APOIO

À Capes, pela concessão de bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei No. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2009.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M.; PORTO, C.C.; MUNARI, D.B.; MEDEIRO, M.; A.; DUARTE, S.B. R. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enferm.* 2010; 15 (4): 639-45.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. 2a.ed Belo Horizonte: Autêntica, 20011.

NÓBREGA, J.D.; ANDRADE, A.B.; PONTE, R.J.S.; BOSI, M.L.M.; MACHADO, M.M.T. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciências e saúde coletiva**. 2012;.17(3) :671-679.

STROBEL, K. L. **Surdos**: os vestígios culturais não registrados na história. 2008. Tese (Doutorado) - Departamento em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. *In: _____*. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3.ed Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

ID 59: PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS PARA SURDOS: EXPERIÊNCIA DO USO DE LIBRAS NA PRÁTICA DE AÇÕES EDUCATIVAS

Ricardo Vinicius Simões Vieira¹; Renata Caroline da Silva Lima¹; Mácia Andreza de Jesus Santos¹; Marília Urçulino Gomes¹; Helayne Alves Cardoso de Moura¹; Deuzilane Muniz Nunes¹
Autor para correspondência: ricardosimoesv@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Farmacêutica; Uso Racional de Medicamentos; Surdez.

INTRODUÇÃO

São inúmeras as dificuldades que os indivíduos surdos enfrentam nos serviços de saúde. Uma das grandes barreiras encontradas por eles é o de utilizar medicamentos com segurança (SANTOS, 2004), onde são necessários recursos eficientes para melhor entendimento sobre o uso dos fármacos, respeitando suas limitações. Por esse motivo, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) é um recurso de comunicação que precisa ser conhecido e valorizado na prática das ações em saúde (CHAVEIRO, 2008). Portanto, leva-se em conta a necessidade do uso da Libras em todas as instituições de assistência à saúde como único meio de garantir atendimento e tratamento adequado as pessoas com deficiência auditiva (BRASIL, 2002).

No processo de trabalho do farmacêutico os serviços por ele prestados devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, na prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde. O direito à informação é reconhecido como um dos direitos fundamentais dos cidadãos, sendo a informação sobre medicamentos uma ferramenta essencial para o cuidado à saúde, que precisa estar disponível também a população surda.

A Libras, como instrumento ideal de comunicação entre profissionais de saúde e pessoas com surdez, deve facilitar as ações de promoção do uso racional de medicamentos, tornando-as mais efetiva para a comunidade surda.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo relatar algumas experiências obtidas na prática de educação em saúde, através de oficinas e ações voltadas para a promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) direcionados à comunidade surda.

DESENVOLVIMENTO

Oficinas de promoção do URM aos surdos da região do Vale do São Francisco são desenvolvidas periodicamente por um grupo de estudantes de cursos de saúde e docentes farmacêuticos da UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), com o apoio de uma professora surda.

Esta equipe faz parte do NEFarmS (Núcleo de Estudos em Farmácia Social), em que está inserido o CIM/UNIVASF (Centro de Informação sobre Medicamentos da UNIVASF). As oficinas veem sendo desenvolvida periodicamente na UNIVASF, quando os surdos são convidados, ou em escola bilíngue de Petrolina, onde já estudam surdos.

Nestes encontros tivemos experiências em práticas educativas, realizando oficinas de promoção do Uso Racional de Medicamentos para a população surda. As oficinas foram todas feitas em LIBRAS, garantindo o repasse de informações diretas e de fácil compreensão, também foram utilizadas imagens e representações teatrais, fortalecendo o recurso visual da língua.

Apesar de muitas vezes ser usado como auxílio para melhor comunicação no atendimento com o público surdo, o português escrito não tem como assegurar total compreensão do assunto pelo indivíduo, pois, “assim como a Língua Portuguesa falada é a primeira língua para indivíduos ouvintes nascidos no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a primeira língua dos surdos, sua língua materna.”.

A partir das ações educativas, foi possível notar a importância da promoção de saúde para a população surda e a carência de informação e cuidado em que eles estão inseridos. Durante as oficinas, através das dúvidas e relatos que os surdos faziam, possibilitou a compreensão de um espectro de dificuldades enfrentadas pelos surdos no que tange a assistência em saúde. Trata-se de um problema que perpassa desde a assistência básica até todos os núcleos de cuidado, ou seja, é um infortúnio presente em todos os lugares de serviço de saúde, sem distinção entre públicos e privados.

Pensando na assistência farmacêutica, existem dificuldades básicas na utilização de medicamentos que implica em problemas sérios de segurança do paciente. Tornou-se perceptível a falta de autonomia em saúde do surdo, não há atendimento humanizado, muito menos a possibilidade de comunicação efetiva, fatos isolados que formam um conjunto crítico e alarmante. A carência em relação a LIBRAS pelos profissionais (até mesmo pelo próprio surdo) é um grande limitador, embora entendamos que podem ser utilizadas estratégias de comunicação mesmo sem o conhecimento em Libras. Muitas vezes o paciente surdo é negligenciado, não havendo um interesse maior em buscar estratégias de comunicação.

A inserção da LIBRAS nas ações de um serviço farmacêutico, na verdade de todos os serviços de saúde, pode contribuir para melhorar as condições de saúde e a qualidade de vida do surdo.

CONCLUSÃO

A partir desta vivência percebemos que é necessário desenvolver estratégias para implantação de serviços farmacêuticos e de saúde em geral inclusivos a população surda. É preciso uma sensibilidade para a busca de estratégias de comunicação efetiva com o surdo, inserindo a Libras mais presente nos ambientes de cuidado a saúde. Precisamos de profissionais de saúde qualificados para a comunicação efetiva com todos, sendo capacitados em língua de sinais, com formação continuada voltada para humanização e inclusão na saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. DF: DOU, nº 79 – Seção 1, 2002.

CHAVEIRO N, BARBOSA MA, PORTO CC. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. Ver Esc Enferm USP. 42(3):578-83. 2008.

SANTOS E., M, SHIRATORI K. A necessidade de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. Rev. Eletr Enferm. v. 06, n. 01, p.68-76, 2004.

ID 60: IMPACTO NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA DA UFPE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS

Thaís Rayane Duarte de Moraes¹; Danielle Samara Bandeira Duarte¹; Eduarda Lopes Honorato de Souza¹; Maria Zelia da Mata Baumgartner do Monte¹; Rafaela Alcântara Barros de Oliveira¹; Sabrina Pinheiro Bezerra¹

Autor para correspondência: thaismoraids@hotmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

PALAVRAS-CHAVE: Fonoaudiologia; Libras; Saúde.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o percurso sócio histórico dos povos surdos iremos nos deparar com o contexto de exclusão que se manteve durante séculos e que, em muito, contribuiu para o atraso educacional e inclusão social desta população. Na perspectiva clínica, a falta de conhecimento sobre as peculiaridades, sobretudo linguísticas e culturais, contribuiu para a marginalização das pessoas surdas (SANTANA, 2007).

A partir da década de 90, alguns fonoaudiólogos, contrários aos métodos oralistas de reabilitação, percebem as pessoas surdas como sujeitos da diferença (MARIANI *et al*, 2016).

Diante da necessidade de formação dos profissionais da Fonoaudiologia frente às pessoas surdas, seja no campo clínico ou educacional, a disciplina Libras, de acordo com o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), tornou-se obrigatória nos cursos de Fonoaudiologia, assim como nas licenciaturas.

OBJETIVOS

Refletir sobre o impacto na formação de estudantes do curso de Fonoaudiologia da UFPE a partir das vivências nas disciplinas de Libras.

DESENVOLVIMENTO

Por muito tempo a relação da Fonoaudiologia com a comunidade surda foi caracterizada por movimentos de tensão, por não haver uma compreensão correta sobre o lugar legítimo dos sujeitos surdos ser o da perspectiva da diferença e não o da deficiência. O diagnóstico da surdez estava historicamente atrelado aos conceitos da impossibilidade de fala, de aprendizagem e de sucesso profissional (SANTANA, 2007).

Nesse sentido, revela-se a importância do conhecimento acerca dos conceitos que envolvem a língua de sinais e a comunidade surda. Devidamente instrumentalizados, os (as) fonoaudiólogos (as) passam a atuar de maneira mais humanizada, considerando o contexto bilíngue da aquisição da linguagem da pessoa surda (MARIANI *et al*, 2016).

Alinhada aos avanços conquistados na área da surdez e em relação aos aspectos dos direitos linguísticos e políticos das pessoas surdas, o curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Pernambuco (BRASIL, 2018) conta com três disciplinas obrigatórias de Libras, além de três eletivas, as quais têm como objetivo possibilitar o conhecimento sobre a Libras na perspectiva da construção de uma sociedade inclusiva, através da diversidade da comunicação, voltada às práticas fonoaudiológicas.

Os conteúdos abordados nas disciplinas são de grande relevância para o entendimento do contexto de vida da pessoa surda e para a interação do fonoaudiólogo com as pessoas surdas no âmbito da relação terapeuta-paciente.

A disciplina é ministrada por uma fonoaudióloga concursada para Libras com vaga específica para o curso de Fonoaudiologia. O ensino abrange não só o aprendizado gramatical da Libras, mas conceitos sobre a etnocentrismo/normocentrismo, cultura, identidade, aquisição da Libras como L1, arte surda, escrita de sinais. Na última disciplina, há um enfoque nas práticas em Libras nas diferentes especialidades fonoaudiológicas.

A humanização frente às pessoas surdas é destaque neste relato de experiência como fundamental. Olhar o outro para além do diagnóstico. Sendo assim, estudantes (futuros profissionais) poderão ter mais propriedade para tratar assuntos relacionados à aquisição da Libras com primeira língua, sobre como os pais de crianças surdas devem ser instruídos, como respeitar ao máximo o orgulho da comunidade surda, atuar em escolas bilíngues e serem profissionais comprometidos com a inclusão social.

Defendemos investimentos das autoridades com foco na qualidade de vidas das pessoas surdas, como a inserção da Libras no âmbito educacional e presença de intérpretes nos diversos espaços sociais. Particularmente na esfera da saúde, a capacitação de todos os profissionais e a presença de intérpretes. É fundamental o reconhecimento da comunidade surda e a implementação dos seus direitos.

A partir das nossas vivências com a Libras, tornou-se indispensável estarmos atentos ao contexto de vida dos pacientes e suas particularidades, nas dimensões biopsicossociais. Respeitar as diferenças existentes e entendê-las é imprescindível nas relações interpessoais.

Atuar de modo a mudar a realidade atual, diante das dificuldades que ainda são enfrentadas pelas pessoas surdas dentro dos serviços de saúde (público ou privado) e na área da educação.

Dentro dessa perspectiva, a disciplina Libras contribui na formação dos estudantes ao estimular a reflexão a partir da realidade que muitos enfrentam. É perceber a visão integral de saúde e a importância do preparo de futuros profissionais para atender as demandas de forma responsável, competente e sensível.

CONCLUSÃO

O ensino da Libras na graduação de Fonoaudiologia da UFPE contribui para além do aprendizado de uma nova língua, pois ela se caracteriza pela construção de uma sociedade mais inclusiva. Disciplinas em graduação de Fonoaudiologia não tornam os estudantes fluentes em Libras, mas os tornam dispostos ao diálogo, à empatia com o outro surdo.

Deste modo, os estudantes do curso de Fonoaudiologia da UFPE, ou qualquer outra instituição de ensino, que tenham a Libras em sua grade curricular são privilegiados por terem a oportunidade de aprender e semear o conhecimento ao despertar o interesse das pessoas a cerca desse tema, visando fomentar a inclusão à medida que buscam o aperfeiçoamento a fim de contribuir nos serviços de saúde e da educação, promovendo, acima de tudo, a humanização dos sujeitos de direito.

Tendo em vista que a Fonoaudiologia é a ciência que estuda a saúde da comunicação humana é imprescindível a inclusão da Libras na formação deste profissional, pois ela também é uma forma de comunicação natural e plena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 19/09/2018.

BRASIL. UNIVERIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Estrutura Curricular. Perfil: 7002-1. Curso: Fonoaudiologia.** Disponível em:<<https://www.ufpe.br/documents/39338/372050/Estrutura+Curricular.pdf/a3cfe3f8-a3fc-450e-a378-59fe301b00e8>> Acesso em set 2018.

MARIANI, Beatriz Zaki Porcelli; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle; TONOCCHI, Rita; BERBERIAN, Ana Paula. O trabalho fonoaudiológico em uma clínica dialógica bilíngue: estudo de caso. **CoDAS** 2016;28(5):653-660.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

ID 61: PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE CUIDADO HUMANIZADO A PESSOA SURDA

Adrielle Souza Pires¹; Léria Lorennah Cordeiro de Souza Muricy²; Cheila Nataly Galindo Bedor³
Autor para correspondência: adrielle.sp25@outlook.com

¹Discente de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco; ²Discente do Programa de Mestrado Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco; ³Docente do Colegiado de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização da assistência; Relações médico-paciente; Surdez.

INTRODUÇÃO

A temática acerca da humanização em saúde passou a ser discutida de forma mais aprofundada a partir da criação da Política Nacional de Humanização (HUMANIZASUS). De maneira geral, para viabilizar o cuidado humanizado e garantir a qualidade da assistência prestada nos serviços de saúde, as ações devem ser baseadas não só na razão científica, como também na razão sensível que se traduz pela solidariedade, forma de atenção, delicadeza, cortesia, empatia e comunicação efetiva (PEREIRA et al, 2012).

No entanto, na prática ainda se percebe a insatisfação na qualidade do atendimento ofertado e essa problemática é ainda mais alarmante quando se trata do indivíduo surdo, o qual enfrenta muitas barreiras na busca por cuidados à sua saúde, sendo a maioria consequência dos entraves na comunicação (MAGRINI, SANTOS, 2014).

OBJETIVOS

Analisar a percepção do profissional médico sobre o cuidado humanizado à pessoa surda.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, realizada em Unidades de Atendimento Multiprofissional Especializado – AME Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde de Petrolina-PE.

A coleta de dados foi através de entrevista, ocorreu entre novembro de 2017 a abril de 2018 e a análise seguiu os critérios do método de codificação e categorização proposto por Gibbs (2009): preparação dos dados, codificação baseada em conceitos, hierarquização de códigos e interpretação.

No primeiro momento dessa etapa foi realizada a transcrição das falas e em seguida ocorreu a identificação e o registro de trechos similares ou que expressassem o mesmo sentido. Posterior à codificação, se deu o refinamento e reorganização de maneira hierárquica desses códigos. Por fim, ocorreu a interpretação, que é o processo final onde o pesquisador interpreta o conteúdo, compreende e gera um conceito (GIBBS, 2009).

Esse estudo é um recorte de uma dissertação do Programa de Mestrado Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco e foi aprovado pelo comitê sob CAEE de número 66913217.0.0000.5196.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi composto por 10 médicos com média de idade de 30,1 anos, a maior parte (70%) possui de 1 a 4 anos de formados, enquanto que os demais concluíram a graduação no último ano. Quanto à assistência prestada à pessoa surda, os profissionais afirmaram ter realizado, em média, 2 a 4 atendimentos nos últimos seis meses.

Ao serem indagados sobre a percepção acerca do cuidado humanizado, os participantes relacionaram a humanização à atenção integral, ao acolhimento, ao respeito, à empatia, ao vínculo, ao atendimento centrado na pessoa e à garantia de direitos:

“Pra mim cuidado humanizado é aquele baseado no respeito entre ambas as partes, tanto do profissional quanto com relação ao paciente. E o respeito na sua forma mais ampla de ser pensada. Respeitando os direitos de acessibilidade que o paciente tem aos serviços de saúde, respeitando a sua integridade moral e física e também buscando um atendimento acolhedor, tentando entender o paciente da forma mais global possível, mais holística possível.” (ENTREVISTADO 6)

Resultado semelhante foi encontrado na literatura onde os entrevistados utilizaram as palavras respeito, empatia e acolhimento para associar a humanização (CALEGARI; MASSAROLLO; SANTOS, 2015).

Apesar de alguns autores considerarem redundante, o termo cuidado humano tornou-se parte da nomenclatura internacional sobre cuidar/cuidado. Assim, o cuidado humanizado se constitui como um processo de transformação no modo de fazer saúde, uma aliança entre o saber científico e competência tecnológica com a competência ética e relacional (PEREIRA et al., 2012).

A construção desse cuidado envolve a autonomia e protagonismo do sujeito, valorização dos seres envolvidos, aproximação interpessoal, empatia e o acolhimento. Assim, o cuidado humanizado se fundamenta no reconhecimento do ser como indivíduo biopsicossocial e espiritual, com direitos a serem respeitados (CORBANI; BRÊTAS; MATHEUS, 2009).

Quando os entrevistados foram questionados sobre sua percepção acerca do cuidado voltado à pessoa surda, houve divergência nas opiniões: a maioria (40%) considerou o atendimento ao surdo como humanizado, seguido por aqueles que consideraram como não humanizado (30%) e por fim alguns sujeitos avaliaram como parcialmente humanizado (30%).

Os sujeitos que percebem o cuidado como humanizado baseiam-se na sua prática profissional, na qual o acolhimento, o vínculo, a resolução da demanda e a satisfação do usuário foram alcançados, como mostra a fala abaixo:

“Eu acho que foi uma consulta eficaz, a gente atendeu o objetivo da consulta, de o paciente se sentir acolhido e perceber que existia um esforço de entender a demanda dele e que também a necessidade dele foi atendida.” (Entrevistado 02).

Os discursos dos entrevistados estão em consonância com achados verificados em um estudo realizado com pessoas com deficiência para identificar as necessidades de saúde pela ótica desses sujeitos. Dentre as necessidades apontadas está o desejo de ser cuidado, ouvido, orientado, valorizado em uma relação de confiança mútua e dialógica com o profissional (OTHERO; AYRES, 2012). Logo, observa-se que os profissionais percebem e valorizam aspectos no processo do cuidar que têm grande importância para usuários com deficiência.

Os entrevistados que não consideraram o atendimento prestado como sendo humanizado e aqueles que o avaliaram como parcialmente humanizado levaram em consideração o não estabelecimento de vínculo e as lacunas causadas pelas falhas na comunicação.

“Olha, não avalio que tenha sido 100% humanizado, por essas limitações da comunicação em si. Como eu disse, quando se fala em humanização tem-se o respeito, a subjetividade da pessoa, o acolhimento. E eu acho que nessa parte do acolhimento ficou a desejar.” (Entrevistado 06)

Para que um atendimento seja humanizado, o mesmo deve ser pautado no acolhimento, diálogo e vínculo e é nesse momento que o profissional ouve e discute com o usuário suas necessidades em saúde e como melhor solucioná-las (NASCIMENTO, FORTES, KESSLER, 2015). Uma vez que haja entraves na comunicação, há dificuldade em oferecer uma assistência humanizada.

CONCLUSÃO

A maioria dos entrevistados avaliou que sua assistência foi humanizada levando em consideração o acolhimento, a satisfação do usuário e o esforço em entender a sua necessidade.

Para aqueles que não consideraram o seu atendimento à pessoa surda como um cuidado humanizado, justificaram sua avaliação nas falhas decorrentes dos entraves na comunicação. Essas falhas se expressam na privação de autonomia, na falta de vínculo e não exploração dos aspectos subjetivos do indivíduo.

Diante do exposto, percebe-se que, apesar dessa compreensão dos profissionais acerca do cuidado humanizado, ainda é pertinente uma abordagem mais profunda do tema no que se refere à saúde da população surda, tendo em vista que esses indivíduos apresentam necessidades específicas que merecem atenção.

APOIO

Agradecimentos à UNIVASF/PIVIC pelo apoio.

REFERÊNCIAS

CALEGARI, R.C; MASSAROLLO, M.C.K.B; SANTOS, M.J. Humanização da assistência à saúde na percepção de enfermeiros e médicos de um hospital privado. Rev Esc Enferm USP · 2015; 49(Esp2) :42-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49nspe2/1980-220X-reeusp-49-spe2-0042.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2018.

CORBANI, N.M. de Souza; BRETAS, A.C.P; MATHEUS, M.C.C. Humanização do cuidado de enfermagem: o que é isso? Rev. Bras. Enferm. 2009, vol. 62, n. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n3/03.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2018.

GIBBS G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed; 2009.

MAGRINI, A.M; SANTOS, T.M.M. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? Distúrb Comun, São Paulo, 26(3): 550-558, setembro, 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14880/15215>>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

NASCIMENTO, G.B; FORTES, L.O; KESSLER, T.M. Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda. *Saúde (Santa Maria), Santa Maria*, Vol. 41, n. 2, Jul./Dez, p. 241-250, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/download/15121/pdf>. Acesso em 14 de maio de 2018.

OTHERO, M.B.; AYRES, J.R.C.M. *Healthcare needs of people with disabilities: subjects' perspectives through their life histories*. *Interface - Comunic. Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.219-33, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop1212.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2018.

PEREIRA, et al. Retomando as abordagens do cuidado sensível. *Revista electrónica trimestral de Enfermería, Murcia*, vol. 11, nº 01, Jan, 2012. Disponível em: <http://revistas.um.es/eglobal/article/view/143161/128591>. Acesso em 14 de maio de 2018.

ID 62: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA O APRIMORAMENTO DA LINGUAGEM ORAL DE SURDO ADULTO BILÍNGUE COM IMPLANTE COCLEAR

Adriana Di Donato¹; Alessandra Paulino Bahia da Silva¹; Clarice Monteiro¹; Ana Augusta de Andrade Cordeiro¹

Autor para correspondência: adrianadidonato1@gmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Surdo; Implante coclear.

INTRODUÇÃO

As opções de intervenção frente a perda auditiva passam por escolhas que orientam o modelo de aquisição da linguagem, considerando o desejo da própria pessoa e da sua família, quando esta não possuir idade para realizar escolhas. Na opção bilíngue, o sujeito se apropria da língua de sinais, no Brasil, a Libras, como primeira língua (L1), assim, passa a possuir instrumental linguístico para a aprendizagem de uma segunda língua (L2) – modelo bilíngue unimodal. A intervenção em língua oral poderá estar presente na modalidade bilíngue bimodal, quanto na opção exclusivamente oral (QUADROS, LILLO-MARTIN; PICHLER, 2014).

Os recursos auxiliares ao desenvolvimento da língua oral podem ser o aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ou o implante coclear (IC). O IC é um dispositivo eletrônico biomédico de alta tecnologia, desenvolvido para realizar a função das células ciliadas da cóclea que estão danificadas ou ausentes (MENESES; CARDOSO; SILVA, 2014).

Proporciona aos indivíduos com perda auditiva severa e/ou profunda a sensação da audição com a qualidade necessária para a percepção dos sons da fala. Na perspectiva da aquisição exclusivamente oral, defende-se que pessoas com perda auditiva podem desenvolver linguagem oral como forma de inserção social, comunicativa e profissional (NASCIMENTO; LIMA, 2015). O IC possibilita a otimização da percepção de fala e o *feedback* auditivo necessários para uma produção equilibrada da voz, melhorando a inteligibilidade (COELHO *et al*, 2009). Na proposta bilíngue bimodal, prioriza-se a língua de sinais para instrução e constituição linguística do sujeito surdo. Estudos apontam vantagens por esta opção (QUADROS; CRUZ; PIZZIO, 2012; CRUZ; FINGER, 2013; QUADROS, LILLI-MARTIN; PICHLER, 2014; NASCIMENTO; LIMA, 2015).

OBJETIVOS

Relatar a experiência do uso da Libras como ferramenta de mediação comunicativa, para fins de aprimoramento da linguagem oral de surdo adulto bilíngue com IC, na clínica fonoaudiológica.

DESENVOLVIMENTO

De uma ação extensionista, apresenta-se um relato de experiência com pessoa surda bilíngue usuária de IC, acompanhada na clínica-escola de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Pernambuco, com queixa da inteligibilidade da fala. Rosa (nome fictício), hoje aos 28 anos, ensino superior, adquiriu perda auditiva profunda bilateral, decorrente de meningite aos dois anos de idade, iniciando o uso de AASI e terapia fonoaudiológica.

À época, ingressa em uma escola bilíngue para surdos e, na adolescência, na escola regular. Aos 20 anos, fez a opção pelo IC, realizado na orelha direita, pelo sistema privado de saúde. Salienta-se que,

quando a meningite é a etiologia da perda auditiva, o IC se apresenta como a melhor forma de reabilitação da surdez profunda (SIMÕES, 2011). Ressalta-se que o acesso a este dispositivo só foi incorporado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2014 (BRASIL, 2014), ou seja, quatro anos após Rosa realizar o IC.

Na avaliação verificou-se que, dentre os processos fonológicos (PF) produtivos, que dificultam a inteligibilidade de fala, destacaram-se o ensurdecimento de fricativas e a simplificação de encontros consonantais. A abordagem para eliminação dos referidos PF produtivos mediados por explicações orais na abordagem aurioral tornaram-se limitados, pois os esclarecimentos dos aspectos suprasegmentares da fala (intensidade, continuidade, tonicidade, traço distintivo, entonação, sonoridade) eram muito difíceis frente seu grau de abstração. Estudos como o de Quadros, Cruz e Pizzio (2012) mostram que sujeitos com IC, apesar de passarem a ouvir, continuam sendo surdos e, por isso, continuam favorecendo o canal visual em detrimento ao canal auditivo. Buscando a eficácia da intervenção para o aprimoramento da comunicação, traçou-se um novo direcionamento terapêutico incluindo a Libras como ferramenta de mediação para auxiliar as explicações sobre os aspectos suprasegmentares da fala, devidamente acordado com a paciente.

Na equipe de atendimento fonoaudiológico dois membros possuem conhecimento em Libras, que passaram a contar com a orientação de uma docente de Libras do curso. O uso da Libras e dos estímulos orais são apresentados de forma alternada para controle das respostas. Os resultados apontam para o favorecimento da atenção auditiva focada para o monitoramento auditivo, possibilitando alcançar o aprimoramento da fala e da voz, além do relato de maior satisfação pela paciente.

CONCLUSÃO

A inclusão da Libras na abordagem aurioral vem apresentando resultados satisfatórios, observando-se a diminuição de ocorrências dos PF produtivos, com ganhos na qualidade vocal e na inteligibilidade de fala. Destaca-se o contentamento da paciente em terapia. Entendemos que a escolha da abordagem não deve limitar nossas ferramentas de aprimoramento, pois os benefícios da qualidade de vida dos pacientes é o que realmente importa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 18/SCTIE/MS 10 de junho de 2014, Brasília, 2014.

COELHO, Ana Cristina de Castro; BEVILACQUA, Maria Cecília; OLIVEIRA, Gisele e BEHLAU, Mara. Relação entre voz e percepção de fala em crianças com implante coclear. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 21, n. 1, p. 7-12, 2009.

CRUZ, Carina Rebello; FINGER, Ingrid. Aquisição fonológica do português brasileiro por crianças ouvintes bilíngues bimodais e surdas usuárias de implante coclear. **Letras de hoje**, v. 48, n. 3, p. 389, 2013.

QUADROS, Ronice Müller; CRUZ, Carina Rebello; PIZZIO, Aline Lemos. Memória fonológica em crianças bilíngues bimodais e crianças com implante coclear. **Revista virtual de estudos da linguagem**, v. 10, n. 19, p. 185, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de; LILLO-MARTIN, Diane; PICHLER, Deborah Chen. Sobreposição no desenvolvimento bilíngue bimodal. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 799-834, dez, 2014.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro; LIMA, Cibelle Carlos Sousa. Libras e Implante Coclear: contradição ou complementaridade? **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 142-172, 2015.

MENESES, Michelle Sales de; CARDOSO, Carolina Costa; SILVA, Isabella Monteiro de Castro. Fatores que interferem no desempenho de usuários de implante coclear em testes de percepção de fala. **Revista CEFAC**, v. 16, n. 1, 2014.

SIMÕES, Ana Margarida Freire Gaspar. **Implantação coclear por surdez pós-meningite bacteriana versus surdez congênita: comparação de desempenhos**. Dissertação de Mestrado. FMUC MEDICINA. Coimbra, 2011.

ID 63: PAIS SURDOS, FILHO OUVINTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ATENDIMENTO FONOAUDIOLÓGICO. E AGORA?

Adriana Di Donato¹; Erika Tamyres Pereira¹; Ana Cristina de Albuquerque Montenegro¹
Autor para correspondência: adrianadidonato1@gmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do espectro autista; Fonoaudiologia; Surdo.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na atualidade, caracteriza-o como um distúrbio do neurodesenvolvimento. Pessoas inseridas no TEA possuem, comumente, alteração na comunicação e interação social, assim como no comportamento. Como espectro, há grande variação no grau de intensidade, podendo ir do mais leve, ao mais grave (APA, 2013; RIVIERE, 2004; WALTER, 2009). Para muitos indivíduos com TEA, a comunicação com sistemas não-orais vem se mostrando eficientes. Assim, a Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) visa promover acessibilidade comunicacional e inclusão social. O estabelecimento de uma comunicação funcional possibilita a autonomia, refletindo no desenvolvimento cognitivo e educacional. O ganho no relacionamento familiar tem destaque particular (TOGASHI; WALTER, 2016). Chaveiro (2005) aponta importantes barreiras comunicacionais que as pessoas surdas enfrentam no acesso à saúde. Ter uma criança diagnosticada com TEA em uma família de pais surdos é um desafio peculiar. Surge outra questão: como se dá o acesso dos pais surdos aos profissionais da saúde que atuam junto à criança com TEA? Este estudo apresenta um estudo de caso em Fonoaudiologia com intervenção bilíngue para a criança com TEA e acompanhamento aos pais surdos.

OBJETIVOS

Relatar a experiência no atendimento fonoaudiológico de criança com Transtorno do Espectro Autista, ouvinte, filha de pais surdos utilizando a Comunicação Alternativa Aumentativa em uma perspectiva bilíngue (Libras/Português).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de estudo de caso, recorte da pesquisa intitulada “Fonoaudiologia e Autismo: conhecer, intervir e incluir”, CEP/UFPE CAAE nº 66933317.9.0000.5208, realizada na clínica-escola de Fonoaudiologia.

Nomear-se-á a mãe por Giulia e a criança por Pedro. Pedro tem 5 anos e 11 meses, estuda no ensino regular e mora com os pais. Apresenta queixa de atraso de linguagem decorrente do TEA. Audiologicamente normal. Esteve em atendimento fonoaudiológico, apresentando poucas respostas. Não era acompanhado pelos pais, devido à barreira comunicacional. Faz terapia ocupacional.

A intervenção objetiva o uso da Comunicação Alternativa Aumentativa como ferramenta comunicacional, adotando-se a perspectiva bilíngue (Libras/Português). A comunicação entre os pais e a equipe de fonoaudiólogas é realizada em Libras, conduzida pela estagiária responsável pelo atendimento e uma docente de Libras. A supervisão em TEA é realizada pela coordenadora da pesquisa.

Materiais utilizados na entrevista: protocolo Pragmática (FERNANDES *et al.*, 2004). Na avaliação e intervenção: *jump*, jogos de encaixe e brinquedos diversos. Garantindo a fidedignidade dos dados na entrevista com a mãe, a comunicação em Libras contou também com a presença da docente de Libras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ENTREVISTA. Giulia apresentou-se tranquila, relatando às entrevistadoras seu processo gestacional. Afirmou ter sido um período um tanto conturbado emocional e fisicamente, porém, sem intercorrências no parto. Descreveu o desenvolvimento motor da criança sem alterações, exceto por não ter andado com os pés totalmente apoiados no chão. Pedro possui dificuldade em realizar atividades que exijam integração corpo-espaço-mente e coordenação motora fina.

Aos 2 anos do Pedro, a família percebeu que a comunicação não estava adequada. Frequentemente, fazia uso instrumental do adulto, puxando-lhe pelo braço e realizando pouco contato visual. Atualmente, não se comunica por meio de sinais ou oralmente. Já enunciou o sinal “mãe”, significando pai ou mãe e “não” em português, com baixa ocorrência. Além de apresentar dificuldades na interação social da criança, foram descritos episódios de autoagressão. Possui boa alimentação, mas sem autonomia. Apresenta hábitos bucais deletérios (briquismo, bruxismo e onicofagia).

Ao final da entrevista, confiante, Giulia perguntou sobre o conhecimento da estagiária acerca do TEA e quais procedimentos seriam realizados com o filho. Após as respostas, disse ter ficado muito satisfeita com toda a entrevista. Destaca-se que a mãe se encontra em processo de empoderamento do seu lugar materno frente ao filho. Até então, os avós paternos assumiam a responsabilidade decisória dos acompanhamentos terapêuticos da criança.

AVALIAÇÃO. Pedro inicialmente apresentou resistência e tendência ao isolamento. Frente a insistência da terapeuta, respondeu a comandos simples, apresenta compreensão preservada, mas não compatível com a idade. Com base no protocolo Pragmática de Fernandes e colaboradores (2004), durante interação, os atos comunicativos observados foram poucos, sendo eles: expressão de protesto e reativo, além do não-focalizado. Foi observada grande dificuldade em relacionar animal-função-onomatopeia, contato visual assistemático e imitou alguns sons de seu interesse.

INTERVENÇÃO. Ainda em processo terapêutico inicial, foi observado relativo sucesso com a CAA, na primeira sessão, considerando pouco tempo de interação entre terapeuta e criança. Realizou-se a comunicação em Libras e em Português separadamente e a criança verbalizou “abre”. O foco da intervenção é tornar a CAA um recurso comunicacional, considerando a memória visual que criança com TEA possui, além de tornar uma possibilidade de acessibilidade comunicacional para os pais junto a criança, antes mesmo do surgimento mais efetivo da LIBRAS. Os pais vêm recebendo suporte sistematicamente em Libras desde o primeiro contato com a equipe da pesquisa.

CONCLUSÃO

Os profissionais da saúde estabelecem vínculo com as pessoas surdas, na medida que as barreiras comunicacionais são rompidas (CHAVEIRO, 2005). O estudo em Fonoaudiologia, ainda que insipiente, já apresenta respostas satisfatórias tanto para a criança, com ganhos no uso da CAA associada ao atendimento bilíngue, quanto para os pais, que participam como protagonistas do desenvolvimento de seu filho.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association. **DSM-V – Diagnostic and statistical manual of mental disorders**, 5. ed. Washington: British Library Cataloguing, 2013.

FERNANDES, F. D. M. Pragmática. In: ANDRADE, C. R. F.; BÉFI-LOPES, D. M.; FERNANDES, F. D. M.; WERTZNER, W. H. **ABFW: Teste de linguagem infantil nas áreas de Fonologia, Vocabulário, Fluência e Pragmática**. Carapicuíba (SP): Pró-Fono, 2004. 2ª edição. 90 p.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, Dec.2005.

RIVIÈRE, A. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COOL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2.ed., Porto Alegre: Artmed, v.3, p. 234-254, 2004.

TOGASHI, C. M; WALTER, C. C. F. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, p. 351-366, 2016.

WALTER, C.C. F. Comunicação alternativa para pessoas com autismo: o que as pesquisas revelam sobre o uso do PECS por pessoas com autismo. In: DELIBERATO, D. et al. (Org.) **Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologia e pesquisa**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, p.96-106. 2009.

ID 68: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTE COM SURDEZ EM UM SETOR DE GINECOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Jamildo de Arruda Filho¹; Jacqueline Santos Valença¹; Jeniffer Martins de Freitas¹; Raniele Oliveira Paulino¹; Sayonara Meirelles Gouveia de Oliveira¹; Rafaela Alcantara Barros de Oliveira¹

Autor para correspondência: jamildofilho@gmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Libras; Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A perda parcial ou total da acuidade auditiva, seja ela unilateral ou bilateral, a partir de 41 decibéis ou mais caracteriza o que se conhece por surdez (ARAÚJO et al., 2015). As causas da perda auditiva podem ser variáveis, além de apresentarem-se de diversos graus pode desencadear grandes consequências na vida destes. Segundo Silva e colaboradores, a deficiência auditiva pode ter origem congênita mediante o contágio por doenças como citomegalovírus, rubéola, sarampo, toxoplasmose, além do uso de drogas e álcool durante a gestação, ou adquirida, podendo ser causada por situações diversas ao longo da vida (Silva et al., 2014). Aproximadamente 5,1% da população brasileira possui alguma deficiência auditiva (9,8 milhões), dos quais 2,6 milhões são surdos de acordo com o IBGE. Em 2002, com a Lei N°10.436, o Estado garantiu à comunidade surda o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, além de assegurar formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, abrangendo também as instituições de saúde, sejam elas públicas ou privadas. Nesse sentido, o Decreto N° 5626/2005, em teoria, assevera o atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos (BRASIL, 2002). Em contrapartida à demanda e as exigências relativas ao arcabouço legal, estudos expõem um déficit de profissionais capazes de prover um atendimento humanizado, eficaz e qualificado a indivíduos surdos dentro dos serviços de saúde, muitas vezes relacionado a falhas na formação acadêmica e eventualmente aliados à falta de incentivo nos ambientes de trabalho para educação continuada. (SILVA; BENITO, 2016). Assim sendo, faz-se necessária uma reflexão a respeito da realidade encontrada nos ambientes hospitalares, suas problemáticas e possíveis soluções, bem como barreiras encontradas na implementação.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um estudo de caso realizado em um Hospital Universitário da Cidade do Recife – PE, a fim de refletir sobre a inclusão de pessoas surdas no contexto do atendimento clínico.

DESENVOLVIMENTO

O caso trata-se de uma paciente do sexo feminino, 57 anos de idade, surda com diagnóstico de câncer de ovário. A paciente MG encontrava-se no serviço de ginecologia no 7º dia de pós-operatório de anexectomia + salpingectomia, após diagnóstico de tumor de ovário. É acompanhada pelo serviço de nefrologia na unidade hospitalar desde o diagnóstico da síndrome de Alport que evoluiu para insuficiência renal e surdez. Diante do quadro exposto, a experiência ocorrida durante o estágio curricular da Disciplina de Administração em Enfermagem entre 27 a 31 de agosto de 2018, permitiu observar as dificuldades de comunicação existentes entre a paciente e a equipe de Enfermagem. Durante os plantões acompanhados foi identificado que nenhum dos profissionais responsáveis pela assistência sabia se expressar através da Língua Brasileira de Sinais, precisando, portanto, recorrer ao auxílio do acompanhante ou o uso de mímicas. Destaca-se também que os cuidados por meio do acompanhante se tornavam inexistentes na ausência do mesmo e ainda mais

constrangedor, tendo em vista que em um espaço ginecológico informações íntimas precisavam ser expostas. Nesse cenário, notou-se por parte da paciente que não havia um conhecimento acerca do seu quadro clínico ou prognóstico, uma vez que as informações médicas não se faziam acessíveis. Por conseguinte, a equipe de Enfermagem não pôde instaurar um plano terapêutico efetivo e adequado, detendo-se a diálogos simples sem o estímulo do autocuidado. Portanto, considerando que o autocuidado é essencial para o desempenho das atividades de vida diária, prevenção de saúde/e progressão da doença, é notório a dificuldade no atendimento sob uma perspectiva do princípio da integralidade no SUS (GALVÃO; JANEIRO, 2013). Partindo desta perspectiva, a educação permanente vem à tona como uma alternativa resolutiva para preparar os profissionais para lidar com questões de acessibilidade relativas à pacientes surdos (SILVA et al., 2014;); apesar da oferta de curso de libras aplicada à saúde pelo próprio hospital, é notável uma dificuldade de adaptação e/ou adesão e interesse por parte dos funcionários.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é perceptível que para prestar um bom serviço mais inclusivo e humanizado, além de oportunidade para qualificação em LIBRAS, faz-se necessária uma gerência que sensibilize e incentive sua equipe a tornar-se independente da figura do intérprete ou até mesmo de um acompanhante, favorecendo assim uma formação de vínculos valiosos na prestação do cuidado em saúde. De semelhante forma, é de suma importância a criação de ambientes e oportunidades favoráveis para o aperfeiçoamento e discussões sobre o assunto, uma vez que estes possibilitam uma assistência qualificada e inclusão dos indivíduos surdos nos serviços e espaços comunitários.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Camila Crisse Justino. et al. Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. **ABCS Health Sci.** Vol. 40, n.1, p. 38-44, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10. 436, de 24 de abr. de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, abr. 2002.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

GALVÃO, Maria Tereza dos Reis Lopes Silveira; JANEIRO, José Manuel da Silva Vilelas. Self-care in Nursing: Self-management, Self-monitoring, and the management of symptoms as related concepts. **Rev Min Enferm.** Vol. 17. n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo. et al. A Língua Brasileira de Sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba. Brasil. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** Vol. 16, n. 43, p. 995-1008, 2012.

SILVA, Paulo Sérgio da. et al. A Enfermagem e a utilização da Língua Brasileira de Sinais no atendimento ao deficiente auditivo. **Revista Uningá.** Vol. 17, n. 1, p. 05-12, 2014.

SILVA, Maria Aparecida Mendes da; BENITO, Lincol Agudo Oliveira. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre língua brasileira de sinais (LIBRAS). **Universitas: Ciências da Saúde,** Brasília, Vol. 14, n. 1, p. 23-30, 2016.

ID 73: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE SAÚDE COM FOCO NA PESSOA SURDA: UMA BIBLIOMETRIA

José Allyson da Silva¹; Antonio Carlos Cardoso¹; Anderson José de Andrade¹; Fellipe da Silva Matos¹; Morgana Manoela da Silva¹; Allisson Onildo da Silva¹
Autor para correspondência: joseloverno@gmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Bibliometria; Saúde; Pessoa surda.

INTRODUÇÃO

Oriundo de uma pesquisa maior acerca da produção científica, este trabalho se trata de uma bibliometria realizada a partir de uma análise exploratória e descritiva, referente às publicações de artigos em bases de dados sobre saúde com foco na pessoa surda. Segundo Araújo (2006) a Bibliometria é um tipo de pesquisa bibliográfica quantitativa e estatística, proveniente da Ciência da Informação. Por meio desses estudos pode-se ter um mapeamento bibliográfico da produção científica em determinada área de conhecimento, tema ou grupo populacional.

Nos últimos 16 anos, após marcos legais como a Lei de libras, Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) houveram mudanças no cenário político e legal do país no que tange às pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE/2010 (BRASIL, 2010), essa população totaliza aproximadamente 14.495.684. Tendo em vista esses dados, a surdez tem configurado como tema nos mais diversos tipos de publicações relacionadas em vários aspectos (AZEVEDO, GIROTO E SANTANA, 2015).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Este artigo tem como objetivo identificar, pela bibliometria, a produção científica, em algumas bases de dados, na área de saúde com foco na pessoa surda.

Objetivo Específico

Verificar as subáreas, temas, anos, descritores e bancos de dados mais frequente das produções na saúde relacionada com a pessoa surda, com foco em produções nos bancos de dados; Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Portal de periódicos CAPES/MEC Capes), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste estudo foram utilizadas as bases de dados: BVS, CAPES/MEC e Scielo. Os descritores foram; “pessoa surda”, “surdo”, “surdo-mudo” e “deficiente auditivo”. Estes termos se referirem ao público alvo, sendo a reflexão do termo mais adequado, não condizente com o objetivo do trabalho. Também foram usados os seguintes filtros: definição temporal “2013 à 2018”, idioma “português”, o tipo de produção “artigos”, coleção “Brasil” e área de conhecimento “saúde”. A seguir, as etapas;

1) O procedimento inicial foi a exploração dos trabalhos nas supracitadas bases de dados.

- 2) Em seguida foi realizado o refinamento inicial, no qual consiste numa verificação para excluir os trabalhos repetidos e os que não se enquadraram nos filtros citados anteriormente dentro de cada base e descritor.
- 3) O segundo cruzamento realizado foi o “intra descritores” que agrupou todas as bases (BVS, Capes e Scielo) de acordo com os descritores “pessoa surda”, “surdo” e “deficiente auditivo” retirando assim os trabalhos iguais entre as bases de mesmo descritor.
- 4) Posteriormente, realizou-se o cruzamento “inter descritores” com todas as produções obtidas em ambos os descritores, a fim de eliminar as repetições entre eles.
- 5) Por fim, analisaram-se os artigos restantes para distribuí-los quantitativamente nas áreas de conhecimento ou de temas e por anos de publicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise são apresentados, a seguir, de acordo com as etapas do procedimento.

A etapa de exploração resultou no quantitativo inicial de 130 produções. Cabe ressaltar que o descritor “surdo-mudo” foi descartado nesta etapa devido à ausência de produções. Na etapa de refinamento reduziu-se de 130 para 62 artigos. Observa-se que a base de dados com maior número de produções foi a BVS com 35 artigos e o descritor mais numeroso foi “surdo” com 40.

Cruzamento intra descritores

Com redução para 60 trabalhos, apenas o descritor “surdo” sofreu alteração. Observa-se também este descritor ainda se mantém em maior quantidade.

Cruzamento Inter descritores

Nesta etapa retiraram-se seis repetições, restando o número de 54 artigos. Posterior a esse cruzamento pode-se ser feita uma análise com os artigos restantes.

Análise de área e ano de publicação.

Dos artigos restantes 26 não eram situados na saúde ou não tinham foco na pessoa surda. Dos que eram da área de saúde com foco na pessoa surda, 28 artigos, as categorias encontradas foram: implante ou aparelho auditivo (6), acesso da pessoa surda à saúde (5), trabalhos na área de Psicologia (5), fonoaudiologia (4), enfermagem (4), odontologia (2), medicina (1) e engenharia (1). Em relação ao ano de maior produção, temos o ano de 2014 com oito.

CONCLUSÃO

Através da bibliometria realizada em bases de dados (BVS, Capes e Scielo), pode-se ter um mapeamento bibliográfico da produção científica. Constatou-se que grande maioria do material fornecido por ambas as bases não correspondeu com os requisitos utilizados. No entanto, obteve-se a média de 5 artigos por ano. No quantitativo final pode-se considerar que entre as bases, a BVS mostra maior frequência de artigos do que as demais pesquisadas, e em relação aos descritores, obteve-se maior quantidade de artigos com o uso da palavra “surdo”. A respeito das áreas temáticas, a que teve maior número foi sobre implante e aparelho auditivo com 6 trabalhos. Ademais, tem-se uma incipiente representatividade das áreas de conhecimento da saúde. Dessa forma, este trabalho pode contribuir como indicador para ampliar pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Revista em Questão, 1(12), 11-32. 2006. <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495> Acesso em 16 de agosto, 2018.

AZEVEDO, C.B.; GIROTO, C.R.M.; SANTANA, A.P.O. Produção de conhecimento na área da surdez. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 4, p. 459-476, outubro a dezembro de 2015

OLIVEIRA, M., SANTOS, Simone A. A produção científica sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras) presente nos currículos Lattes do CNPq. Perspectivas em Ciência da Informação, v.22, n.4, p.35-46, out. / dez. 2017.

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoa com deficiência, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/http://deficientefisico.com/resultados-do-censo-2010-feito-pelo-ibge-sobre-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 13 agosto 2018.

ID 76: A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA DISCENTES DO CURSO DE MEDICINA

Yndri Frota Farias Marques¹; Carolina Lustosa de Medeiros¹; Esther Barata Machado Barros¹; Lucas Carvalho Soares¹; Pauliane Miranda dos Santos¹; Clesivane do Socorro Silva do Nascimento¹

Autor para correspondência: yndrifrota@hotmail.com

¹Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Promoção da saúde; Surdez.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, é um meio legal de comunicação e expressão de natureza visual motora, utilizada pela comunidade surda brasileira para comunicar-se com o meio social no qual está inserida (BRASIL, 2002). Assim, é de suma importância que os profissionais da saúde tenham domínio dos sinais básicos dessa língua, para dessa forma, compreender a pessoa com surdez no processo saúde-doença e estabelecer a escuta qualificada com essa comunidade.

A ausência de uma abordagem mais integral e equânime ao paciente com surdez é uma realidade presente em grande parte das portas de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao despreparo comunicativo dos profissionais na abordagem a esses indivíduos.

OBJETIVOS

Estabelecer a convivência dos discentes de medicina com a comunidade surda, bem como incentivar a equipe de saúde a realizar escuta qualificada, afim de que os objetivos da Atenção Primária à Saúde (APS) sejam alcançados e realizar a inclusão da pessoa surda nos diferentes níveis de atenção à saúde.

DESENVOLVIMENTO

A realização de projetos de extensão em LIBRAS direcionados para os acadêmicos de medicina proporciona o aprendizado dos sinais básicos dessa língua, bem como a compreensão e o diálogo com a comunidade surda, a fim de promover uma comunicação efetiva e integral. Após alcançar esses objetivos faz-se necessário a introdução do discente na comunidade surda, pois quanto maior a convivência, maior será a inclusão.

Os graduandos poderão assim colocar em prática todo o conteúdo teórico previamente abordado nos projetos de extensão, a exemplo da oficina de LIBRAS básica e médica realizada pela Liga Acadêmica de LIBRAS Médica do Piauí (LALIMPI). Após esta qualificação, os discentes, ao serem inseridos no mercado de trabalho, poderão colocar em prática os conhecimentos adquiridos na graduação e sensibilizar os demais profissionais da equipe de saúde sobre a importância do conhecimento da língua de sinais, com o objetivo de realizar a promoção da saúde e a prevenção de agravos dessa população vulnerável.

Os discentes capacitados em LIBRAS irão atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde com uma abordagem diferenciada e integral.

CONCLUSÃO

Partindo desse pressuposto, está sendo iniciado uma nova abordagem na graduação médica com a inserção do aprendizado da língua de sinais e conseqüentemente, com a formação de médicos preparados para estabelecer a comunicação eficaz com as pessoas portadoras de surdez. Dessa forma, é possível fornecer a continuidade da assistência, bem como encorajar os pacientes surdos a buscarem o serviço de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2002). Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. (2005). Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005: regulamenta a Lei n. 10.436, sancionada em 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 14 mar. 2018.

ID 79: ANATOMIA COM AS MÃOS – APRESENTAÇÃO DO CORPO HUMANO PARA A COMUNIDADE SURDA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Yndri Frota Farias Marques¹; Carolina Lustosa Medeiros¹; Pauliane Miranda dos Santos¹; Raul Sá Rocha¹; Luana Cristina Farias Castro¹; Clesivane do Socorro Silva do Nascimento¹

Autor para correspondência: yndrifrota@hotmail.com

¹Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP.

PALAVRAS-CHAVE: Anatomia; Inclusão Educacional; Língua de Sinais.

INTRODUÇÃO

No Brasil desde 2002, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como a segunda língua oficial do país pela LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Notadamente, é de grande valia impulsionar a quebra na barreira comunicacional entre os ouvintes e o povo surdo. Por esse motivo, o primeiro projeto “Anatomia com as mãos” foi realizado em outubro de 2016 com o povo surdo de Parnaíba-PI, onde acadêmicos de medicina treinados ensinaram de forma lúdica e interativa, o básico de anatomia do corpo humano utilizando a LIBRAS.

Tomou-se conhecimento de que uma considerável quantidade de surdos da região não sabia denominar as partes de seu corpo, o que conferiu uma importância maior à atividade.

OBJETIVOS

O projeto teve como objetivo ultrapassar a barreira da comunicação entre estes acadêmicos e o povo surdo, promovendo inclusão e acessibilidade a este público.

DESENVOLVIMENTO

No laboratório de anatomia, as peças anatômicas estavam dispostas em bancadas e havia um aluno responsável por cada peça. Buscou-se explicar e mostrar ao participante surdo a forma de cada órgão, bem como informá-lo sobre sua função e localização.

Foi de grande valia observar a curiosidade que era adquirida no decorrer da atividade e a forma como reagiam ao descobrir a real forma dos órgãos em relação à percepção que anteriormente possuíam sobre os mesmos. Ademais, foi notória a surpresa e empolgação deles ao entenderem o que foi proposto, o que reforça positivamente o alcance do objetivo da dinâmica.

A atividade promoveu ao participante uma nova maneira de se comunicar com os profissionais da saúde, uma vez que a partir daquele momento ele saberia localizar e denominar melhor a sua queixa em uma futura consulta médica.

CONCLUSÃO

A experiência proporcionou um valioso elo de comunicação entre ouvintes e surdos através da LIBRAS, o que permitiu ultrapassar a barreira da comunicação entre eles, proporcionando uma troca mútua de conhecimento, inclusão e acessibilidade. Esta experiência, promoveu aos futuros médicos e profissionais da saúde a importante reflexão sobre a relevância de aprimorar os conhecimentos na LIBRAS para melhor compreender as necessidades do paciente surdo, pois a comunicação é um direito básico de todo cidadão e para assegurar o seu direito à saúde é necessário que os profissionais de saúde estejam preparados para recebê-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2002). Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 3 mar. 2018.

ID 81: DESAFIOS NO CUIDADO EM SAÚDE DA MULHER SURDA

Yndri Farias Marques¹; Carolina Lustosa Medeiros¹; Robério Araújo de Carvalho¹; Esther Barata Machado Barros¹; Jackeline Dias Cunha Nogueira¹; Clesivane do Socorro Silva do Nascimento¹
Autor para correspondência: yndrifrota@hotmail.com

¹Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher; Língua de Sinais; Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde situa-se como meio de acesso à cidadania, segundo a Declaração dos Direitos Humanos. Esta questão aparece, então, categorizada em vários eixos nos quais a Saúde da Mulher tem preponderado em alguns aspectos e sido negligenciada em outros. Quando se observa substratos menores é gritante o descaso ainda relacionado às condutas destinadas à mulher surda, que, marginalizada, fica segregada e sem os conhecimentos básicos sobre sua própria saúde, o que a faz alvo de agravos e abusos que poderiam ser evitados com ações preventivas simples.

OBJETIVOS

Identificar os principais obstáculos na prevenção e promoção da saúde da mulher surda, bem como detectar quais categorias de saúde são mais negligenciadas quando se trata da saúde destas mulheres.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma consulta na literatura nacional já existente, buscando publicações entre os anos de 2013 e 2018, utilizando fontes de literatura sobre artigos que discorreram sobre a saúde da pessoa surda, dando prioridade àqueles com foco na saúde da mulher surda. Foi atestado que, desde as Unidades Básicas de Saúde, consideradas a porta de entrada do Sistema Único de Saúde, até hospitais referenciais de agravos e de grande porte, persistem diversas barreiras na obtenção de conhecimentos básicos de saúde por parte das mulheres surdas, reflexo da dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde, que não conhecem a LIBRAS, o que exige a presença de um intérprete e a perda da privacidade da paciente, prejudicando desde a anamnese até o diagnóstico. Incide ainda nesta dificuldade de acesso, a superproteção por parte da família, que muitas vezes trata a surda como uma pessoa incapaz de cuidar de si, promovendo uma barreira que impede a chegada de informações para essas mulheres usuárias do sistema de saúde.

CONCLUSÃO

É necessário identificar estas mulheres surdas e criar estratégias de saúde que garantam a obtenção de conhecimentos preventivos e de promoção de saúde, bem como o fortalecimento de sua autonomia e autocuidado, garantindo cuidado inclusivo, qualificado e eficaz. Além disso, estabelecer mecanismos de aprendizagem e aperfeiçoamento da LIBRAS por parte da equipe interdisciplinar que atua em cada nível de atenção de saúde, a fim de que os próprios membros da equipe possam estabelecer uma comunicação direta com a paciente e para que as informações sejam compreendidas sem a necessidade de um interlocutor intérprete ou familiar, o que asseguraria uma relação de maior confiança e sigilo com esta usuária. Este aprendizado também favorece o estabelecimento de um vínculo mais forte entre profissional e paciente, além de um maior aproveitamento do atendimento e ações terapêuticas, pois ao mesmo tempo que repassa informações necessárias e básicas, também legitima a autonomia da mulher surda quanto à sua saúde.

REFERÊNCIAS

COSTA, Amanda de Andrade et al. Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online), v. 10, n. 1, p. 123-129, 2018.

DE PAULA, Thayane Fraga; GEDIEL, Ana Luisa Borba; DIAS, Mylene Mayara Santos. Mulheres Surdas e o acesso às informações acerca da Saúde. *JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750*, v. 7, n. 1, p. 147-147, 2016.

GEDIEL, Ana Luisa Borba. As mulheres surdas e o sistema público de saúde: caminhos para o acesso aos direitos sexuais reprodutivos deaf women and the health public system: ways to access sexual and reproductive rights. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 48, p. 75-87, 2017.

MERÇON, Thays et al. Aspectos da Comunicação Acerca da Sexualidade e a Surdez: um Estudo Comparativo de Sinais Entre Libras e American Sign Language para a Produção de Material Didático de Relevância para a Saúde da Mulher Surda. *Blucher Medical Proceedings*, v. 1, n. 2, p. 22-22, 2014.

NOBREGA, Juliana Donato; MUNGUBA, Marilene Calderano; PONTES, Ricardo José Soares. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 30, n. 3, 2017.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 1, 2016.

ID 82: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CUIDADO AO SURDO

Luana Paula de Figueiredo Correia^{1,2}; Marcia de Assunção Ferreira¹

Autor para correspondência: luanafcorreia@gmail.com

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; ²Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Representações Sociais; Cuidado à saúde; Pessoa surda.

INTRODUÇÃO

O SUS prima pela assistência integral valorizando os contextos, processos culturais, considerando as peculiaridades e interesses das pessoas envolvidas. Cuidar implica formar vínculo, ter empatia, respeito às diferenças, mediados pela comunicação. No cuidado em saúde à pessoa surda comumente há perda de privacidade, prejuízo no acesso às informações, diagnóstico e tratamento, gerando sentimentos de incerteza e frustração (OLIVEIRA et al 2015; HARICHARAN, 2013). Os profissionais de saúde pouco conhecem sobre a comunidade surda e sua compreensão pode estar balizada por estigmas que interferem no processo de cuidar (ARAUJO et al., 2015), e também por representações que geram barreiras comunicacionais e atitudinais. No contexto das medidas de inclusão da pessoa surda e do cuidado ao surdo, destaca-se a publicação do Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei de Libras, exigindo serviços de saúde preparados para atender pessoas surdas, porém não torna obrigatória a disciplina de Libras na formação em saúde. A difusão da língua de sinais (LS) não só supera barreiras linguísticas, mas também atitudinais, evidenciando uma imagem do surdo para além da deficiência sensorial, ao mostrar o desenvolvimento da pessoa em seus aspectos cognitivos, de linguagem e sociais mediados pela LS.

OBJETIVOS

Caracterizar o cuidado ao surdo como fenômeno de representação social e refletir sobre a aplicabilidade da Teoria das Representações Sociais (TRS) para estudá-lo.

DESENVOLVIMENTO

A TRS corresponde a elementos simbólicos construídos socialmente expressos por meio da linguagem, traduzindo percepções, opiniões a respeito de um objeto ou fato (JODELET, 2001). Na saúde, destaca-se por abordar fenômenos socioculturais, oportunizando a compreensão sobre as pessoas, seus afetos, ações, colaborando com o cuidado fundamentado na perspectiva do outro, a quem este se destina (FERREIRA, 2016). Mesmo que de forma incipiente, a oferta da disciplina de Libras nas graduações em saúde, de forma optativa, e cursos de Libras para profissionais de saúde são uma realidade, reflexo do Decreto 5626/2005. É necessário conhecer se o contato com a Libras tem contribuído com a formação de representações sobre o cuidado ao surdo, pois as representações alimentam as práticas, que expressam e formam representações. A compreensão desse processo promoverá condições para melhoria na qualidade da assistência ao surdo. O cuidado ao surdo pode ser estudado pela TRS, uma vez que atende aos requisitos postos pela Teoria: pressão por inferência, focalização e dispersão da informação (SÁ, 1998), pois tem relevância social, é discutido nas mídias, legislações, demonstrando a dispersão da informação; há relevância acadêmica com crescimento de pesquisas e eventos na área de saúde, materializando a focalização e por ter sido tema da redação do ENEM em 2017, evidenciando a pressão a inferência.

CONCLUSÃO

A TRS tem potencial de aplicabilidade para estudar o cuidado a pessoa surda, pois o atendimento envolve não só conhecimento técnico, mas também demandas de caráter subjetivo, relacionados à experiência de vida, afeto, ideologias, reforçando a necessidade de estudá-lo à luz de outros referenciais que não somente biológico, visando entender pensamentos coletivos que possam subsidiar propostas que visem a superação de entraves, integralidade do cuidado e transformação social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO C.C.J, COURA A.S, FRANÇA, I.S.X, ARAÚJO, A.K.F, MEDEIROS, K.K.A.S. Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. *ABCS Health Sci.* v. 40, n. 1, p. 38-44, 2015.

BRASIL. Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n° 10.436/2002, o art. 18 da Lei n° 10.098/2000, e dá outras providências. Brasília, 2005.

FERREIRA, M. A. Teoria das Representações Sociais e Contribuições para as Pesquisas do Cuidado em Saúde e de Enfermagem. *Esc Anna Nery*; v. 20, n. 2, p 214-219. 2016.

HARICHARAN, H. J. et al.. *Can we talk about the right to healthcare without language? A critique of key international human rights law, drawing on the experiences of a Deaf woman in Cape Town, South Africa.* *Disability & Society*, v. 28, n. 1, p. 54-66, 2013

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

OLIVEIRA Y. C. A.; CELINO S. D. M.; COSTA G. M. C.. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis [Internet]*. 2015 Mar; v 25 n 1, p 307-320.
SÁ, C. P. Construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

ID 85: ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DO ACESSO DOS USUÁRIOS SURDOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Barbara Conceição Vilas Bôas Marques Britto¹; Yanna Luiza Carvalho Queiroz Santos; Dileane Mota da Silva; Eriane Silva dos Santos de Assis

Autor para correspondência: babumarques@yahoo.com.br

¹FESFSUS.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento; Classificação de Risco; Surdo.

INTRODUÇÃO

O acesso aos serviços de saúde tem sido uma das principais dificuldades encontradas pelo surdo para garantir o direito à autonomia do cuidado da própria saúde. A dificuldade de comunicação pela língua de sinais durante o atendimento acaba por afastar esse usuário.

O Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR) é hoje a principal ferramenta para garantir os princípios da universalidade e equidade aos serviços de saúde. O ACCR é a utilização de cores para garantir a prioridade de acesso baseada nos riscos apresentados pela queixa do paciente, logo é direito do surdo esse acesso qualificado, bem como compreender a utilização da ferramenta.

OBJETIVOS

Apresentar um relato de experiência sobre a construção de uma cartilha para profissionais de saúde para o Acolhimento com Classificação de Risco a pessoa surda.

Apresentar a cartilha que tem por objetivo nortear profissionais de saúde no acolhimento ao paciente surdo.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho a ser apresentado trata-se de um relato de experiência de profissionais de saúde que realizaram o curso de Libras básico para profissionais de saúde ofertado pela Escola de Saúde Pública da Bahia que resultou na elaboração de uma cartilha com o objetivo de nortear profissionais da rede SUS no ACCR ao paciente surdo. Utilizou-se para a elaboração da cartilha o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (CAPOVILLA, 2001). A cartilha construída visa facilitar o acesso de pacientes surdos aos serviços de saúde tanto na Atenção Básica, quanto na média e alta complexidade da saúde pública ou privada.

CONCLUSÃO

Após a realização do curso básico de Libras e a compreensão da história de luta da sociedade surda, os profissionais de saúde construíram um produto que auxiliará na inclusão desta sociedade nos serviços de saúde sem a necessidade de intérpretes para o início da assistência, contando com perguntas básicas para o seu acolhimento na rede de saúde, garantindo qualidade na assistência, equidade e resolubilidade. A cartilha além de nortear os profissionais da rede de saúde no cuidado ao surdo, possibilitará o estabelecimento do vínculo entre o profissional e paciente surdo, respeitando sua individualidade enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Volume I: Sinais de A a L (vol 1, pp1-834). São Paulo, SP. Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001a.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Volume II: Sinais de M a Z (vol 2, pp835-1620). São Paulo, SP. Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001b.

ID 92: SURDEZ E SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ASPECTOS LEGAIS DO ATENDIMENTO AOS SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Amaya de Oliveira Santos¹; Carmem Lúcia Alves Ribeiro Rodrigues²; Yasmin Carla de Sousa¹
Autor para correspondência: amayaoliveira@gmail.com

¹Faculdade Uniasselvi; ²Secretaria Municipal de Educação de São Raimundo Nonato, PI.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos legais; Saúde; Surdos.

INTRODUÇÃO

O acesso aos serviços de saúde ainda é uma grande dificuldade para os surdos que mesmo apesar das Leis garantirem o direito das pessoas com deficiência nos serviços de saúde, o despreparo dos servidores em estabelecer uma comunicação com as pessoas surdas nas Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, nos Hospitais e nas demais empresas de saúde seja pública ou privada não garante aos surdos um atendimento de qualidade.

O atendimento a pessoas surdas nos serviços de saúde deve versar sobre uma perspectiva de inclusão valorizando sua língua de sinais, sua identidade e a cultura própria das pessoas surdas nos três níveis de atendimento à saúde desde o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) até os serviços em hospitais de grande porte e de complexidade e diferentes especialidades médicas.

Os pacientes com deficiência auditiva e os surdos devem receber atendimento específico para sua deficiência, atendendo a comunicação em sua língua, a Libras.

Neste contexto, é imprescindível que todos conheçam as legislações que asseguram aos surdos um atendimento equânime e de qualidade e assim é necessário discutir e conhecer os aspectos legais do atendimento as pessoas surdas e a promoção da acessibilidade comunicacional nesse atendimento.

Portanto, este artigo tem como finalidade discutir as leis que garantem o atendimento integral a saúde das pessoas surdas e identificar que dificuldades as pessoas surdas encontram ao procurar um serviço de saúde.

OBJETIVOS

Discutir as leis que garantem o atendimento integral a saúde das pessoas surdas

Conhecer os aspectos legais do atendimento as pessoas surdas e a promoção da acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde

Identificar que dificuldades as pessoas surdas encontram ao procurar um serviço de saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Refere-se a uma pesquisa de caráter teórico consistindo num estudo bibliográfico buscando as fontes teóricas e legislação existente sobre o atendimento e acesso das pessoas surdas aos serviços de saúde.

As pesquisas bibliográficas são fundamentais nos trabalhos acadêmicos, uma vez que por meio dela percebem-se as teorias e as fundamentações científicas existentes. A pesquisa foi feita através do levantamento das leis que asseguram as pessoas o atendimento nos serviços de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dessa pesquisa realizada foi possível conhecer e discutir muitas leis, decretos, Políticas de acesso as pessoas surdas aos serviços de saúde em diversos níveis de atendimento. Assim, será abordado alguns desses aspectos legais de atendimento as pessoas surdas.

As pessoas surdas têm os mesmos direitos que as pessoas sem deficiências e necessitam tanto da promoção, prevenção e tratamento de saúde que necessitar.

O atendimento as pessoas surdas nos serviços de saúde são asseguradas desde a Constituição Federal de 1988 que cita em seu artigo 196.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Um grande marco para as pessoas com deficiências que fortaleceu ainda mais os direitos foi a Lei Brasileira de Inclusão também chamada Estatuto das pessoas com deficiências Lei nº 13.146/2015 que refere em seu Art. 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No Art. 25. Ainda da Lei Brasileira de Inclusão em relação aos serviços de saúde refere que:

Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.

Percebe-se que além das barreiras arquitetônicas a lei coloca que os serviços saúde eliminem as barreiras referentes a comunicação, assim, é necessário que utilizem a Libras para comunicação com os pacientes surdos seja através de formações de seus servidores como ainda a presença de interpretes de Libras. Reforçando essa necessidade a LBI coloca em sua SEÇÃO ÚNICA – *Do Atendimento Prioritário Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de: V – acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;*

O Decreto 5626/2005 no seu Art. 25 estabeleceu que o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que oferecem os serviços de saúde devem garantir atenção integral à sua saúde, em seus diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva; IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado; V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica; VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa; IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

Esse decreto busca além dos atendimentos a saúde aborda o acesso a Língua Brasileira de Sinais por meio de intérpretes e também a formação dos profissionais na rede do SUS para a utilização da Libras em seus espaços de saúde.

CONCLUSÃO

Percebeu-se com essa pesquisa que muitas são as leis que garantem aos deficientes e pessoas surdas a garantia de acesso com qualidade aos serviços de saúde em todos os níveis de atendimento desde a Unidades Básicas de Saúdes aos hospitais de grande porte e especialidades diversas.

No entanto, muito ainda são as dificuldades de garantia efetiva desses serviços de saúde aos surdos, faltando na maioria das vezes a garantia da acessibilidade comunicacional nesses serviços. Necessitando de intérpretes de Libras e ainda de formação em Libras de seus servidores

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em:22 setembro de 2018.

ID 95: A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE MEDICINA ACERCA DE AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA A SAÚDE DO HOMEM COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Carolina Lustosa de Medeiros; Yndri Frota Farias Marques; Luana Cristina Farias Castro; Rebeca Coêlho Linhares; Raul Sá Rocha; Clesivane do Socorro Silva do Nascimento¹

Autor para correspondência: medeiroslustosa@gmail.com

¹Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Percepção; Homem.

INTRODUÇÃO

A qualidade dos serviços de saúde está atrelada a um atendimento humanizado, que é viabilizado por uma boa comunicação entre o prestador de serviço e aquele que o procura. Muitos grupos ainda passam por dificuldades no acesso aos conhecimentos mais básicos de autocuidado e à educação sanitária, o que gera quadros de saúde precária. Dentre estes, estão os surdos que, por muitas vezes, são negligenciados devido às barreiras de comunicação entre o médico e o paciente.

Nesse aspecto, inclui-se as barreiras encontradas pelos homens portadores de deficiência auditiva, uma vez que se considera os agravos desse público como um problema de saúde pública, no qual demanda ações preventivas e condutas específicas. Dessa forma, ações de educação e conscientização em saúde, voltado para o adulto surdo, são imprescindíveis na promoção do autocuidado.

OBJETIVOS

Relatar a percepção de acadêmicos de medicina sobre a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em ações acadêmicas, voltadas para a saúde de homens portadores de deficiência auditiva.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho trata-se de um estudo transversal descritivo, em que discentes da Liga Acadêmica de Libras Médica do Piauí (LALIMPI), do Instituto de Educação Superior Vale do Parnaíba (IESVAP), relatam suas percepções acerca da saúde do homem em ações sociais de educação e conscientização em saúde, voltada para os portadores de deficiência auditiva no município de Parnaíba - PI. Durante as ações, há uma abordagem holística, que inclui desde uma triagem – aferição de pressão, teste antropométrico e eletrocardiograma –, até esclarecimentos acerca da saúde do homem, com incentivo ao autocuidado e medidas de prevenção das principais patologias que acometem esse público.

Observou-se, portanto que essas ações são imprescindíveis para a comunidade surda, uma vez que foram identificadas diversas comorbidades que, a princípio, eram desconhecidas por esse público, considerando que a assistência é dificultada pela barreira de comunicação. Dentre esses obstáculos, destaca-se a dificuldade na relação médico-paciente, tendo em vista que o médico desprovido do conhecimento em LIBRAS, é incapaz de compreender com exatidão a queixa do paciente, envolvendo todos os seus aspectos biopsicossociais.

Ademais, destaca-se a alta prevalência de automedicações, oriundas do déficit de comunicação vivenciados por estes surdos. Nota-se, ainda, que não há grandes discussões acerca da saúde do homem, sendo, assim, considerada um tabu social.

Por isso, nas ações, foram identificados déficits de conhecimentos específicos sobre medidas preventivas, como o rastreamento do Câncer de Próstata. Alterações na triagem também foram identificadas, o que corrobora com um perfil já existente da falta do autocuidado masculino. Foram necessários, portanto, um reforço nas informações de educação em saúde, como a adesão à uma alimentação saudável, além do incentivo para a realização de exames periódicos.

CONCLUSÃO

Conclui-se, que devido as barreiras de comunicação na relação médico-paciente, o uso da LIBRAS em ações de educação em saúde, tem um impacto significativo para os surdos, visto que promove melhorias nos aspectos de saúde desse grupo vulnerável e, dessa forma, estimulam o autocuidado.

REFERÊNCIAS

FREIRE, D.B. et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil. Cad. Saúde pública, v.25, p.889-97, 2009.

FONTES, Wilma Dias de et al. Atenção à saúde do homem: interlocução entre ensino e serviço. **Acta Paul Enferm**, João Pessoa, v. 3, n. 24, p.430-433, dez. 2011.

ID 98: PERCEPÇÕES DE UMA INTEGRAÇÃO ENTRE ALUNOS DE MEDICINA E A COMUNIDADE SURDA EM PARNAÍBA-PIAUI

Carolina Lustosa de Medeiros; Yndri Frota Farias Marques; Jackeline Dias Cunha Nogueira; Luiza Maria de Alencar Cruz; Robério Araújo de Carvalho; Clesivane do Socorro Silva do Nascimento¹
Autor para correspondência: medeiroslustosa@gmail.com

¹Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Surdez; Linguagem de sinais.

INTRODUÇÃO

Os surdos apresentam uma perda auditiva, problema de ordem sensorial, que dificulta sua comunicação pelas línguas orais, determinando a necessidade de recorrer a língua de sinais para se expressar. No âmbito da saúde a comunicação com os surdos surge como um desafio aos profissionais que lhes prestam assistência e é fator essencial de qualidade dos serviços prestados.

Assim, a comunicação não-verbal é de extrema importância no atendimento aos pacientes e permite a excelência do cuidar em saúde, tornando-se indispensável na garantia de uma assistência de melhor qualidade, visto que, a falta de comunicação inviabiliza um atendimento humanizado.

OBJETIVOS

Relatar a experiência da promoção de saúde e inclusão social à comunidade surda.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo trata de um relato de experiência, a respeito de atividades voltadas para surdos na fundação Raul Furtado Bacellar, realizada por discentes da disciplina de Libras, do curso de medicina do Instituto de Educação Superior Vale do Parnaíba (IESVAP) no dia nove de junho de 2018 na cidade de Parnaíba, Piauí.

O projeto foi organizado por etapas para facilitar a logística. Ao chegar os surdos passavam pela triagem, onde os alunos faziam a identificação do paciente, se comunicando através da língua de sinais, permitindo um primeiro contato acolhedor e empático. Em seguida, o paciente era encaminhado para a avaliação antropométrica, aferição de pressão arterial, tipagem sanguínea e glicemia capilar. Durante todo o processo os surdos eram acompanhados e orientados pelos alunos, através da libras, permitindo a inclusão e entendimento do paciente, contribuindo, assim, para garantia do autocuidado através de um atendimento humanizado.

CONCLUSÃO

Tal experiência contribuiu para que os discentes do curso de medicina compreendessem, ainda mais, a importância da Libras na garantia de um atendimento humanizado e da inclusão social. Além disso, a comunicação com os pacientes surdos possibilitou uma maior aprendizagem da língua de sinais, resultando, assim, em um aperfeiçoamento do diálogo em libras.

Desse modo, a experiência mostrou-se efetiva, pois visualizou-se a relevância da inserção dos graduandos em atividades pluridisciplinares, auxiliando, assim, no processo de ensino-aprendizagem e estimulando o contato prévio com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.16p. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. Rev. Bras. Otorrinolaringol., São Paulo, v. 75, n. 1, fev.2009.



ID 102: CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE MEDICAMENTOS: UTILIZANDO A LIBRAS PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS A SURDOS

Laís Gomes da Silva Costa¹; Renata Caroline da Silva Lima¹; Mácia Andreza de Jesus Santos¹; Marília Urçulino Gomes¹; ISABEL DIELE SOUZA LIMA PIO¹; Deuzilane Muniz Nunes¹
Autor para correspondência: lais.gomesc@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Informações de Medicamentos; LIBRAS; Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

São inúmeros os problemas de comunicação para os indivíduos surdos, situação que traz muitas dificuldades a serem enfrentadas para sua inclusão nos serviços de saúde (SIMÃO, 2014), embora esteja assegurada na Constituição Federal a saúde como direito de todos. Um dos grandes obstáculos encontrados pelas pessoas surdas é a comunicação direta com o profissional de saúde, onde se faz necessário a utilização de recursos e métodos eficientes para melhor atendimento (IGUMA; PEREIRA, 2010). O direito do surdo de se comunicar na sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é garantido legalmente no Brasil, sem exigência ao uso da língua predominante do País.

No processo de trabalho do farmacêutico, os serviços por ele prestado devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, na prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde. Tem como missão auxiliar os pacientes a utilizar os medicamentos da melhor forma possível. Os Centros de Informação sobre Medicamentos (CIM), que são unidades operacionais que proporcionam informações técnico-científicas sobre medicamentos a população geral e profissionais de saúde, são serviços comumente de responsabilidade dos farmacêuticos no Brasil. A Libras, entretanto, é pouco difundida nestes serviços, assim como é em todos os serviços de saúde.

OBJETIVOS

Este trabalho visa relatar as experiências de trabalho com assistência farmacêutica em Libras realizado pelo CIM da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado em Petrolina, Pernambuco.

DESENVOLVIMENTO

O CIM/UNIVASF vem utilizando a Libras como segunda língua de suas atividades, disponibilizando um serviço acessível a comunidade surda. O Núcleo de Estudos em Farmácia Social (NEFarmS) da UNIVASF, em que está inserido o CIM/UNIVASF, vem apoiando as ações do CIM e realizando também pesquisas científicas com surdos. O CIM/UNIVASF vem realizando atividades voltadas a prestação de informações reativas (em campanhas de saúde e ações/oficinas educativas) e proativas (quando a população envia dúvidas e o CIM responde) sobre medicamentos aos profissionais de saúde e aos membros da sociedade em geral. É importante relatar que o CIM/UNIVASF é o único CIM do Brasil a trabalhar com o uso da Libras. Quando falamos em atividades farmacêuticas em Libras, foram encontrados relatos de atendimentos a surdos em LIBRAS apenas em Araraquara, São Paulo e em São Paulo capital.

Atuam no CIM/UNIVASF profissionais farmacêuticos e estudantes de graduação em saúde treinados e capacitados em provisão de informação sobre medicamentos, entre eles estudantes com fluência em Libras. Todos os processos de trabalho deste serviço foram adequados para que a língua de sinais esteja presente, conseguindo incluir os surdos em todas as atividades. As informações fornecidas são obtidas através de fontes de informação técnico-científica confiáveis, atualizadas, independentes e

reconhecidas internacionalmente, visando garantir o uso racional dos medicamentos. Todas as atividades do CIM realizadas para população surda são realizadas junto a estudantes de farmácia e medicina com fluência em Libras e com o apoio dos intérpretes do Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas (NPSI) da UNIVASF. Os demais membros do CIM, estudantes e professores de farmácia, estão buscando formação em Libras para adquirir mais autonomia de trabalho.

A atividade que vem tendo mais participação dos surdos é em oficina educativa para promoção do uso racional de medicamentos, que vem sendo realizadas em Libras na UNIVASF ou o CIM vai até uma escola bilingue de Petrolina. Essas oficinas garantem o repasse de informações diretas e de fácil compreensão ao surdo, utilizando também recursos visuais. Já foram realizadas quatro oficinas, sendo abordadas temáticas direcionadas ao armazenamento e descarte dos medicamentos, orientações de uso racional e automedicação, conhecimento sobre as embalagens de medicamentos, entre outros assuntos. Em todas as oficinas há uma participação efetiva da comunidade surda, com muitos questionamentos e relatos de situações vivenciadas no dia a dia, sendo esclarecidas as suas dúvidas. Percebemos que as ações vêm se tornando cada vez mais atrativas, à medida que são inseridas mais modelos práticos visuais, como caixas de medicamentos vazias, caixas de medicamentos em maior escala - para melhor visualização - panfletos e cápsulas, comprimidos e drágeas em isopor. Essas ferramentas ajudam a comunicação e, conseqüentemente, a compreensão dos surdos acerca de todos os assuntos abordados.

As solicitações proativas, quando o surdo pode enviar dúvidas pelo e-mail, por meio de aplicativo de celular, ou até pessoalmente ao CIM, ainda é pouco utilizado. Apenas duas solicitações foram realizadas, sendo gravado vídeos em Libras com as respostas. Acredita-se que esta pouca busca a este serviço de dê ainda pelo pouco tempo de atuação do CIM com Libras, mas também pode ser devido a cultura do surdo de não ter acesso comumente a serviços inclusivos. O CIM/UNIVASF está realizando a gravação de vídeos educativos em Libras como forma de criar outra ferramenta de promoção de saúde, como também mais uma forma de se aproximar a comunidade surda.

Assim, percebe-se que as oficinas em Libras vem sendo a melhor estratégia que o CIM/UNIVASF vem conseguindo neste trabalho inicial. Há uma grande participação e interesse da comunidade surda nos assuntos abordados.

CONCLUSÃO

Esta experiência mostra que o CIM/UNIVASF vem se consolidando em suas atividades inclusivas aos surdos. Muitas são as dificuldades ainda encontradas, principalmente para conseguir financiar capacitação em Libras para a equipe, mas o compromisso com a acessibilidade já está firmado e sendo reconhecido pela comunidade. Percebe-se a grande importância e necessidade de desenvolver a capacitação em Libras para todos os profissionais farmacêuticos e de saúde em geral para expansão da acessibilidade em Libras na saúde. É urgente que sejam garantidas estratégias de comunicação efetiva em todos os serviços de saúde a população surda, para que o acesso a saúde seja de fato universal e igualitário.

APOIO

Programa de Iniciação a Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Pibex – Univasf)

REFERÊNCIAS

IGUMA, A.; PEREIRA, C.B. Saúde em Libras: Vocabulário ilustrado: Apoio para atendimento do paciente surdo. (org).São Paulo: Áurea Editora, 2010.

SIMÃO, O. Atendimento de pessoas surdas em farmácias comunitárias: desafios e possibilidades da comunicação. 2014. 41. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Centro, Petrolina, 2014.



Eixo II - Saúde e Educação: intercessões possíveis

ID 6: APLICATIVOS TRADUTORES DO PORTUGUÊS PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), PARA USO DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DA SAÚDE

Nadyr Cristina Bezerra¹; Venâncio de Sant'Ana Tavares¹; Patrícia Shirley Alves de Sousa²; Andréa Cristina Bezerra Duarte¹; Diana Lima Villela³; Luciana Paula Fernandes Dutra¹
Autor para correspondência: nadyrcb@icloud.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); ²UNIMED do Vale do São Francisco; ³A.C.Camargo Câncer Center.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à Saúde; Direito à Saúde; Inclusão Educacional.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há cerca de 9,7 milhões de pessoas surdas, segundo o Censo IBGE/2010. Por ser população minoritária, os surdos enfrentam incontáveis barreiras na acessibilidade em diversos serviços e o mesmo ocorre nos serviços de saúde (IBGE, 2010). Muitos dos profissionais da saúde não possuem o conhecimento mínimo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), somando-se ao fato de que os surdos nem sempre são alfabetizados na língua portuguesa, ou estão acompanhados de tradutores, tendo, desta forma, dificuldade para comunicação formal, além de não se fazer entendido também quanto as queixas de saúde, sinais, sintomas, necessários ao atendimento de suas necessidades de saúde. Este obstáculo enfrentado pelos surdos resulta em falta de humanização na relação entre o profissional de saúde e o paciente (SOUZA et al., 2017). Com base nas dificuldades tanto do paciente surdo quanto dos profissionais de saúde que irão atendê-los, muitos desenvolvedores buscaram formas de ajudá-los, visando a inclusão de todos na busca pela saúde, através de aplicativos tradutores do português para LIBRAS.

OBJETIVOS

Conhecer os aplicativos tradutores disponíveis em língua portuguesa para LIBRAS e indicar qual (is) podem ajudar na comunicação entre usuários e profissionais de saúde.

DESENVOLVIMENTO

Realizou-se uma investigação por aplicativos tradutores de LIBRAS no site de busca Google. Foram utilizados como critério de inclusão a disponibilidade dos aplicativos gratuitamente na Apple Store (IOS) e Google Play (Android) e após o download, a presença dos sinais relativos a quatorze palavras escolhidas aleatoriamente (dor, saúde, diarreia, obstetra, enfermeiro, injeção, febre, catapora, cirurgia, câncer, alergia, ginecologista, asma e queda). Ao pesquisar no Google, foram encontrados cinco aplicativos voltados ao ensino de LIBRAS: VLibras, Hand Talk, Rybená, ProDeaf, Giulia. Nenhum destes aplicativos encontrados disponibiliza o total de palavras/sinais previamente traduzidas em seu site. Por isto, não há como mencionar quantos sinais relacionados à área da saúde tem em cada um. O Vlibras, Hand Talk e o Rybená, podem ser encontrados nas duas lojas citadas. Já, o ProDeaf e o Giulia são disponibilizado somente para celulares com sistema Android. Ao inserir as palavras em cada aplicativo, observou-se se as mesmas eram soletradas ou se havia sinais específicos cadastrados (Tabela 1). Assim, pode-se indicar qual dos aplicativos é o mais indicado para profissionais de saúde utilizarem como forma de comunicação e aprendizagem para melhor atendimento de pessoas surdas.

Tabela 1 – Aplicativos e palavras escolhidas para identificar sintomatologia para usuários e profissionais da saúde.

Palavras	VLibras	Hand Talk	Rybená	ProDeaf	Giulia
Dor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Diarreia	Soletrado	Sim	Soletrado	Sim	Sim
Obstetra	Soletrado	Sim	Soletrado	Soletrado	Soletrado
Enfermeiro	Soletrado	Sim	Sim	Sim	Soletrado
Injeção	Sim	Sim	Sim	Soletrado	Sim
Febre	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Catapora	Sim	Sim	Soletrado	Soletrado	Sim
Cirurgia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Câncer	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Alergia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ginecologia	Soletrado	Sim	Soletrado	Soletrado	Soletrado
Asma	Sim	Sim	Soletrado	Soletrado	Sim
Queda	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: o próprio autor

Com base nos benefícios e nas palavras escolhidas, observa-se que o Hand Talk é o aplicativo mais indicado, pois o mesmo possui todos os sinais referentes às palavras escolhidas e está disponível gratuitamente nas duas principais lojas de aplicativos. Vale salientar que o Giulia, apesar de ser encontrado apenas na loja Google Play e não possuir todos os sinais relacionados às palavras da tabela (1), além de ensinar o sinal, fala a palavra escolhida.

CONCLUSÃO

Há vários aplicativos para ajudar a aprender LIBRAS, não apenas para conhecimento, como também para incluir pessoas surdas, pois têm o direito de serem atendidas por profissionais de saúde, seja da área pública ou privada, assim como pessoas ouvintes são atendidas e asseguradas. Verifica-se, ainda, a necessidade de unificar a contribuição dos sinais em um único vocabulário nacional, com os respectivos regionalismos devidamente identificados, considerando, também, que sinais considerados cultos podem ser adotados por todos, evitando que determinados sinais sejam soletrados, ou mesmo que ajam duplicatas. Com isto, pode-se observar que, mesmo com tantas dificuldades, a tecnologia está em favor das pessoas, para ajudar todos, sejam surdos ou ouvintes, em uma inclusão que é não só obrigatória, como também, necessária.

REFERÊNCIAS

GOOGLE PLAY. Giulia. Disponível em: GOOGLE <<https://play.google.com/store/apps/details?id=giulia.com.br.giulia.play>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

HAND TALK. Sobre. Disponível em: <<https://www.handtalk.me/sobre>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

PRODEAF. O que é?. Disponível em: <<http://prodeaf.net/pt-br/OqueE>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

RYBENÁ. Sobre. Disponível em: <<http://portal.rybena.com.br/site-rybena/sobre.html>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et al.. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista CEFAC**, Montes Claros – MG, v.19, n.3, p. 395-405, Maio-Jun, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v19n3/1982-0216-rcefac-19-03-00395.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

VLIBRAS. O que é o VLIBRAS?. Disponível em: <<http://www.vlibras.gov.br/#vlibras>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ID 8: LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: ANÁLISE DE CAMPANHAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA

Dyego Ramos Henrique¹; Gláucio de Castro Júnior²; Andrea Donatti Gallassi³

Autor para correspondência: dyegoramosunb@gmail.com

¹Instituto Federal de Brasília - IFB/ Universidade de Brasília - UnB; ²Universidade de Brasília - UnB;

³Universidade de Brasília - UnB.

PALAVRAS-CHAVE: Campanhas de Saúde; Acessibilidade; Língua de Sinais.

INTRODUÇÃO

As sociedades passam por modificações consubstanciadas por questões e dificuldades existentes, sejam elas econômicas, culturais, biológicas e psicológicas. Nesse sentido, muitos temas iniciam seu curso de entendimento em áreas distintas, principalmente na biológica.

OBJETIVOS

O objetivo geral foi analisar a compreensão da pessoa Surda diante das campanhas de saúde promovidas pelo Ministério da Saúde, os específicos foram fazer um levantamento das campanhas publicitárias do MS, verificar a compreensão das pessoas Surdas sinalizantes da Libras em relação as campanhas divulgadas pelo Ministério da Saúde no período de 2013 a 2017, sistematizar, diante da percepção das pessoas Surdas, quais os aspectos que devem constar nas campanhas de saúde para compreensão destes indivíduos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória com utilização de dados primários. Para produção dos resultados, foram feitos Grupos Focais com a participação de 31 Surdos com idade entre 18 e 68 anos, e divididos em três grupos. O primeiro grupo continha 14 participantes, o segundo 12, todos fluentes e sinalizantes da Língua de sinais. O terceiro grupo continha 5 participantes, sinalizantes, mas não fluentes na língua de sinais, e nem na leitura do português escrito. Foram analisadas 30 campanhas de saúde. Os resultados advindos da pesquisa foram traduzidos para a língua portuguesa, transcritas e validadas por um surdo Doutor Bilíngue.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as campanhas foram apresentadas em língua portuguesa, com limitação e qualificação na língua de sinais. Levando em consideração que as campanhas publicitárias do Ministério da Saúde são de caráter também educativo, faz-se necessário abordar os aspectos da Educação em Saúde, voltadas também para o público Surdo. Isso deixa claro a falta de inclusão dos Surdos nessas campanhas de promoção e prevenção à saúde, dificultando a comunicação com esses indivíduos, uma vez que nem todos têm fluência no português escrito. E ainda os que possuem compreensão do português escrito afirmam não haver nexos entre a campanha e a temática da mesma.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que as campanhas de saúde do Ministério da Saúde, em grande maioria, não apresentaram coesão na dualidade imagem versus campanha. Os Surdos afirmaram não compreender em grande maioria o contexto em que algumas campanhas se apresentaram. Os dados obtidos enaltecem uma necessidade imediata de reordenação e de aprimoramento da interface das campanhas de saúde baseada nos princípios básicos de acessibilidade. As campanhas publicitárias de saúde do Ministério da Saúde em sua maioria não atingem os Surdos, logo os objetivos de promover a saúde, ou contribuir para as mudanças em saúde, não estão sendo atingidos.

APOIO

PPSUS - PROJETO DE PESQUISA PARA O SUS/FAP-DF

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Presidência da República, 2015.

CASTRO-JUNIOR G. Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – Foco no Léxico -. Brasília. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília; 2011.

CHOI D et al. Pereira MCC (org.). Libras – Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.



ID 9: CONHECENDO O CONCEITO DE *BULLYING* E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO DE SURDOS

Bruno Pierin Ernsen¹

Autor para correspondência: brunoernsen87@gmail.com

¹Universidade Federal da Bahia - UFBA.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; Surdos; Escolas.

INTRODUÇÃO

O autor deste artigo é surdo e já vivenciou e presenciou situações de *bullying* na escola, onde adolescentes surdos e ouvintes, utilizam formas de provocação verbal, ameaças, humilhação e agressão física e verbal, rotulando estudantes surdos de “burros”, “macacos” e outros termos pejorativos.

O tema *bullying* está presente nas discussões educacionais na atualidade (CUNHA, 2009; SILVA, 2010; TOGNETTA, 2013), em reportagens de jornais e outros meios de comunicação, também observamos no cotidiano, que este termo é utilizado no senso comum para designar diversas formas de violência física ou verbal.

O *bullying* se caracteriza como um problema de interação entre pares. Camargo (2013, s/p.) afirma que o “**Bullying** é um termo da língua inglesa (bully = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder. [...] O *bullying* também se diferencia de brincadeiras entre os pares, pois existe uma intenção do autor, ou do grupo em causar sofrimento em um sujeito”.

No caso de estudantes surdos estes podem assumir estes diferentes papéis: de vítima, agressores e espectadores. Aqui daremos uma ênfase maior aqueles que sofrem *bullying* nas escolas, ou seja, ao processo vitimização entre pares.

As consequências do *bullying* para a vítima, sendo surdo ou ouvinte, podem afetar seu desenvolvimento psicológico e social, assim, estudos que tratem do tema são relevantes na atualidade.

OBJETIVOS

Motivar o desenvolvimento de profissionais, cuidadores, reflexões e conhecimentos às pessoas surdas, mediando situações de *bullying* e fortalecendo a autoestima.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao considerar os objetivos propostos para este trabalho, que se concentraram em verificar se o *bullying* envolvendo surdos teria uma maior incidência do que o *bullying* envolvendo apenas ouvintes; (descrever a percepção de estudantes surdos sobre o clima escolar, e sua relação com o *bullying*, foi elaborado um estudo exploratório de natureza quantitativa, cujo delineamento é descrito a seguir. Participaram da presente pesquisa 146 estudantes, dos quais 26 surdos e 120 ouvintes de turmas do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, selecionados em uma amostra por

conveniência em duas escolas públicas, uma da cidade de Curitiba e outra de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná. Este estudo foi aprovado em CEP com o número 05624/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando questionados sobre acesso à informação sobre temas relacionados à promoção da diversidade no contexto escolar, os escores obtidos foram os seguintes: Foram verificadas diferenças significativas entre o grupo de participantes ouvintes e surdos quanto ao acesso a informações sobre história e cultura afro-brasileira ($\chi^2 = 5,26$; g.l. = 1; $p < 0,05$), diversidade ($\chi^2 = 5,26$; g.l. = 1; $p < 0,05$), e o enfrentamento à violência e *bullying* ($\chi^2 = 11,90$; g.l. = 1; $p < 0,05$). Participantes surdos relataram acesso significativamente mais baixo a informações sobre esses temas quando comparados a seus pares ouvintes. A comparação quanto ao acesso à informação não revelou diferenças significativas entre o grupo de participantes surdos e ouvintes quanto aos temas direitos humanos ($\chi^2 = 0,34$; g.l. = 1; $p = 0,56$) e identidade surda ($\chi^2 = 3,26$; g.l. = 1; $p = 0,07$).

Detalha os percentuais comparados de surdos e ouvintes quanto ao acesso a informação nos referidos temas, cabendo notar que 63,9% dos participantes ouvintes em comparação a 26,9% dos participantes surdos afirmaram ter recebido informações sobre como lidar com a violência e o *bullying*. É uma diferença significativa que ressalta como estudantes surdos não estariam tendo o acesso equitativo à informação sobre tema relevante para a qualidade de suas interações no contexto escolar.

Quanto ao contexto escolar consideramos que toda comunidade escolar precisa estar atenta e informada a respeito das práticas de *bullying*, bem como deve criar formas de intervenção para proteger todas as crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

O *bullying* é um problema sério e precisa ser enfrentado nas escolas de alunos surdos e ouvintes.

A autora Tognetta (2013) diz que punir, dar castigos e punições aos autores do bullying pouco resolve, e diz que a melhor forma de enfrentar é levar os agressores a repararem seus erros e restaurar a convivência com quem se feriu. Já os alunos alvo de *bullying* muitas vezes não tem forças para enfrentar seus agressores, eles precisam encontrar seu valor como pessoas, aceitar suas diferenças, no caso dos surdos, é preciso que sua identidade surda, seja valorizada, sua língua seja respeitada.

Este artigo revela que os estudos sobre o assunto no Brasil ainda são insipientes e que o enfrentamento da situação é necessário para minimizar o sofrimento de pessoas, surdos e ouvintes, que sofrem este tipo de vitimização, além disso, é preciso que estes sujeitos desenvolvam estratégias de superação.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Orson. **Bullying na Escola: Diga Não!** Disponível em <http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/bullying-na-escola-diga-nao/>. 2013. Acesso em 12/08/2013.

CUNHA, Josafá Moreira da. **Violência interpessoal em escolas no Brasil: características e correlatos**. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2009, p.118

SILVA. A. B. BARBOSA. **Bullying: mentes perigosas nas Escolas**. Rio de Janeiro, Fontanar. 2010.

TOGNETTA. L. R. P. **Bullying – Como lidar com o problema?** Encontro Internacional de Educação, Salamundo, Curitiba, 2013.

ID18: INTERFACE SAÚDE E EDUCAÇÃO: NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO ENTRE ÁREAS PARA A EFETIVA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Luana Foroni Andrade^{1,2}; Edivaldo da Silva Costa¹; Maria Helena Barbosa²
Autor para correspondência: luanaforoni@gmail.com

¹Universidade Federal de Sergipe - UFS; ²Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Práticas interdisciplinares; Serviços de saúde.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a sociedade passou por diversas fases, iniciando pela exclusão social, passando pela segregação, integração social para recentemente surgirem mudanças nos sistemas sociais em busca de uma filosofia que caminha para a inclusão social (SASSAKI 2010). A quebra da visão biomédica da deficiência e a mudança do paradigma para ações no contexto, a partir de uma abordagem biopsicossocial, aponta para a necessidade de equiparação de oportunidades a todos (ONU, 1993; OMS, 2004). Equiparar oportunidades requer uma transformação nas barreiras físicas, sociais e atitudinais, como descritos pela Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2004). Disparar reflexões acerca do impacto positivo de unir diferentes áreas e ciências na somatória de conhecimento para promoção efetiva da participação social de grupos em minoria ou com algum tipo de deficiência, pode ser um primeiro passo neste caminho rumo à inclusão.

OBJETIVOS

Promover a reflexão sobre a necessidade de articulação entre a área da educação e da saúde para a efetiva inclusão da população surda nos espaços de saúde.

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2010) traz à tona a necessidade de inclusão dessas pessoas nos diferentes serviços de saúde, reconhecendo a carência de ações em respostas às complexas questões que envolvem a atenção à saúde das pessoas com deficiência em todo o território nacional. A população surda tem sido negligenciada em suas necessidades em muitos destes espaços, sem o reconhecimento urgente de preparo e capacitação dos funcionários para acolhimento e atendimento adequado às especificidades deste público. A Lei 10.436/02, a Lei de Libras, traz em seu 3º Art. que as instituições e empresas públicas de assistência à saúde devem garantir o tratamento e atendimento, segundo as normas e leis vigentes, a essa parcela da população. Diante dessa demanda e da proposição em lei para garantir direitos, o Decreto 5626/02, que regulamenta a Lei 10.436/02, discorre sobre a interface entre educação e saúde ao buscar a garantia plena de inclusão social das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Este decreto ressalta a atenção integral à saúde, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, em diferentes níveis de complexidade e especialidades, através de programas de saúde auditiva, da oferta de atendimento especializado, diagnóstico, atendimento precoce e encaminhamento para a área de educação, oferecimento de equipamentos como aparelho auditivo e atendimento em reabilitação. Para viabilização de ações de inclusão nestes espaços, deve-se então ofertar oficinas de sensibilização e capacitação para conhecimento da língua de sinais, contato com elementos da cultura surda, necessidades de ajustes e adaptações visuais para comunicação efetiva entre equipe de saúde e essa clientela. Observa-se assim que, pensar em ações de capacitação e consultoria a essas equipes envolve a articulação entre diversos campos e áreas do conhecimento, sendo que educação e saúde se destacam. Professores de língua brasileira de sinais (LIBRAS) podem contribuir trazendo saberes do campo da educação junto a Intérpretes, Terapeutas Ocupacionais, Fonoaudiólogos entre outros

profissionais da saúde, compondo equipes para assistir e capacitar os profissionais de ambulatórios, unidades básicas de saúde, hospitais, centros de reabilitação, entre outros, promovendo maior inclusão e uma assistência de qualidade. Essas ações de articulação entre os profissionais da saúde e educação, para além de ações de referência e contra referência no atendimento direto à população, devem ser propostas visando a inclusão nos contextos de saúde através de estratégias como: capacitar a equipe de saúde para atendimento utilizando a Libras, bem como outras formas de comunicação para os deficientes auditivos não usuários de língua de sinais, organização e adaptação do ambiente com pistas visuais, além de ofertar materiais informativos como folder e cartilhas adaptados à escrita da língua de sinais, ou ainda imagens ilustrativas para demonstrar algum tipo de protocolo de promoção da saúde ou prevenção e cuidados a doenças e acometimentos.

CONCLUSÃO

Acredita-se que a proposição de reflexões acerca do tema promove a sensibilização para a demanda urgente de criação de projetos e iniciativas de capacitações para os profissionais da saúde para o atendimento às pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 5626. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos. ed. 8. WVA: São Paulo, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96 - 20 de dezembro de 1993. Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Direção-Geral da Saúde: Lisboa, 2004.

ID 22: SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM LIBRAS: ATENÇÃO À SAÚDE NA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE MOSSORÓ-RN

Marcelo Pereira de Lira¹; Naedja Naira Dias de Lira e Silva¹; Anne Gabrielly Alves da Silva¹; Danielle Nascimento Souto¹; Sara Cristina dos Santos Freires¹; Ione Sousa Duarte¹
Autor para correspondência: marcelop.lira@yahoo.com.br

¹Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos; Saúde; Libras.

INTRODUÇÃO

A capacitação de Suporte Básico de Vida (SBV) expressa a busca de manter os sinais vitais de uma vítima em situação de urgência e emergência no ambiente pré-hospitalar, pois diz respeito ao conjunto de ações realizadas para evitar o agravamento de lesões existentes e de sequelas. Estatísticas do DATASUS, em 2016, no Brasil, demonstram mais de 94.000 mortes por infarto agudo do miocárdio, uma das principais causas de parada cardiorrespiratória, que seria reduzida com a execução de compressões cardíacas eficientes realizadas por qualquer cidadão capacitado. Nesse sentido, há capacitações nesse campo - como projetos escolares e universitários. Porém, grande parcela da população não recebe informações educativas por conta de suas barreiras, muitas vezes, linguísticas - por exemplo, os surdos. Mittler (2003, p.25) afirma que a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, sendo necessário que se busquem ampliações pedagógicas para que a informação e desenvolvimento de habilidades sejam efetivadas para todos os segmentos da sociedade. Os surdos, historicamente, apresentam períodos em que eram considerados deficientes mentais e incapazes de viverem socialmente pela falta de comunicação, e os esforços eram unilaterais, obrigando-os a desenvolver a oralidade e a rejeitarem a língua de sinais, sendo esta dita como despertadora de preguiça e limitadora da comunicação, como é retratado pelo filme *Seu nome é Jonas*, 1979. Hoje, sabe-se que é necessário um empenho dos ouvintes para um diálogo com a comunidade, e assim conseguir repassar conhecimentos, como os de SBV. Assim, o Artigo 18 da lei Nº 13.146, assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, acesso universal e igualitário, incluindo capacitação para os profissionais de saúde que prestam assistência às pessoas com deficiência, como o uso da Libras pelos profissionais de saúde para o acesso da população surda.

OBJETIVOS

Objetivou-se capacitar pessoas com surdez, por meio da Libras, a realizarem a Reanimação Cardiopulmonar (RCP).

Especificamente, buscou-se:

- Comunicar-se diretamente com o público-alvo;
- Expor e praticar passos para RCP;
- Esclarecer dúvidas relacionadas à capacitação;

DESENVOLVIMENTO

A capacitação de RCP foi realizada na Associação de Surdos de Mossoró (ASMO), no dia 23 de junho de 2018, com a presença de 28 pessoas, surdos e ouvintes. Os organizadores da ação tiveram uma capacitação prévia com o intérprete de Libras, Francisco Ebson, da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFRSA). Neste encontro, os passos do RCP foram adaptados e aprendidos em Libras. No dia da ação, na ASMO, foi utilizado também um slide em Power Point com algumas imagens para

facilitar a didática, com recursos visuais-, demonstrando, por exemplo, a posição correta para a realização das compressões (região inferior do esterno), comparações entre imagens. Foram expostos os seguintes passos do RCP: avaliar vítima, solicitar ajuda, iniciar compressões e utilização do DEA seguido de um momento prático com 3 simuladores da UFERSA, dividindo-se em 3 estações - avaliação da vítima e pedir socorro (SAMU), compressões e utilização do DEA.

CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, que ações educativas sobre esse tema são necessárias para favorecer a equidade e amenizar a incidência de mortes e agravos. A ação proporcionou uma considerável experiência para os discentes, pois foi concebível aprimorar várias etapas da formação médica no contexto teórico, prático e da relação médico-paciente. O aluno deve desenvolver ao longo da graduação habilidades que extrapolam o rígido currículo, assumindo uma postura de agente empreendedor social.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. H. A. et al. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. São Paulo: Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2006.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DATASUS BRASIL. Óbitos por Ocorrência segundo Categoria CID-10. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Y. C. A. de et al. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. Interface (Botucatu), 2012.

OLIVEIRA, Y.C.A; CELINO, S.D.M; COSTA, G.M.C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. Rio de Janeiro: Physis Revista de Saúde Coletiva, 2015.

SOUZA, M.T; PORROZZI, R; Ensino de Libras para os Profissionais de Saúde: Uma Necessidade Premente. Rio de Janeiro: Revista práxis, 2009.

ID 26: JOÃO E MARIA EM ESCRITA DE SINAIS

Tatiane da Silva Lima¹; Thaiane de Souza Macambira²
 Autor para correspondência: *that-y-lima@hotmail.com*

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF; ²Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Escrita de sinais; *SignWriting*.

INTRODUÇÃO

SignWriting é um sistema de escrita para escrever línguas de sinais criado pela coreógrafa norte-americana Valerie Sutton. Sua origem está num sistema inventado pela autora para notar movimentos de dança o Dancewriting. A história conta que o Dancewriting chamou a atenção de pesquisadores da Universidade de Coopnhagen (Dinamarca) que solicitaram a Valerie o desenvolvimento de uma escrita para as línguas de sinais. Assim, em 1974 nasce o SignWriting um sistema que permite o registro de qualquer língua de sinais do mundo sem passar pela tradução da língua oral. Anterior a sua criação já existiam outros sistemas de escrita para as línguas de sinais e na atualidade ele coexiste com outros sistemas de escrita, porém, o SignWriting tem sido o mais difundido, inclusive, no Brasil.

Esse sistema foi introduzido no Brasil a partir do ano de 1996 pela pesquisadora surda Marianne Rossi Stumpf que adaptou o SignWriting para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pesquisadora, acompanhada do Dr. Antônio Carlos da Rocha Costa, publicou o primeiro texto em escrita de sinais do país, a tradução do português para a escrita de sinais do livro “Uma menina chamada Kauana”. Posteriormente, os pesquisadores Lodenir Becker Karnopp, Caroline Hessel e Fabiano Rosa publicaram os primeiros livros de literatura infantil do Brasil em SignWriting, os títulos “Cinderela Surda” e “Rapunzel Surda”. Apesar de iniciativas como essas, textos em SignWriting ainda são escassos no Brasil.

A pesquisa de Stumpf (2005) revelou a importância da escrita de sinais para o desenvolvimento cognitivo das crianças surdas ao utilizar o SignWriting como suporte a uma nova proposta pedagógica para o ensino da escrita de língua de sinais e letramento para crianças surdas usuárias da Libras e da Língua de Sinais francesa. As conclusões da pesquisa indicam que quando a escrita de língua de sinais é inserida na educação das crianças surdas pode garantir um avanço significativo na consolidação de uma educação realmente bilíngue, promovendo a evolução das línguas de sinais e possibilitando novas abordagens ao ensino da língua oral como segunda língua.

Partindo dessas conclusões e do reconhecendo da importância da literatura infantil no desenvolvimento das crianças, este estudo consiste em um relato de experiência das tradutoras/interpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa na produção de um livro infantil no sistema de escrita de sinais SignWriting.

OBJETIVOS

O objetivo do trabalho foi transcrever o clássico conto infantil “João e Maria (contos irmãos Grimm)” da modalidade sinalizada para a modalidade escrita da Libras com o intuito de oportunizar as crianças surdas a leitura desse conto também na modalidade escrita de sua língua materna.

DESENVOLVIMENTO

O livro produzio consite numa transcrição do clássico conto infantil “João e Maria (contos irmãos Grimm)” traduzido para a Libras pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e publicado em formato audiovisual no site da Biblioteca Bilíngue de Literatura Infantil e Juvenil-Libras / Português. Ao conhecer o acervo da referida biblioteca as tradutoras/interpretes foram inspiradas a transcrever o conto da Libras para o SignWriting no intuito de oportunizar as crianças surdas a leitura desse conto também na modalidade escrita de sua língua materna.

O trabalho transcrição da Libras sinalizada para a Libras escrita apresentou diversos obstáculos e foi constituído de várias etapas. Inicialmente as tradutoras/interpretes assistiram atentamente e repetidas vezes o videotexto no site da biblioteca virtual. Posteriormente, foi usada a estratégia de pausar o vídeo a cada sinal para realizar a transcrição a mão, usando como recursos lápis, papel e borracha. Cada sinal foi transcrito através da consulta a dicionários e livros de/em SingWriting. Os principais materiais de consulta formam o dicionário Capovilla (2013), o livro Escrita de Sinais sem mistérios de Barreto (2015), o dicionário virtual SignPuddle e os livros “Rapunzel surda” e “Cinderela Surda”. O mais utilizado entre esses materiais foi o livro de Barreto (2015) por que sua estrutura didática permitiu a consulta isolada de cada grafema do SignWriting.

A transcrição dos sinais classificadores, muito presentes no videotexto, representou um grande desafio, pois, não foi identificado nenhum registro de tais classificadores em dicionários ou livros consultados. No enfrentamento desse desafio as tradutoras/interpretes debateram entre si a melhor forma de escrevê-los usando como base a busca de sinais semelhantes registrados nos materiais de consulta e retomando o estudo dos grafemas do SignWriting. Destaca-se que escrita dos sinais classificadores demandou estudo intenso e constante do sistema.

Concluída a escrita à mão se iniciou a escrita no computador através do software SW-Edit. Porém o software apesar de fácil de operar, não dispõe de diversos recursos necessários a produção do livro. Assim, foi necessário reescrever todo o texto no software SignPuddle o que custou bastante tempo para as tradutoras/intérpretes, pois, foi preciso aprender a operar o programa antes de iniciar a reescrita.

Ao dar início a reescrita optou-se por realizar uma correção inicial do texto, principalmente, quanto à escrita dos sinais classificadores. Durante esse processo, fazendo uso dos recursos do SignPuddle, surgiu a ideia de inserir a cor amarela ao fundo do texto para conferir acessibilidade a um possível leitor com baixa visão.

Posteriormente, visando ampliar a acessibilidade geral do livro, surgiu também a ideia de enriquecer o texto com ilustrações. Para tanto, as tradutoras/interpretes recorreram a uma colega de profissão que é desenhista orientando-a a representar as partes principais do conto em seus desenhos. Posteriormente os desenhos formam editados no computador através do software Corel Draw. Concluída a escrita, as tradutoras/interpretes refizeram a correção de todo o texto e finalizaram a confecção do livro através do software PowerPoint e Corel Draw.

CONCLUSÃO

Acredita-se que “João e Maria” em SignWriting poderá ser, além de um livro infantil bastante visual para às crianças surdas, um material didático valioso para o ensino da escrita de sinais para surdos e ouvintes de todas as idades.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios. 2.ed. Salvador: Libras Escrita, 2015.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 1: Sinais de A a H e volume 2: Sinais de I a Z São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009.

HESSEL, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. Cinderela surda. 2.ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

JOÃO E MARIA. Coleção: Contos dos Irmãos Grimm. Biblioteca infantil e juvenil bilíngue Libras-Português. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Faculdade de Letras. Curso de Letras: Libras e Letras. Disponível em <<http://www.bibliolibras.com.br/acervo/irmaos-grimm/joao-e-maria/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

SILVEIRA, Carolina Hessel; ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. Rapunzel surda. Canoas: Ed. ULBRA, 2003.

STUMPF, Marianne Rossi. Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema signwriting: línguas de sinais no papel e no computador. 2005. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Estudos Interdisciplinares, Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ID 28: PROCESSOS TECNOLÓGICOS PARA ACESSIBILIDADE: CONSULTA DE PATENTES EM LIBRAS

Maíra Kely Amorim Nascimento¹; Tatiana Carla Carvalho Amorim Guisande¹; Venâncio de Sant'ana Tavares¹; Diana Lima Villela²; Luciana Paula Fernandes Dutra¹
Autor para correspondência: nascimentomairaa@outlook.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco; ²A. C. Camargo Câncer Center.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Tecnologias; Libras.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na participação de atividades diárias ou no que se refere ao uso de produtos, serviços e informações vêm se mostrando cada vez mais necessária (BRASIL, 2010). Tendo em vista que 45,6 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência segundo o último censo demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal realidade mostra a importância de transformar todos os espaços em ambientes inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, multiculturais, físicas e emocionais para atender às necessidades de todas as pessoas com deficiência (SCATOLIM, et al., 2017). Relacionado aos portadores de deficiência auditiva, um dos avanços para este público foi oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por meio da Lei nº 10.436 de 2002, a qual passa a ser considerada como sistema linguístico natural e visuoespacial, com léxico e gramática próprias (CORRÊA, GOMES e RIBEIRO, 2017). Ou seja, a língua de sinais utiliza-se de gestos, expressões faciais ou corporais, tal método não emite sons, são gestos-visuais. Diante desse cenário, o conhecimento humano perpassa a natureza e cria a tecnologia, supera-se então a noção de supercomputadores e alcança o imprescindível garantindo à pessoa com deficiência maior acessibilidade através de ferramentas, mecanismos e elaboração de projetos baseados em evidências científicas (SCATOLIM et al., 2017). É válido ressaltar que, após a criação de qualquer tecnologia, faz-se necessário o registro em uma das categorias (Patente, Marca, Desenho Industrial, Programa de computador ou Transferência de tecnologia) no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Considerando que a assistência ao paciente portador de deficiência é um desafio, o conhecimento de patentes existentes em libras no campo da saúde é essencial para uma melhor interação profissional e paciente.

OBJETIVOS

Verificar a existência de patentes criadas com base na Língua Brasileira de Sinais que promovam a acessibilidade no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada busca integrativa, através de consulta na base de Patentes no site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), onde foram pesquisados todos os registros com a expressão "LIBRAS" no título. Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado "Vídeos educativos para prevenção de câncer para pessoas surdas: um estudo de intervenção", aprovado pelo CEP-UNIVASF sob a CAAE: 77453417.5.0000.5196 e parecer o nº 2.343.939.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados seis processos do ano de 1999 a 2010 que continham a palavras libras no título, no entanto, somente em quatro desse total, a palavra libras referia-se a linguagem de sinais. As patentes identificadas estão relacionadas ao desenvolvimento de Agenda em Libras (2000), *Rybena*: sistema de comunicação (2005), Sistema para automatização da geração de legenda em libras em

programas de TV digital interativa (2009) e Sistema para geração de legenda em libras com intérprete em ambiente multimídia (2010). Mais especificamente a Agenda em Libras visa garantir uma maior participação do deficiente surdo no contexto da sociedade, de modo que permitirá a execução de ações consideradas simples para uma pessoa comum, mas até o momento de certa dificuldade para um surdo, como por exemplo, contar os dias do mês e da semana. Por sua vez, o sistema de comunicação *Ryberna* tem a intenção de viabilizar a comunicação das pessoas portadoras de deficiência auditiva com a comunidade bem como com deficientes visuais. Este sistema utiliza técnicas que reduzem o português, escrito ou falado, a um texto que pode ser distribuído por meio eletrônico e convertido para LIBRAS. Esse texto reduzido constitui uma metalinguagem que pode ser transportada, por variados canais de comunicação, bem como por diversos dispositivos, como os telefones celulares, além de serem apresentados nos formatos texto, voz ou sinalizada na língua LIBRAS. Em contrapartida, o sistema para automatização da geração de legenda em libras em programas de TV digital interativa tem como intuito principal a geração de legenda automática em LIBRAS nos Programas de TV Digital, de modo que os deficientes auditivos possam ter acesso à visualização de sinais de LIBRAS gerados automaticamente pela estação de TV, ou seja, sem a necessidade de um intérprete. O sistema gera a legenda de LIBRAS como um fluxo elementar e multiplexa no fluxo de TV Digital. Esse fluxo elementar é demultiplexado e decodificado no aparelho de TV Digital ou set-top-box. Cada código transmitido na legenda de LIBRAS é associado a um símbolo presente em um dicionário de sinais de LIBRAS. O terceiro sistema identificado é destinado à geração de legenda em libras com intérprete em ambiente multimídia tendo como meta permitir a geração automática de legenda de libras com auxílio de um Intérprete em Ambiente Multimídia possibilitando que os deficientes auditivos possam ter acesso à visualização de sinais de LIBRAS gerados, em dois meios distintos, na Internet e na TV Digital. Este sistema inovador gera a legenda de LIBRAS através de uma fonte externa fornecida por um intérprete e sincroniza no tempo essa legenda gerada com o vídeo original e a exibe no formato PIP para Internet.

CONCLUSÃO

Os estudos demonstram avanços no que se refere à garantia da acessibilidade à pessoa surda, no entanto, pode-se observar que estes ocorrem a passos lentos o que é evidenciado pela distância existente entre os anos de publicação. Sendo assim, torna-se imperioso a continuidade dos esforços para a elaboração de ferramentas e dispositivos que garantam a acessibilidade e a integração social dos portadores de deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf>. Acessado em 08/09/2018.

CORRÊA, Ygor; GOMES, Rafael Peduzzi; RIBEIRO, Vinicius Gadis. Aplicativos de tradução português-libras na educação bilíngue: desafios frente à desambiguação. **Novas tecnologias da educação**, v.15, n.2, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acessado em 08/09/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo demográfico por grupo populacional. 2010, Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acessado em 08/09/2018.

INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Disponível em: <<https://gru.inpi.gov.br/pePI/servlet/LoginController>>. Acessado em 08/09/2018.

SCATOLIM, Roberta Lucas; et al. Legislação e tecnologias assistivas: aspectos que asseguram a acessibilidade das pessoas com deficiências. Revista do Núcleo de Educação a Distância da UNESP. 2017. Disponível em: <<https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/view/lnFor2120161>>. Acessado em 08/09/2018.



ID 35: INCLUSÃO OU SEGREGAÇÃO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FLORESTA-PE

Lidiane Menezes Lopes da Luz Gomes¹; Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião¹
Autor para correspondência: lidianeluz_psico@hotmail.com

¹Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Ensino Público; Surdo.

INTRODUÇÃO

O exercício da docência, de forma a atender satisfatoriamente as finalidades a que se propõe, exige do professor a relação constante entre teoria e prática. Nesse sentido, os espaços escolares, como lugares de produção e de difusão de conhecimento, precisam oportunizar aos docentes a aplicação dos conhecimentos por eles construídos, de modo a favorecer o desenvolvimento dos sujeitos, seja ele professor ou aluno, de forma plena.

Nesse contexto, voltando-se para a atenção necessária aos discentes com necessidades específicas, a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é componente primordial na inclusão real do surdo nos mais diversos âmbitos sociais, garantindo-lhe o direito de expressar-se e de ser ouvido.

É de suma importância destacar que o atendimento especializado não substitui a escolarização oriunda das aulas de ensino regular, visto que a educação escolar objetiva provocar de forma intencional a aquisição de conhecimentos em ambientes em que estes não se desenvolvam sozinhos (QUADROS, 1997; CARVALHO, 2011; SOUZA, 1999; FERNANDES, 2012).

OBJETIVOS

- Averiguar como ocorre a inclusão de surdos nas escolas públicas do município e os desafios por eles enfrentados.
- Contribuir com ações lúdicas, interativas e eficazes no uso da língua no cotidiano escolar.

DESENVOLVIMENTO

A execução do presente trabalho ocorreu nas salas de recursos de duas escolas de Ensino Fundamental I e II, localizadas em bairros periféricos do município de Floresta-PE, pelo período de um ano e meio. Durante o trabalho, diariamente, procuramos obter informações das ações rotineiras dos indivíduos inseridos no contexto escolar das referidas escolas. Como método de estudo, adotamos como instrumentos a observação participante, a aplicação de questionários e atividades direcionadas a alunos surdos e ouvintes das duas escolas.

As salas que compreenderam este estudo eram as únicas existentes na cidade, possuíam pouco ou nenhum material adaptado e apresentavam-se em condições insalubres de ambiente. Além disso, ressaltamos a não ocorrência de capacitação para os professores das instituições sobre o aluno com necessidades especiais ou, mais especificamente, sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua aplicabilidade no contexto escolar.

Foram entrevistados 5 alunos que apresentavam frequência regular. É pertinente salientar que os alunos surdos rapidamente se evadem das instituições por vários motivos, entre eles, com posição de destaque, a falta de compreensão mútua entre aluno e escola.

Durante o período, exploramos situações em grupo de alunos, de forma individual e com educadores das salas de recurso e de ensino regular, com respostas imediatas ou de longo prazo que exigiam conhecimentos sobre aspectos gerais da língua. De modo geral, a pesquisa ocorreu através de sondagem sobre o conhecimento prévio de Libras pela comunidade escolar através de dinâmicas relacionadas às dificuldades encontradas pelos próprios alunos, seguida da elaboração de um dicionário em Libras/Português com os sinais mais utilizados na comunidade escolar, (associação do alfabeto da língua de sinais com objetos do cotidiano), de construção de atividades adaptadas a serem aplicadas em sala pelos professores para alunos surdos e ouvintes, como jogos didáticos direcionados aos alunos para memorização de sinais e adaptação das brincadeiras cotidianas dentro e fora da sala de aula. Além disso, realizamos palestras com surdos e profissionais das áreas da saúde e educação, bem como estudo do dicionário de Libras através de teatro para a construção de expressões e movimentos corporais na execução dos sinais mais utilizados em sala de aula.

Consideramos que o trabalho foi de grande relevância na compreensão do processo de acesso das pessoas surdas nos espaços de escolarização, assim como contribuiu significativamente na proposição de intervenções pedagógicas mais efetivas através de exposição de situações reais do cotidiano.

CONCLUSÃO

Como resultado do trabalho, percebemos que além da observação de situações reais do cotidiano de alunos surdos em escolas do sistema público de educação, a pesquisa contribuiu para proposição de uma maior interação dos alunos participantes, da incorporação da Libras nas atividades propostas dentro e fora de sala de aula, para um maior interesse dos educadores na prática real da língua no contexto escolar através de atividades adaptadas, da inserção de situações que possibilitem expressão aos alunos surdos.

Observamos que a teoria sobre a inclusão do aluno surdo na escola nem sempre é aplicada, uma vez que as condições de ensino ofertadas não oportunizam aos discentes deficientes a construção de sua identidade e autonomia, tão necessárias para seu pleno desenvolvimento, acarretando pouca ou nenhuma perspectiva de melhora de condição de vida.

Apesar da utilização de métodos ineficazes de ensino, observamos que os docentes têm interesse em melhorar suas práticas, o que é dificultado pela ausência de formação adequada. Delega-se ao professor a tarefa de ensinar, porém não lhes são dados recursos para uma ação de qualidade.

De modo geral, este estudo corrobora o entendimento de que a inclusão de alunos surdos nas salas de aula de ensino regular é uma proposta não relacionada somente a questões da surdez, mas com questionamentos que envolvem diversidade e oportunidade, no intuito de que outros caminhos devam ser trilhados, abrindo as portas da verdadeira inclusão. Assim, a sua identidade surda não será segregada pela comunidade ouvinte, mas sim, somada.

Acreditamos que a educação seja um espaço para descobertas obtidas através da participação e da colaboração ativa de cada sujeito com os seus parceiros, ocorrida em todos os momentos, possibilitando, assim, a construção de sujeitos autônomos e cooperativos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita E. **A nova LDB e a Educação Especial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e Bilinguismo**. 6ª ed. Porto Alegre. Mediação, 2012.

SOUZA, Maria Regina; GÓES, Maria Cécilia. **O Ensino para Surdos na Escola Inclusiva**: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In SKILLAR, Carlos (Org). **Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos**. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



ID 44: INFLUÊNCIA DO ESTRESSE, DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO NA ATENÇÃO DO ESTUDANTE SURDO

Neide Soares de Oliveira¹; Nadja Maria Soares de Oliveira²; Lidiane de Souza Silva Oliveira³
Autor para correspondência: neide.especial@bol.com.br

¹Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia do Porto; ²Faculdade IEducare-FIED;
³Faculdade IEducare-FIED.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse; Ansiedade; Surdos.

INTRODUÇÃO

A habilidade de comunicação é um traço distintivo da existência humana, sendo um dos maiores contribuintes para o bem-estar de qualquer indivíduo. A audição é considerada a pedra angular, sobre a qual se constrói o intrincado sistema da comunicação humana. Nesse sentido, a privação sensorial auditiva na criança compromete não só a sua comunicação, mas também seu potencial de linguagem receptiva e expressiva, sua alfabetização (leitura e escrita), seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, seu desenvolvimento emocional e social (ISAAC & MANFREDI, 2005).

De acordo com o Censo 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o levantamento de pessoas incapazes, com algum ou grande impedimento duradouro de ouvir, no Brasil. Foi divulgado que são mais de 9,8 milhões de pessoas inseridas nesse cenário da incapacidade, em todo o Brasil (5,2% da população brasileira). Desse total, 2,6 milhões são surdos e 7,2 milhões apresentam grande dificuldade para ouvir. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2011), 28 milhões de brasileiros possuem algum problema auditivo, o que releva um quadro de 14,8%, de um total de 190 milhões de brasileiros, que possuem problemas ligados à audição.

A comunicação total, antes conhecida como bimodal, preocupa-se com a comunicação surdo-ouvinte e a comunicação surdo-surdo. Desse modo, é feito o uso de diversos recursos de comunicação, entre eles sinais, oralização, leitura orofacial, gestos indicativos e expressivos, apontamento de objetos presentes no momento, linguagem escrita, soletização com os dedos, pantomina e desenhos (GÓES, 1999; MAGALHÃES, 2006), que são ajustados de acordo com as necessidades da criança. Verificou-se que, em relação ao oralismo, alguns aspectos educativos e de comunicação foram melhorados. Mas, poucos sujeitos alcançam autonomia na escrita, como modo de produção de linguagem (LACERDA, 1998). A importância da comunicação total é que forneceu acesso aos sinais, que, antes, eram impedidos, e abriu espaço para o bilinguismo.

“O bilinguismo contrapõe-se ao oralismo, por priorizar a língua visual e gestual, ao mesmo tempo, e igualmente à comunicação total, por defender um espaço efetivo dos sinais na língua” (LACERDA, 1998). Assim, preocupa-se primariamente com a comunicação surdo-surdo e depois com a comunicação surdo-ouvinte. Desse modo, a língua de sinais é considerada a língua materna do surdo. Nesse modelo para Perlin (1998), o Surdo (com S maiúsculo) deve ser reconhecido sob a perspectiva da alteridade, em que as identidades surdas são pensadas a partir do conceito de diferença ao invés do conceito de deficiência.

Embora se reconheça a relevância dessas discussões, seus propósitos ainda não atingiram um denominador comum. No meio desse cenário conflitivo, estão os estudantes surdos, que permanecem com dificuldade de comunicação e com difícil acesso ao mercado de trabalho, para prover a sua própria sobrevivência.

Esse movimento em círculo parece trazer uma sensação de angústia, estresse, ansiedade e, dependendo da estrutura familiar e psíquica, depressão. Um estudo de Negrelli e Marcon (2006) demonstra que familiares e surdos têm apresentado estresse e depressão, sobretudo, pela dificuldade em adaptação à condição da deficiência ou diferença apresentada.

OBJETIVOS

Há estudos demonstrando que o estresse pode reduzir o nível de atenção. O objetivo deste trabalho foi avaliar a influência do estresse, ansiedade e depressão no desempenho da atenção da pessoa surda.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi bibliográfica de caráter exploratório com revisão de literatura e de campo com método comparativo, e abordagem qualitativa e quantitativa. Foram avaliados 216 indivíduos surdos, sendo 52 surdos do gênero masculino e 164 surdos do gênero feminino.

Os sujeitos foram submetidos às avaliações, pelos inventários da tríade do tempo de Barbosa (2010), de sintomas de stress em adultos de Lipp (ISSL), de depressão de Beck (BDI), de ansiedade de Beck (BAI) e pelos testes de atenção digit symbol, com teste das trilhas na versão A, teste d2, span de dígitos em ordem direta e inversa e pelo paced auditory serial addition test (PASAT). Os dados, referentes à avaliação de administração do tempo, estresse, depressão e ansiedade, foram analisados pelo teste exato de Fisher, com $p < 0,05$, expressos em percentuais e representados em tabelas. Por sua vez, para os dados referentes ao nível de atenção, foram utilizados testes t-student, expressos em $MEDIA \pm EP$ ($X \pm EP$). O presente projeto após avaliação do comitê de ética do Hospital da Restauração emitiu o parecer favorável para a pesquisa. CAAE nº 2016.0.000.102-11

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado que ambos os gêneros apresentam estresse, com maior predominância física e, em especial, na fase de alerta constante. Contudo, as estudantes surdas destacam-se quanto ao maior percentual de depressão e ansiedade, e menor nível de atenção, com redução da manutenção do foco e da capacidade de manipulação mental. A maioria dos surdos apresentou estresse na fase de alerta e com predominância física. Lembra-se que o estresse, físico ou emocional, a ansiedade e a depressão originam problemas vários, que prejudicam a saúde e interferem com o desempenho educacional do aluno surdo e da aluna surda.

CONCLUSÃO

Esta investigação pretendeu avaliar a influência do estresse, da ansiedade e da depressão no desempenho da atenção do estudante surdo, considerando, comparativamente, o gênero masculino e o gênero feminino. Os sujeitos, participantes na pesquisa, foram submetidos a várias avaliações, de acordo com testes específicos, inventários da tríade do tempo de Barbosa (2010), de sintomas de stress em adultos de Lipp (ISSL), de depressão de Beck (BDI), de ansiedade de Beck (BAI) e pelos testes de atenção digit symbol, com teste das trilhas na versão A, teste d2, span de dígitos em ordem direta e inversa e pelo paced auditory serial addition test (PASAT). Os dados, referentes à avaliação de administração do tempo, estresse, depressão e ansiedade, foram analisados pelo teste exato de Fisher, com $p < 0,05$, expressos em percentuais e representados em tabelas. Por sua vez, para os dados referentes ao nível de atenção, foram utilizados testes t-student, expressos em $MEDIA \pm EP$ ($X \pm EP$). Tendo os resultados sido tratados estatisticamente. Neste estudo, constatou-se que as estudantes surdas conseguem administrar o seu tempo, mais adequadamente. Assim sendo, confirmam-se as hipóteses 1 e 2, tais como explicitadas na metodologia. Em geral, destacam-se algumas diferenças entre os estudantes, quanto ao gênero: As estudantes surdas conseguem administrar seu tempo

adequadamente, priorizando os fatores importantes. Entretanto, demonstraram maior sensibilidade emocional; ambos os gêneros apresentam estresse, com maior predominância física e na fase de alerta constante; as estudantes surdas apresentaram maior percentual de depressão e ansiedade, e menor nível de atenção com redução da manutenção do foco e da capacidade de manipulação mental. Estes resultados colaboram com as conclusões de estudos, referenciados na discussão dos resultados (Bavelier et al, 2000; Kvam et al, 2007; Ribeiro et al, 2011; Turner e Beiser, 1990), quer a nível da ansiedade e depressão, quer dos níveis de atenção visual dos estudantes surdos e surdas. O aumento do prejuízo, em alunos surdos, é significativamente maior, nos estudantes do gênero feminino, possivelmente devido a variações da concentração de agonistas adrenérgicos, alterações de temperatura ou da composição química do plasma e níveis de diversos hormônios, tal como explicitado anteriormente. Efetivamente, estudos realizados provaram que as mulheres são mais propensas à ansiedade, quando comparadas aos homens (Silva & Martinez, 2005). As alterações no estado de saúde e de bem-estar do surdo provocam alterações má atenção, originam doenças e, em consequência, causam o absentismo na escola, com consequências negativas, para o estudante surdo ou surda (Guerra-Ribas et al, 2010). Na realidade, é essencial que o estudante esteja nas melhores condições físicas e psicológicas, de forma a que os seus níveis de atenção visual, na escola, sejam os mais adequados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. L. (Org.). (2004). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP.

BAVELIER D. et al. (2000). **Visual attention to the periphery is enhanced in congenitally deaf individuals**. *J. Neurociência*, 20, 1-6.

CARDOSO. L. Moraes; CAPITÃO, C. Garcia. **Evaluation of deaf children by the Colored Pyramids Test of Pfister**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712007000200002 Acesso em: 13-de maio de 2017.

GUERRA-RIBAS R. M, et al. **Stress effects on food handlers attention of a public hospital in Recife-PE, Brazil**. *Dementia & Neuropsychologia*, 4, (4), 325- 331.

IBGE, Censo 2010. **Instituto de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: 30 de maio de 2017.

ISAAC, Myrian, MANFREDI, Alessandra K. S. **Diagnóstico precoce da surdez na infância**. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/449> Aceso em: 25 de maio 2017.

LACERDA C. B. Feitosa De. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. *Caderno CEDES*, 19 (46), 68-80.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. **Família e Criança Surda**. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v.5, n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/.../AT07-031.pdf > Acesso em: 27 de maio de 2017.

SILVA, E.A.; Martinez, A. (2005). **Diferença em nível de stress em duas amostras: capital e interior do estado de São Paulo**. *Estudos psicológicos (Campinas)*, 22 (1), 53-61.

ID 45: INFLUÊNCIA DO PAIS - PROJETO PARA ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E SUPORTE A FAMILIARES DE CRIANÇAS SURDAS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE FONOAUDIOLOGIA

Desirée De Vit Begrow¹; Manuela Moreira da Silva Pereira¹; Emylle Barbosa Bomfim de Almeida¹; Luana Pinho Ribeiro¹

Autor para correspondência: desiree@ufba.br

¹Universidade Federal da Bahia - UFBA.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Fonoaudiologia; Acolhimento.

INTRODUÇÃO

A formação acadêmica, em especial a graduação, deve oferecer uma variada gama de oportunidades formativas ao estudante inserindo-o em universos que estão além da formação específica e dentre estes, ressalta-se a relevância da pesquisa e extensão. A extensão universitária é um instrumento de ampliação desses espaços, tendo como objetivo estabelecer uma relação entre a Universidade e a sociedade, permitindo troca de saberes e experiências fortalecendo a relação da formação do estudante e da devolutiva à sociedade. É nesse contexto que o PAIS - Projeto para Acolhimento, Informação e Suporte à familiares de crianças surdas está inserido, a partir do objetivo de oferecer atenção e cuidado à comunidade sobre aspectos relacionados à surdez. O PAIS teve início no ano de 2016 e desde então oferece atividades que envolvem divulgação do projeto em serviços de saúde e escolas com matrículas de estudantes surdos na cidade de Salvador/BA. Nestes momentos se promove conversa com os gestores desses espaços a fim de conhecer como está a oferta dos serviços diagnósticos e de cuidado quando se pensa nos serviços de saúde, assim como, os serviços educacionais oferecidos para a população surda. Além disso, sempre houve preocupação em oferecer atenção aos familiares (mães) das crianças surdas atendidas no serviço de Fonoaudiologia Bilíngue do Centro Docente Assistencial em Fonoaudiologia (CEDAF) da UFBA, visando ofertar espaço de acolhimento a estes. (LIMA; BEGROW e MOURA, 2017). Desta forma, a formação do estudante de Fonoaudiologia se vê ampliada por poder participar dessas atividades, ocorrendo formação na prática por estar inserido em vivências que permeiam a comunidade surda, podendo cumprir com uma das metas do projeto, a de utilizar os conhecimentos científicos e sociais do estudante em favor da comunidade, acolhendo e informando familiares de surdos.

OBJETIVOS

Esse trabalho tem o objetivo de relatar a experiência sobre a influência do projeto de extensão PAIS na formação das estudantes participantes do mesmo.

DESENVOLVIMENTO

As atividades realizadas pelo projeto PAIS apresentam grande visibilidade no contexto do curso de Fonoaudiologia da UFBA e da sua Clínica Escola (CEDAF) e com o passar do tempo tem dado uma importante contribuição na formação acadêmica, por colaborar com a difusão de um olhar ampliado sobre questões que envolvem o universo dos surdos. O atendimento fonoaudiológico ofertado ao surdo no CEDAF se propõe a seguir uma abordagem bilíngue, reconhecendo a pessoa surda a partir de sua especificidade linguística, marcada pelo uso da língua de sinais, considerada como sua língua natural e não por uma deficiência que seria caracterizada pela falta da audição. Assim, preocupa-se também em dar espaço para difundir informação sobre o que se considera como ambiente linguístico favorável ao desenvolvimento do surdo, que seja significado a partir da língua de sinais (BEGROW et. al., 2018).

Pensando na disseminação de conhecimento, uma das formas de atuação do PAIS é a utilização das mídias sociais a fim de divulgar informações sobre a comunidade surda, desenvolvimento e escolarização do surdo, eventos que acontecem na área, o que contribui para difundir e dar visibilidade ao surdo, principalmente entre os demais estudantes de Fonoaudiologia. Dentre as frentes de ação do projeto, verifica-se que através das visitas às escolas com matrícula de estudantes surdos, fica evidente a dicotomia existente entre o que é previsto pela Lei da Inclusão, a qual enuncia, por exemplo, que os alunos surdos devem ter suas aulas ministradas em Libras, e a realidade experimentada pela maioria das escolas visitadas, nas quais não há intérpretes e tampouco professores proficientes nesta língua. Isso abre espaço para discussões sobre a efetividade da inclusão do aluno surdo na escola regular. A partir das outras atividades que são realizadas pelas estudantes, visitas a serviços de saúde, contato com familiares, e estudos mais aprofundados sobre a temática da surdez, é permitida uma formação diferenciada no que tange o cuidado à pessoa surda.

CONCLUSÃO

O PAIS, além de prestar serviço à comunidade, tem sido um instrumento formador dos estudantes por permitir que haja conexão entre a teoria, vista em sala de aula e a prática, vivenciada a partir de ações promovidas pelo projeto, possibilitando assim a reflexão sobre a surdez a partir de uma visão ampliada, que reconhece as diferentes maneiras de pensar sobre o surdo. O contato com o sistema educacional no qual os surdos estão inseridos tem permitido perceber como está se dando o processo de escolarização para essa comunidade e as dificuldades que tem enfrentado. As visitas aos serviços de saúde têm oportunizado entender sobre a percepção que ainda resiste entre os profissionais de saúde, enxergando a Fonoaudiologia enquanto campo reabilitador dos surdos. As diversas atividades realizadas com os familiares de surdos ao criar um espaço favorável para que estes revelem os seus anseios e angústias, facilitam a melhor compreensão dos estudantes participantes sobre estas questões, bem como as possíveis estratégias para acolhê-los de forma mais eficaz. Além disso, esses momentos promovem a associação do PAIS a um local de referência onde se pode alcançar informações que se precise quando for necessário.

REFERÊNCIAS

BEGROW, Desirée De Vit et al. ITINERÁRIO TERAPÊUTICO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS SURDAS. Anais: Sebsurdos, Salvador. 2018. (aceito para publicação).

LIMA, C.; BEGROW, D.; MOURA, J. PAIS – Projeto Para Acolhimento, Informação e Suporte a familiares de crianças surdas. ANAIS: Congresso Internacional, Seminário de Educação Bilíngue para Surdos. Volume 1, 2016. Páginas: 238-245. Publicação: 24 de Abril de 2017.

ID 47: COMO ESTOU? PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE AVALIAÇÃO EM SALAS INCLUSIVAS

Eugênia Lourenço de Souza¹; Maria Nacelha Ferreira Oliveira¹
Autor para correspondência: *genialourenco@gmail.com*

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar; Surdez; Autoavaliação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa “*Como estou? Percepção de professores sobre prática e planejamento em salas inclusivas*” resultado do trabalho de conclusão da especialização *latu sensu* em Libras (ênfase em docência). A abordagem aqui será o olhar de professores sobre sua prática avaliativa em salas de aula regular com inclusão de alunos surdos ou deficientes auditivos em uma escola pública de Petrolina-PE.

OBJETIVOS

Compreender como professores de turmas inclusivas para surdos ou deficientes auditivos percebem a sua prática no tocante à avaliação.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e caráter descritivo. A *abordagem metodológica* deu-se por meio de entrevista semiestruturada realizada com 14 professores de diversas disciplinas que regiam aulas em turmas dos 9º anos e ensino médio, no período da pesquisa, abril de 2016. O artigo original apresenta como *resultado*, três categorias sendo uma delas *Sorria, você está sendo avaliado- Rendimento da aprendizagem do aluno como reflexo da percepção da práxis*. Esta etapa da pesquisa pautou-se nos seguintes questionamentos: a) a avaliação que o professor (a) faz dos alunos surdos ou com deficiência auditiva (satisfatória/não-satisfatória), b) como avalia todos os atores sociais da sala de aula e, por fim c) como considera a sua influência na aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

Com base nas considerações acerca do processo avaliativo realizado por professores de salas regulares com inclusão de alunos surdos, verifica-se que a inclusão, ainda em fase de desenvolvimento no Brasil, sem a devida formação que propicie ao professor uma autonomia e segurança em relação à sua prática de modo reflexivo, pode contribuir também para distanciamento e indiferença com toda a conjuntura que envolve a inclusão da pessoa no contexto escolar. Há, ainda, que se refletir como o processo educativo contribui nos modos de encontros que o professor estabelece com sujeitos que, muitas vezes podem se configurar como estrangeiros apesar da convivência.

APOIO

Secretaria de Educação a Distância da UNIVASF.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Edições 70: São Paulo.

FEIJÓ, I.C. (2008). Representação do professor da educação infantil sobre a relação desenvolvimento e aprendizagem da criança portadora de deficiência. In ZANELLA, Andréa. V. (Org.) et al. *Psicologia e Práticas sociais*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 91-97.

MOSCOVICI, S. (2007). Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social* / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.



ID 53: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA – SENTIMENTOS, VIVÊNCIAS E OLHARES

Sílvia Kelen Carvalho Costa¹

Autor para correspondência: silviakelenc@gmail.com

¹Universidade Federal Da Bahia - UFBA.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Auditiva; Reabilitação; Fonoaudiologia.

INTRODUÇÃO

De acordo com os Ministérios da Saúde e Educação, é direito da pessoa com deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial, o acesso a programas públicos, desde o nascimento até a velhice. O estudo aqui apresentado busca retratar a experiência vivenciada por uma pessoa com deficiência auditiva. Simples. Sim, seria se não fosse a situação de que esta pessoa é estudante de Fonoaudiologia e assim, pretende-se aqui, não apenas tratar de um relato de experiência – com certas notas de um caráter autobiográfico, mas antes disso, compartilhar das vivências no mundo contemporâneo, a partir do olhar de alguém com um tipo de diferença e que ainda, além disso, é capaz de ver-se pelo paradigma do próprio “especialista”. Tendo como enfoque os sentimentos, percepções e desafios vivenciados por pessoa com deficiência inserida no ensino superior público. Trilharei, portanto, por tessituras que conduzem a conhecimentos técnico-científicos respaldados na literatura, mas também pela sensibilização expressa num ato de profundo descobrir-se e muita coragem para ser capaz de analisar-se numa conjuntura que implica diferentes perspectivas, lugares e saberes fomentando a reflexão a partir das suas próprias vivências.

OBJETIVOS

Descrever a vivência de uma pessoa com deficiência auditiva no contexto social, acadêmico e profissional, através de um relato de experiência visando problematizar o viver com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

O relato da experiência vivida como deficiente auditiva, se inicia quando completei oito (8) anos de idade e comecei a ser acompanhada por otorrinolaringologista devido ao quadro de Otite média crônica supurativa, sendo diagnosticado um estreitamento do conduto auditivo externo direito sendo então causador da falta de ventilação e conseqüentemente, surgimento das inflamações recorrentes. Nesse período passei pela primeira cirurgia para drenagem de secreção, timpanoplastia e expansão do conduto auditivo externo por meio de enxerto de pele que foi rejeitado e houve estenose do meato acústico externo. Isso contribuiu para surgimento do tumor benigno conhecido como colesteatoma, que tem evolução destrutiva, pois seu crescimento pode causar a corrosão de partes do ouvido médio e ossículos (martelo, bigorna e estribo), e caso essa evolução não seja devidamente tratada no estágio inicial, pode acarretar em graves complicações, sendo elas: perda auditiva, labirintite, paralisia facial, e a mais perigosa, a invasão cerebral pelo tumor, o que propicia o surgimento de meningites e abscessos cerebrais, já que é possível ocorrer infecções em associação com o colesteatoma (NETO, et. al., 2006). Após a primeira cirurgia, fui submetida a mais seis procedimentos cirúrgicos até o ano de 2018. Em todo esse período vivendo com uma perda auditiva moderada unilateral as dificuldades enfrentadas foram surgindo aos poucos, onde precisei me reencontrar e adaptar minha nova forma de “ouvir” e por conseqüência de participar do mundo. Essa experiência me levou a pensar e sentir emoções as quais foram imediatamente difíceis, como por exemplo, o processo de expor aos outros minha nova condição especialmente por ter ocorrido em fase de adolescência ressaltando dessa forma, o sentimento de angústia diante do olhar de pena direcionados a mim como pessoa com deficiência, e principalmente, de construção de identidade pessoal a partir de todas estas novas situações inesperadas e para as

quais não estava preparada. Ou seja, tive que me resignificar enquanto me percebia, me ouvia, me via e principalmente, me descobria. Quando ingressei na graduação de fonoaudiologia da Universidade Federal da Bahia, fui exposta a um leque de conteúdos teóricos e práticos envolvendo aspectos patológicos da audição e isso me fez refletir acerca do meu processo saúde-doença, colocando-me numa situação que penso, foi um “divisor de águas”, pois me vi no papel de especialista e paciente. Essa condição ímpar, difícil, mas ao mesmo tempo inevitável, me motivou a refletir sobre questões que são importantes enquanto paciente e que por diversas vezes passou despercebido dos profissionais. Ou seja, obviamente que não é necessário que o profissional de saúde “sinta na própria pele” a “dor” da doença, mas o sentimento de alteridade nos leva a compreender e vivenciar o cuidado de forma mais sensível. Seguindo nesta trajetória, fui submetida, aos 20 anos de idade, ao procedimento cirúrgico de implante de amplificação óssea (BAHA - BONE ANCHORED HEARING) na orelha direita, mas aos 22 anos foi necessário retirá-lo em virtude de processo de má adaptação. Em consequência a essas vivências, certamente tive oportunidade de refletir sobre a dicotomia saúde/doença de forma mais próxima que a maior parte dos futuros fonoaudiólogos, contudo, isto não me coloca necessariamente em vantagem sobre os demais, mas imprime o compromisso de olhar o serviço, a atenção, a rede de cuidado à pessoa com deficiência e como os profissionais desenvolvem seu trabalho, de forma mais cuidadosa. Entendo que a experiência sensibilizadora pode contribuir no compartilhamento e na humanização dos serviços em saúde e apesar de doloroso, percebo meu importante papel como profissional de saúde.

CONCLUSÃO

Nesse contexto, fica evidente que a fonoaudiologia assume um importante papel na consolidação de um acesso humanizado para a população de pessoas com deficiência e em especial, para as pessoas com deficiência auditiva/surdas. Ademais, a sensibilização do olhar do profissional de saúde pode acarretar em consequências positivas para ofertar uma rede de apoio que ao olhar o outro, enxergue um indivíduo detentor de sentimentos e angústias e não meros números ou um pedaço de corpo dentro do sistema público. Ademais, ressalta-se a importância da atenção às singularidades com as quais os profissionais de saúde atuam assim como, os reflexos disso na constituição subjetiva dos sujeitos com os quais mantemos contato.

REFERÊNCIAS

LUBIANCA NETO, José Faibes; HEMB, Lucas; BRUNELLI E SILVA, Daniela. **Fatores de risco para otite média aguda recorrente: onde podemos intervir? Uma revisão sistemática da literatura.** *Jornal de Pediatria*, v. 82, n. 2, 2006.

ID 56: RESSIGNIFICANDO O LUGAR SOCIAL DA PESSOA SURDA: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA BILÍNGUE

Desirée De Vit Begrow¹; Ariel D'Eça Moreira Gonçalo da Silva¹; Fernanda Gomes de Jesus Meireles¹
Autor para correspondência: profedes@gmail.com

¹Universidade Federal da Bahia – UFBA.

PALAVRAS-CHAVE: Surdo; Letramento; Fonoaudiologia Bilíngue.

INTRODUÇÃO

A educação e inserção social dos surdos, nos fez problematizar sobre representações que repercutem nas famílias e escolas. Tomaremos as atividades desenvolvidas, assim como as vivências experimentadas no serviço de atendimento fonoaudiológico bilíngue ofertado à comunidade no Centro Docente Assistencial em Fonoaudiologia (CEDAF), da UFBA. Faz-se pertinente refletir sobre o surdo, sua família e a realidade social e educacional porque, desde o nascimento, a criança surda enfrenta, no meio ouvinte, uma rede de construções sobre sua imagem social baseada no diagnóstico de perda auditiva, reforçando muitas vezes um contexto de limitação pela percepção da deficiência. Ressalta-se que 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, o que significa dizer que além das questões sociais, ainda há o precário contato com experiências e conhecimentos relacionados ao uso e função da Língua de Sinais (LS) e Língua Portuguesa (LP), devido à barreira linguística existente, com isso, percebe-se a ausência ou redução da interação da família no processo de letramento. De acordo com Street (2014), o letramento se configura previamente ao ingresso no processo educacional formal, a partir de interações sociais e linguísticas desde o ambiente doméstico e repercutem na constituição integral do sujeito. Portanto, entendemos que as práticas sociais de linguagem viabilizam o conhecimento de mundo desde o ambiente familiar, permitindo que a criança se constitua como agente ativo na conquista dos próprios espaços sociais por meio da linguagem. Segundo Rojo (2016), as mudanças na sociedade exigem mudanças também nas práticas de letramento, apontando para a escola, o papel de possibilitar a participação das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita na língua. Por isso, acreditamos que as concepções da escola e da família, podem marcar o lugar a partir do qual se fala sobre a surdez e determinar a maneira como a criança será tratada, influenciando no seu desenvolvimento psíquico, social, educacional e linguístico. Neste estudo questionamos: Quais concepções sustentam a formação educacional da criança surda no ambiente escolar e familiar? Como pensar em uma educação que considera as crianças surdas como sujeitos de direitos e aptas para o mercado de trabalho e não como problemas para a escola? E que tipo de saúde é essa que se proporciona? Desta forma, torna-se relevante, entendermos o conceito de saúde de forma ampliada, não apenas ações específicas de cuidado à saúde do corpo físico e de seu bem-estar, mas mais que isso, entendendo que saúde repercute em todas as relações que constituem o sujeito (AYRES, 2001), e, portanto, o descaso da sociedade quando se depara com as diferenças do surdo também implicam em saúde.

OBJETIVOS

Refletir concepções de surdez e deficiência presentes no meio escolar e familiar e a influência na constituição e na saúde do sujeito surdo de forma integral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é parte de um projeto maior (Letramento em língua de sinais: identificando a língua, as práticas e a constituição do sujeito surdo) que promove práticas de letramento em LS e em LP visando a inserção bilíngue e bicultural da criança surda e sua família. Tomou-se um recorte nas entrevistas realizadas com as mães das crianças surdas atendidas no serviço de fonoaudiologia bilíngue e também as gravações dos referidos atendimentos para atender aos objetivos específicos deste estudo. Ressaltamos que o projeto foi aprovado em CEP sob parecer nº 1.701.356 e as mães participantes, responderam um roteiro de entrevista semiestruturado, que, como as observações, foi gravado em áudio/vídeo para transcrição. Os dados foram analisados interpretativamente buscando entendimento das percepções dos familiares sobre o ambiente doméstico e práticas de letramento, concepções da família sobre a criança surda, o papel da escola e expectativas futuras, analisando também a realidade educacional em que estão inseridas e o impacto que esta representa na constituição linguística do surdo para compor os espaços sociais que lhes são oferecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONCLUSÃO

Observamos a importância das interações linguísticas e esclarecimento sobre o processo de desenvolvimento da criança surda entre fonoaudiólogo, escola e familiares, considerando a visão além da patologização. Assim, é fundamental a desconstrução do sentido, geralmente pejorativo, atribuído aos surdos, permitindo, além do suporte necessário e oportunidade efetiva de um papel ativo, o respeito e ressignificação deste indivíduo na escola, família e sociedade.

REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-72, 2001.
- ROJO, Roxane. Letramento escolar e os textos da divulgação científica—a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 8, n. 3, p. 581-612, 2010.
- STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

ID 64: A LITERATURA SURDA E A SAÚDE EMOCIONAL DA CRIANÇA SURDA

Rafaela Alcântara Barros de Oliveira¹; Adriana Di Donato¹
Autor para correspondência: *alcantara.rafaela14@gmail.com*

¹Universidade Federal De Pernambuco - UFPE.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Surda; Emocional; Criança.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva atual, ser saudável traz uma perspectiva de equilíbrio, de estar-bem nas diversas dimensões que constituem o ser humano, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais (ARAÚJO *et al*, 2015).

Ao trazer essa discussão para o contexto da subjetividade dos sujeitos surdos, nota-se a necessidade de se repensar outros caminhos para a promoção da saúde dessas pessoas, que durante muito tempo foram e ainda são postas à margem pela sociedade. Assim, torna-se imprescindível a reflexão sobre a relação da literatura surda para o desenvolvimento das habilidades emocionais e sociais de criança surda, considerando que esta se encontra em processo de construção identitária, carecendo de modelos que contribuam no constituir-se como sujeito produtor de sua cultura (STROBEL, 2008; DALLAN, MÁSCIA, 2016).

OBJETIVOS

Discutir acerca das contribuições da literatura surda para a promoção da saúde emocional das crianças surdas.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo se caracteriza em um ensaio onde as autoras refletem sobre o universo da literatura infantil na primeira infância, fase de importante aprendizagem e na qual “as experiências acumuladas apresentarão impactos significativos nas etapas do desenvolvimento dos circuitos cerebrais, sendo os mais produtivos denominados de período sensíveis ou períodos críticos” (ARAÚJO *et al*, 2015, p. 16).

Nessa perspectiva, literatura aqui pensada é contextualizada a partir do universo literário da criança surda, em consonância com Karnopp (2008, p. 15), segundo a qual “utilizamos a expressão ‘literatura surda’ para as produções literárias que têm a língua de sinais, a questão da identidade e da cultura surda presentes nos textos e/ou nas imagens”.

Ao pensar no contexto de vivências infantis, Strobel (2008) relata que se pode notar situações em que a criança surda reconhece ser diferente frente às pessoas que ouvem, como na sua própria família, com vizinhos, médicos e até com os animais. Em situações como essas, nas quais a criança se vê solitária em um mundo ouvinte, percebemos que ela pode encontrar na literatura surda um meio de se descobrir, de posicionar-se ante a sociedade. Assim, “a literatura surda refere-se às várias experiências pessoais do povo surdo que, muitas vezes, expõem as dificuldades e ou vitórias das opressões ouvintes” (STROBEL, 2008, p. 56)

O ato de criar traz a ideia de que uma obra artística deve provocar o receptor, despertando nele sentimentos de descoberta e vontade de conhecer o que lhe suscita curiosidade. No caso da literatura surda, a curiosidade pode ser aguçada a partir do momento em que cria personagens que se assemelhem com o leitor surdo, mas que ainda assim, estejam no plano do imaginário, como, por exemplo, princesas e príncipes surdos ao trazerem a surdez para a narrativa e localizam-na em um

plano mágico de subjetividades. Isto é, o real e o imaginário se fazendo presentes e ajudando a compor o sentido das narrativas.

O imaginário de uma criança se desenvolve a partir de suas percepções interiores acerca do mundo e de si mesma. A literatura atua como aporte para a construção de subjetividades, isto é, as histórias infantis funcionam como um elo que liga a criança às suas próprias realidades e, de alguma maneira, as leva a conhecer possíveis representações da natureza humana. Pois, nesta fase, onde o desenvolvimento cerebral se encontra programado vivenciar exposições variadas a estímulos contínuos e de alta qualidade (ARAÚJO et al, 2015).

É comum encontramos crianças surdas que vivem em conflitos existenciais justamente por serem isoladas do convívio com outros surdos. Filhos surdos de pais ouvintes, comumente vivem em um contexto familiar que foge do seu entendimento. Elas se veem como um ser estranho, convivendo em um ambiente auditivo habitado por pessoas diferentes do seu modo de estar no mundo. Não se ver a partir do outro pode causar dúvidas angustiantes para esses sujeitos. A criança surda precisa ter algum ponto seguro para que possa desenvolver seu imaginário sem se perder de quem ela é, e do que ela representa para o mundo externo (DALLAN, MÁSCIA, 2016).

Podemos dizer que ao enfrentar situações cotidianas de barreiras comunicacionais, crianças surdas passam por ebulições de sentimentos e sentidos que surgem a partir de uma situação real e que pode ser um enfrentamento pessoal. O imaginário surge como um meio de lidar com seus anseios e dúvidas, ajudando-a a desvendar os mistérios do mundo a sua volta e do seu próprio mundo interior.

Assim, tendo conhecimento da importância do imaginário dentro das obras literárias, entendemos que a literatura é uma considerável ferramenta de acesso à outras subjetividades. Além disso, a criança também pode se (re)conhecer a partir do momento em que se vê, de alguma forma, representada dentro da narrativa literária.

CONCLUSÃO

Ao pensar na literatura surda, entende-se que esta pode auxiliar no desenvolvimento da saúde emocional do leitor surdo, ao passo que proporciona experiências que contribuam para a subjetividade criativa, através dos processos de apropriação e criação de textos literários. A literatura aqui posta como um espaço de aprofundamento de sensações e sentidos, uma possibilidade de (re)conhecimento do eu e do outro em diversos cenários subjetivos que podem, de alguma forma, dialogar com a sua realidade.

Das experiências vivenciadas, os indivíduos constituem sua visão do mundo e si mesmos. Acreditamos que a literatura surda possa fomentar o desenvolvimento emocional das crianças surdas, a partir do momento em que inserem elementos de representação da comunidade surda em suas narrativas. Imaginar, criar, crescer, ser.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. T; CHAVES, A. D. C; MENEZES, D.C; COELHO, E. C. C, LIRA, S. Z. L. Desenvolvimento Humano no início da Vida: Aspectos Biopsicossociais. In: GOMES, A. O. C.; QUEIROGA, B. A. M.; SILVA, H. J. (Orgs). **Desenvolvimento da comunicação humana nos diferentes ciclos de vida**. Barueri, SP: Pró-Fono, 2015.

DALLAN, Maria Salomé Soares; MÁSCIA, Márcia Aparecia Amador. A construção da subjetividade surda pela falta/presença da língua: uma análise foucaultiana. **Letras & Letras**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 28-44, nov. 2016.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Literatura Surda**. Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis: CCE - UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.



ID 65: CURSO DE LIBRAS PARA TRABALHADORES DA SAÚDE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS-BA

Marcia Regina Bento de Araujo²; Andrea da Anunciação Gomes¹

Autor para correspondência: marciararaujo@hotmail.com

¹Escola de Saúde Pública da Bahia-ESPBA; ²Centro de Reabilitação e Prevenção da Pessoa com Deficiência-CEPRED.

PALAVRAS-CHAVE: SUS; Saúde; Libras.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Lei 8080/90 com a atribuição de atender as necessidades de saúde da população. Desse modo, as especificidades de toda ordem, tem no princípio da equidade, a possibilidade de serem contempladas pelas políticas públicas que subsidiam a operacionalização de um sistema público de saúde complexo, com base na garantia de direitos e acesso pelos diversos grupos populacionais e suas singularidades. As pessoas com deficiência estão inseridas neste universo e deverão ser atendidas por profissionais de saúde que busquem lhes ofertar uma atenção integral, que as contemple em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Nesse contexto, surge a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída em 2008 pelo Ministério da Saúde. Entre as diretrizes da referida política encontra-se a qualificação dos profissionais da saúde visando a garantir o direito ao atendimento de saúde e ao acesso à reabilitação, de modo a formar equipes “compostas por profissionais dos níveis técnico e universitário” (BRASIL, 2008, p.43). Com o intuito de desenvolver uma qualificação consoante aos princípios, diretrizes do SUS e as demandas emergentes do contexto institucional e contribuir para o incremento na qualidade da assistência, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), através da Superintendência de Recursos Humanos (SUPERH) e da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA), em parceria com Centro Estadual de Prevenção e Reabilitação da Pessoa com Deficiência(CEPRED), promove o Curso da Língua Brasileira de Sinais para trabalhadores da Saúde.

OBJETIVOS

Relatar a experiência de capacitação dos profissionais da saúde no conhecimento de libras aplicado ao SUS-BA.

DESENVOLVIMENTO

O curso está organizado em quatro módulos (aspectos sócio-históricos e legislativos; fonética básica da Libras; Libras aplicada ao vocabulário da saúde e oficina de Libras com vocabulário aplicado à saúde) que guardam em seus conteúdos pressupostos pedagógicos que contribuem para qualificar a prática dos trabalhadores da saúde. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades em Libras e ações pertinentes ao processo de cuidado à saúde da pessoa com deficiência. A opção por iniciar o curso com o módulo sobre os aspectos sócio-históricos e legislativos objetiva sedimentar uma visão contextualizada do conceito de inclusão e do papel do trabalhador da saúde em relação à pessoa com deficiência, assim como sensibilizar os trabalhadores sobre a cultura surda. Como produto final do curso é solicitado aos discentes que construam um instrumento que auxilie no atendimento ao usuário surdo, partindo da análise da realidade local de trabalho, em consonância com os conteúdos teóricos apresentados, o que nos leva a contabilizar 18 protocolos de atendimento e 03 jogos. Trata-se de uma ação que integra o Catálogo de Cursos 2018 da ESPBA, tendo sido realizadas duas turmas com carga horária de 40 horas/cada. Nessas ofertas foram identificados 37 matriculados e 34 concluintes, o que caracteriza 8,1% de evasão. Outra categoria analisada é o vínculo institucional, sobre a qual observa-se que do total de egressos, 47,1% tem vínculo estadual e 52,9% são oriundos das secretarias

municipais. A partir da análise do instrumento de avaliação da primeira turma, constatou-se que em relação à metodologia e ao conteúdo, o curso superou as expectativas para 66% e 70% dos discentes, respectivamente. Salientamos que só foi possível sistematizar os dados da primeira turma, uma vez que a segunda oferta foi concluída recentemente.

CONCLUSÃO

A implementação do curso da Língua Brasileira de Sinais para os trabalhadores da saúde representa a inserção de mais um processo formativo que busca cumprir um importante princípio do SUS que é a equidade. Em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que em seu parágrafo único considerar as especificidades regionais, a superação das desigualdades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde. Este curso vem cumprir este princípio educativo, a articulação teoria-prática da educação permanente, como estratégias que integram a formação e a qualificação para o trabalho. Portanto, trata-se de uma ação formativa voltada para qualificação do atendimento nas unidades de saúde, visando ampliar o acesso das pessoas surdas ao SUS. Consideramos que os resultados desse processo de qualificação devem ser observados a médio e longo prazo. Destaca-se ainda a conformação do grupo de estudos que representa um espaço de educação permanente para o aprimoramento da Libras para os egressos das turmas, entendendo que o aprendizado de uma língua requer sucessivas aproximações com o conteúdo. Nesse sentido, entendemos que o trabalho integrado e desenvolvido em rede e a qualificação dos trabalhadores atuantes nos serviços de saúde são fundamentais para provocar mudanças de atitude e, conseqüentemente, qualificar o atendimento aos usuários do SUS.

APOIO

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente, 20 de agosto de 2007. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

ID 66: MOTIVAÇÃO ESCOLAR EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Júnnia Maria Moreira¹; Isabela Matos Figueiredo¹; Joice Izabela Pereira Dos Santos¹; Jonatan Felipe Borba Machado¹; Vitória Gabriela Castelo Figueiredo Delfino¹
Autor para correspondência: junnia.moreira@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Motivação escolar; Treino de autocontrole; Ensino médio.

INTRODUÇÃO

A motivação de um aluno para aprender envolve muitos fatores. Teorias atuais não a entendem como um processo intrínseco, mas como um resultado decorrente da interação dessa pessoa com os contextos dos quais participa que envolvam aprendizagem escolar, levando em conta experiências anteriores (MARCHESI, 2004).

Ao tentar explicar a razão para um aluno estar desmotivado é necessário considerar a cultura escolar, a prática docente, a existência ou não de fracassos em sua história acadêmica, a falta de confiança nas próprias possibilidades e o sentido que o estudante encontra em sua aprendizagem (MARCHESI, 2004). Além disso, pode-se classificar os alunos orientados para metas de aprendizagem ou metas de execução. Os primeiros estão focados mais no processo de aprendizagem do que no resultado final, os segundos buscam somente evitar o fracasso.

De acordo com Locke (1975, apud PÉREZ-RAMOS, 1990), ao propor a Teoria do Estabelecimento de Metas, o indivíduo forma um sistema no qual seus valores, que é a importância que a pessoa dá à meta, levam a criação de objetivos a serem cumpridos, que para tanto precisam de ações daquele que o faz, chegando a um resultado.

Kanfer & Karoly (1972) compreendem essas ações orientadas para objetivos futuros como autocontrole, entendido como um conjunto de contingências produzidas pelo indivíduo, de modo a alterar a probabilidade de um determinado comportamento acontecer (SKINNER, 1953). Uma vez estabelecida, para que seja possível alcançar a meta, contingências conflitantes se fazem presentes. No entanto, para aumentar a probabilidade do comportamento desejado, o indivíduo emite respostas controladoras que ajudam a manter o comportamento controlado pelas regras, que neste caso são as metas (RAMNERÖ & TÖRNEKE, 2015).

Para que isso ocorra, o indivíduo pode aprender técnicas de autocontrole, através de um treino, usando, principalmente três processos comportamentais: autorregistro, autoavaliação e automonitoramento. Autorregistro é a observação e o registro sistemático do próprio comportamento, seus antecedentes e consequentes. Autoavaliação é a comparação quantitativa e/ou qualitativa, entre o desempenho observado pelo indivíduo e algum critério que ele tenha pré-estabelecido. Por fim, o automonitoramento acontece quando o indivíduo altera o ambiente no sentido de reduzir o poder de contingências reforçadoras imediatas, removendo estímulos distratores ou estabelecendo, por exemplo, que só entrará em contato com determinadas consequências reforçadoras se o seu desempenho atingir os critérios que foram estabelecidos anteriormente. Esse conjunto de técnicas contribui para que o indivíduo, como protagonista que planeja e executa a intervenção, possa modificar seu próprio comportamento com a finalidade de alcançar os objetivos no longo prazo (ABREU-RODRIGUES & BECKERT, 2004).

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Aumento da motivação.

Objetivos específicos:

- Definir se os alunos estão orientados por metas de aprendizagem ou metas de execução, através de um questionário, para organizar os grupos de forma heterogênea.
- Fazer os alunos refletirem acerca do estabelecimento de metas, para a discriminação da função de percepções e expectativas, e dessa forma aumentar a probabilidade de que os alunos criem metas mais adequadas e realistas.
- Ensinar o conceito de autocontrole e técnicas para colocar técnicas em prática.
- Ensinar a criar um plano de ação para alcançar suas metas, utilizando autocontrole.

DESENVOLVIMENTO

A intervenção foi desenvolvida em uma escola municipal localizada na cidade de Petrolina-PE, com 39 alunos sem deficiência devidamente matriculados no terceiro ano do ensino médio, subdivididos em 3 grupos de 13 pessoas cada. Ocorreram em dois dias e ao mesmo tempo, em salas diferentes, sendo o primeiro no tempo de uma aula, com duração de 50 min e o segundo de duas, sendo 1 hora e 40 min. No primeiro encontro foi utilizada a dinâmica “Como eu me vejo hoje/ como me imagino em relação ao meu futuro” objetivando fazer os alunos refletirem acerca do estabelecimento de metas, reconhecendo como se sentem e como se comportam em relação a sua situação presente e de como gostariam de se sentir e se comportar no futuro próximo de 5 anos. Depois, eles pensaram em metas cotidianas que eles não conseguiam atingir e foi pedido um monitoramento e registro desse comportamento durante uma semana, com o objetivo de determinar os antecedentes e consequentes daquela ação. No segundo encontro, a dinâmica “como seguir instruções” foi utilizada, visando o cumprimento das tarefas estabelecidas na atividade e fixação do assunto trabalhado durante a intervenção; depois, a partir da explanação dos conceitos de autocontrole e dos procedimentos de autorregistro, autoavaliação e automonitoramento, foi construído e apresentado um plano de ação como modelo, para que cada um construísse o seu, tendo como objetivo alcançar a meta determinada no encontro anterior; por último foi promovida uma reflexão acerca de como esses conceitos passados poderiam funcionar para metas de longo prazo.

CONCLUSÃO

Ao final, 64% concordaram totalmente que a intervenção será útil para atividades futuras. Nas demais questões as respostas foram positivamente unânimes, todos concordaram que a intervenção foi útil para atividades que já desempenham, que a apresentação dos conteúdos foi boa e que tiveram uma boa aquisição do conhecimento passado.

Ao fim das atividades propostas os alunos demonstraram ter conseguido aprender os conceitos explanados, assim como aprenderam a colocá-los em prática quando acharem necessário. Ressalta-se que a presente intervenção é plenamente possível de ser executada com pessoas com deficiência, desde que se garanta o processo de comunicação.

REFERÊNCIAS

ABREU-RODRIGUES, J. B. Autocontrole. In: C. & Abreu, Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: práticas clínicas São Paulo: Roca. 259-274, 2004.

KANFER, F. H.; KAROLY, P. Self-control: A behavioristic excursion into the lion's den. *BehaviorTherapy*, ed. 2:398-416, 1972.

MARCHESI, A. Os alunos com pouca motivação para aprender. In: Coll, C., Palacios, J. e Marchesi, A. (orgs.) *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Artmed 2004.

PÉREZ-RAMOS, J. Motivação no trabalho: abordagens teóricas. *Psicologia USP*, 1(2), 127-140, 1990.

RAMNERÖ, J., & TÖRNEKE, N. On Having a Goal: Goals as Representations or Behavior. *The Psychological Record*, 65, 89-99, 2015.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. The Macmillan Company, New York: Free Press, 1953.

ID 71: PROJETO ASAS - ACESSIBILIDADE NA SAÚDE EM ATENDIMENTO AOS SURDOS EM LAVRAS/MG

WELBERT VINICIUS DE SOUZA SANSÃO^{1,2}; WANDERSON SAMUEL MORAES DE SOUZA¹;

Anderson Rafael Siqueira Nascimento²

Autor para correspondência: welbert.sansao@gmail.com

¹Universidade Federal de Lavras; ²Universidade do Recôncavo da Bahia.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Saúde; Libras; Projeto de extensão.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência legitima a acessibilidade em espaços públicos. Assim sendo, a maioria desses espaços deveriam desenvolver meios de cumprir o que é legitimado e ações que atendam as demandas com determinadas necessidades. A Língua Brasileira de Sinais é essencial na interação social para o surdo. Contudo, esse princípio tem sido uma barreira, tendo em vista que a maior parte da sociedade utiliza a língua oral. Nesse sentido, verifica-se a demanda da comunidade surda de Lavras e região e nota-se a ausência de profissionais capacitados pertencentes ao atendimento, evidenciando a debilidade constante no acesso à saúde. Atina-se para a necessidade de desenvolvimento de ações ligadas à relação entre o profissional da saúde e o paciente surdo, visto ser um direito da pessoa surda. O projeto de extensão a ser realizado na Escola Estadual Cinira de Carvalho e na Universidade Federal de Lavras objetiva capacitar esses profissionais para atenderem a essa demanda com qualidade; conscientizar os profissionais e acadêmicos acerca das especificidades dos surdos e da cultura surda; contemplar demandas de direitos de acesso à informação e/ou atendimentos na área da saúde; e estimular a abordagem multiprofissional do paciente, integrando as diversas áreas do conhecimento. Inicialmente, será realizada a capacitação dos discentes envolvidos e pré-selecionados pelo projeto para que se tornem acessíveis em Libras. Posteriormente, os envolvidos no projeto atuarão na escola referenciada promovendo atividades integradoras e de acesso à informação e saúde por meio de palestras, seminários e workshops, contemplando, além dos alunos, os familiares e os funcionários da instituição. Concomitantemente, serão realizados eventos e feiras tanto na UFLA quanto em locais da cidade com ampla circulação. Os resultados esperados são a mudança da perspectiva dos profissionais da área da saúde com relação aos surdos; o acesso ampliado à informação, educação e saúde; a conscientização popular; a melhoria familiar e a melhoria da qualidade de vida e atendimento a pessoa surda.

OBJETIVOS

Gerais:

- Despertar nos profissionais e acadêmicos de saúde o interesse por um atendimento de qualidade às pessoas com surdez adequando este atendimento às necessidades da comunidade;
- Integrar os participantes do projeto na realidade da comunidade surda com suas peculiaridades e desafios e, também, das demais pessoas com deficiência auditiva, fomentando assim ações de humanização do atendimento clínico;
- Incentivar a promoção de saúde à pessoa surda, por meio de palestras, realização de dinâmicas e atividades lúdicas, realizadas em especial na Escola Estadual Cinira de Carvalho, com possibilidade de difusão para outros ambientes.

- Estimular a abordagem multiprofissional do paciente, integrando os conhecimentos das áreas de Medicina, Nutrição e Educação Física.

Específicos:

- Viabilizar o conhecimento da realidade das pessoas com surdez, no que se refere às suas características específicas;
- Contribuir com a promoção da acessibilidade na cidade de Lavras e região com vistas ao acesso dos surdos à saúde;
- Difundir as determinações legais, no que tange à acessibilidade à saúde da comunidade surda, no município Lavras e região;
- Promover e difundir a Língua Brasileira de Sinais, estimulando os profissionais e acadêmicos da área da saúde a conhecê-la e a aprendê-la;
- Apoiar as famílias de pessoas com surdez em relação ao conhecimento das especificidades da pessoa surda e, também, de seus direitos à saúde, à educação, ao lazer etc.

DESENVOLVIMENTO

Indo de encontro com as premissas de um projeto de extensão, o referido projeto tem suas ações pautadas em atividades voltadas à população, especificamente à comunidade surda, desenvolvidas em escolas, na própria universidade e em espaços públicos.

A primeira etapa consiste na capacitação dos discentes envolvidos (cursos de medicina, educação física e nutrição), previamente selecionados para o projeto, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de modo a torná-los aptos a se comunicar com a população surda. Tal capacitação será contínua durante toda a permanência do discente no projeto e não será restrita apenas ao modelo expositivo de abordagem no ambiente acadêmico. Para tal, também serão programados encontros em ambientes externos e participações em programas e eventos da comunidade surda de Lavras, além das próprias atividades do projeto, de modo a estimular o desenvolvimento da habilidade comunicativa e a inserção na comunidade surda.

Na segunda etapa do projeto, os discentes e docentes atuam na Escola Estadual Cinira de Carvalho promovendo palestras educativas, seminários e workshops em LIBRAS e língua portuguesa para alunos dos ensinos fundamental e médio, podendo estas contemplar também aos familiares e funcionários da instituição. Tais atividades visam informar os alunos da escola acerca de assuntos como educação sexual, abuso de substâncias ilícitas, primeiros socorros, bullying, acesso ao ensino superior e outros temas persistentes na formação social de sujeitos críticos e dotados de autonomia para administrar sua vida pessoal, sobretudo quanto ao manejo de sua saúde visando uma melhoria na qualidade de vida.

Concomitantemente a estas etapas, o projeto prove eventos, teatros e feiras de saúde na Universidade Federal de Lavras e em locais de ampla circulação na cidade de Lavras, como praças públicas e unidades básicas de saúde. Estas ações consistem em procedimentos de triagem básicos da prática médica, como aferição de pressão e glicemia capilar, associados a atividades educativas de saúde. O enfoque destas atividades é a conscientização da população em geral sobre as dificuldades de acessibilidade enfrentadas pela comunidade surda em diferentes esferas de sua vida social e profissional, trazendo visibilidade à comunidade surda de Lavras.

CONCLUSÃO

Espera-se, aguçar o interesse em LIBRAS pelos discentes da UFLA e futuros profissionais da área da saúde, por meio da abertura do processo seletivo e posterior ingresso no projeto. Promovendo, inicialmente, um entendimento, por parte dos discentes, da realidade dos surdos da comunidade alvo, a fim de atentar os futuros profissionais da necessidade da comunicação em LIBRAS. Culminando no posterior ensino básico de LIBRAS, levando à capacitação dos futuros profissionais da área da saúde, para atendimentos à pessoa surda. Oportunizando a formação de futuras equipes de saúde multidisciplinares, capazes de oferecer atendimento adequado ao indivíduo surdo. Nesse aspecto, mais do que aos próprios discentes participantes do projeto, espera-se que o projeto surta efeito, em longo prazo, na realidade da comunidade surda. De forma a mudar, a partir dos profissionais, a percepção do olhar da saúde dos surdos. Resultando, futuramente, em atendimentos mais qualificados e humanizados voltados para a comunidade surda.

Além disso, em curto prazo, por meio das atividades de promoção da saúde, propostas na comunidade, espera-se difundir informações de educação em saúde para a comunidade surda. E, mais do que isso, que se difundam informações acerca das determinações legais, no que diz respeito à acessibilidade. Com o propósito de apoiar a população surda e as famílias de pessoas com surdez, a fim de informá-los acerca de seus direitos, oferecendo-lhes ferramentas para a melhoria do convívio familiar. De modo a não prestar assistencialismos, mas sim evidenciar os direitos já conquistados pela população surda. Além de efetivar a promoção e divulgação da LIBRAS, estimulando cada vez mais profissionais, acadêmicos e pessoas da comunidade a conhecê-la e aprendê-la. Tudo isso, convergindo na melhoria da qualidade de vida do surdo na comunidade local, a curto e longo prazo.

APOIO

Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J.S. *et al.* **Um estudo da qualidade de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS.** Rev. Lat-Am de Enfermagem. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n6/pt_0104-1169-rlae-23-06-01014.pdf>. Acesso em 31 jul. 2017.

LEVINO, D.A. *et al.* **Libras na Graduação Médica: o Despertar para uma Nova Língua.** Rev. Brasileira de Educação Médica. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v37n2/18.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2017.

OLIVEIRA, Y.C.A. *et al.* **A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil.** Interface - Comunic., Saúde, Educ. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2012nahead/aop4712>>. Acesso em 31 jul. 2017.

PAIVA, K.V.E.R; GUIMARÃES, R.C.V. **Libras e Saúde: Acessibilidade no Atendimento Clínico.** Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Disponível em <<http://www.ufjf.br/librasesaude/files/2013/12/P%C3%B4ster-INES-2012.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2017.

SOUZA, M.T.; PORROZZI, R. **Ensino de Libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente.** Rev. práxis. 2009. Disponível em <<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/02/43.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2017.

ID 72: ANÁLISE DE UM PROFESSOR SURDO E ALUNOS OUVINTES DAS LICENCIATURAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO- UFRPE, CAMPUS SEDE

Jessica Priscila dos Santos Silva¹; Maria Janaína Alencar Sampaio¹
Autor para correspondência: nirajeh@yahoo.com.br

¹Universidade Federal Rural De Pernambuco - UFRPE.

PALAVRAS-CHAVE: Professor; Aluno; Surdez.

INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei 10.436/2002 e o decreto 5.626/2006 foi motivo de grandes conquistas para a comunidade surda, através deles que a LIBRAS foi regulamentada e também reconhecida como língua no Brasil;

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (LEI nº 10.436/02 - Parágrafo único).

Com esta garantia é importante pontuar que o número de surdos com acesso ao ensino superior vem aumentando, e conseqüentemente o número de intérpretes e professores surdos também cresceram.

A entrada de professores surdos na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, *campus* sede, ocorreu a partir do ano de 2013, para lecionarem a disciplina de Libras nas licenciaturas, e traz consigo um encontro entre duas culturas, a cultura surda (a cultura do povo surdo é “visual”, ela traduz-se de forma visual, “*QUADROS, 2002, apud GESSER, 2009*”) e ouvinte.

Este trabalho é fruto de uma observação que ocorreu durante 2013.1 até 2018.1, através de monitoria voluntária na disciplina de Libras, nos cursos: Licenciatura em Letras, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Matemática (Turmas mistas, chamadas de turma unificada- TU).

OBJETIVOS

Observar como se deu o contato dos alunos ouvintes e professor surdo, a acessibilidade comunicacional nas relações ouvinte x surdo, e identificar na perspectiva da inclusão o que a entrada de um professor surdo na UFRPE contribuiu para a disseminação da Libras, cultura e identidade surda.

DESENVOLVIMENTO

Através do conceito de cultura como seu significado “cultivar” vindo do Latim *colere* (CALDAS, pág. 12), observou-se que, a atuação de um professor que se afirma como sujeito surdo, e que assume a cultura surda, traz consigo um grande cultivo para o que se diz respeito a um olhar para pessoa com deficiência – surdez, que por muitas vezes é ignorado pelos ouvintes.

Um dos mitos que perpetuam até hoje é que o sujeito surdo deve ser chamado de “surdo-mudo”, segundo GESSER (2009) “o povo surdo tem sido encarado em uma perspectiva exclusivamente fisiológica (*déficit* de audição), ao se deparar com um sujeito surdo (docente), uma das primeiras reações dos alunos é chamar o docente de “surdo-mudo” e muitas vezes constroem uma barreira por não saber se comunicar por pensar que os surdos possuem um código ou uma linguagem própria.

Os materiais didáticos utilizados pelo docente em sala, reafirma esse compromisso da ampliação da Libras e da importância dos discentes propagarem a inclusão dentro da sala de aula, sendo os mesmos futuros professores licenciados. O livro “LIBRAS que língua é essa?” de Audrei Gesser, utilizado em sala de aula no primeiro momento é uma grande estratégia que ajuda aos ouvintes a desmistificar alguns mitos sobre a surdez e a pessoa com surdez.

Os métodos de avaliação aplicados pelo professor, tais como: teatro, apresentação em Libras e produções/ adaptações de materiais didáticos para alunos surdos, levam os discentes “sentirem na pele” os obstáculos na educação que a pessoa surda enfrenta, mudando seus olhares e sua atitude, chegando a proporcionar a acessibilidade comunicacional e atitudinal.

CONCLUSÃO

Segundo BERGSTROM: Somos influenciados durante toda nossa vida, do berço ao túmulo, independente da nossa vontade. Nossos pais nos criam, professores nos educam, instrutores nos requalificam [...], é por meio desse conceito de influência que foi notado, pelas experiências vividas em sala de aula durante o período de 2013.1 a 2018.1, que o contato do professor surdo modifica a representação social que os alunos ouvintes têm da pessoa surda.

O sujeito surdo como professor em ensino superior propicia um processo que oferece ao surdo um lugar de discurso, o poder da fala e a autoridade no processo do ensino de ouvintes – estes são os sujeitos que lidarão na escola com os diversos e múltiplos educandos surdos (MARTINS, pág. 199).

Após as disciplinas ministradas, foi possível constatar que a qualidade de vida e autoestima do professor passou a ser tornar “mudas” daquilo que antes fora “cultivado” (*colere* / cultura). No decorrer do tempo, os alunos passaram a respeitar o espaço do surdo no *campus* sede da UFRPE, novos trabalhos de término de conclusão de curso – TCC, foram apresentados acerca do tema “ surdez, pessoa surda e inclusão” que foram publicados. Afirmando que a pessoa surda dentro do ensino superior trouxe contribuições não só na interação de professor versus aluno, também nas relações entre professor surdo versus professor ouvinte, professor surdo versus servidor ouvinte, propiciando uma nova história no capítulo da inclusão na UFRPE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 fevereiro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

BERGSTROM, Bo. **Fundamentos da comunicação visual**. 1. Ed. São Paulo: Rosari, 2009.
CALDAS, Waldenyr, **Cultura**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

GESSER, Audrei. **LIBRAS Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior**. Cadernos do CEOM? Ano 21, n. 28 Memória, História e Educação ? Chapecó: Argos, 2008. Disponível em: [\[http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/161\]](http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/161). Acesso em: 25 de setembro de 2018.

ID 77: MINUTO EM LIBRAS: DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NO MEIO ACADÊMICO

Karla Daniele de Sá Maciel Luz¹; Getro Barbosa dos Reis¹; Davi Figueiredo de Lima¹; Maria de Fátima Paixão Feitosa¹

Autor para correspondência: karla.maciel@univasf.edu.br

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Comunidade surda; Redes sociais.

INTRODUÇÃO

Revisitando a história dos surdos no decorrer das épocas, percebe-se que os mesmos, por muito tempo, foram obrigados a se adequarem num padrão de normalidade ouvinte por meio da oralização. Por lei a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como forma legal de comunicação e expressão, neste sentido, é uma língua oficialmente aceita no Brasil. A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 compreende a Libras como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Ainda sob a ótica dos aspectos legais trazidos pelas leis vigentes e considerando a importância da Libras no contexto educacional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146) delega ao poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”. Considera-se espaços educacionais de importância fundamental na inclusão da Libras, pois, além de ser um lugar de busca do saber, precisa ser a primeira a praticar a inclusão, uma vez que esse é um espaço do educar, da busca e valorização do humano, do respeito às diferenças e da conscientização da geração futura para que se viva numa sociedade mais justa e humana. (Barbosa,2011)

Neste sentido, tornar a língua de sinais conhecida na comunidade acadêmica por meio do Projeto Minuto em Libras, realizado pelo Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas (NPSI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco, se configura essencialmente como ação inclusiva. Ação essa capaz possibilitar a divulgação, disseminação e promoção da LIBRAS entre estudantes, servidores, terceirizados e comunidade externa, considerando a amplitude e a importância da comunicação por meio da Libras. Dessa forma, a universidade poderá acolher a pessoa surda em seus espaços de forma mais inclusiva e, até mesmo, bilíngue.

OBJETIVOS

O projeto Minuto em LIBRAS tem como objetivos:

- Promover e difundir a Língua Brasileira de Sinais na comunidade acadêmica da Univasf.
- Alcançar, sensibilizar e despertar na comunidade acadêmica, como também na comunidade externa o aprendizado sobre esse idioma viso-espacial.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Minuto em LIBRAS foi implantado em 2 de março de 2015. Teve início através de inquietações sobre a urgência de se disseminar de modo prático, didático e lúdico a língua de sinais no ambiente acadêmico. Desse modo o projeto foi iniciado através da gravação de vídeos curtos (geralmente um

senal) tendo como participantes servidores, terceirizados e alunos da Univasf. Os vídeos podem ser gravados de modo individual, dupla ou trio, em alguns casos dependendo da especificidade do sinal (por exemplo o sinal de abraço) pode ser gravado em grupo. O (a) participante servidor (a) da universidade é abordado (a) em seu setor e é sugerido um sinal que tenha a ver com a sua atuação profissional ou com a temática proposta para aquele período (política, cores, animais, profissões, setores da Universidade, acontecimentos sociais, etc.). Já os estudantes e, eventuais atores da comunidade externa, são abordados no campus durante atividades relacionadas ou não as ações do NPSI. Após um breve treino, o vídeo é gravado através de um smartphone e posteriormente editado. Em se tratando do layout dos vídeos é inserido a logo da Univasf, como também, eventualmente uma imagem relacionada aquele sinal (por exemplo: sinal de Brasília; sinal de caatinga.). Após a edição os vídeos são postados no instagram (@minutoemlibras) e no facebook institucional da Univasf na sessão vídeos. Junto com o vídeo é vinculado o nome do participante, o setor em que trabalha ou curso em que estuda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até dia 31 de agosto, o minuto em libras publicou um número estimado de 948 vídeos, tendo por dia uma média de 300 visualizações e podendo chegar até 1.900 em alguns vídeos. Quando o sinal publicado tem uma grande repercussão social ou algo de grandes reverberações, o número de visualizações aumenta drasticamente. Um exemplo disso é o vídeo de “museu” postado na semana do incêndio do Museu Nacional, também o vídeo de Marielle Franco, postado dias após seu assassinato, quem atuou sinalizando um sinal foi uma assistente social militante dos direitos humanos na região. Durante a Copa do Mundo FIFA também publicamos sinais relacionados ao esporte, tendo altos auges de visualizações, um exemplo disso é o sinal de “Alisson” que obteve 999 visualizações e o sinal de “Brasil x Suíça” que chegou aos 1.286 visualizações. Recebemos alguns relatos da comunidade interna e externa, como um servidor que disse: “Lá no setor ficamos apostando quem lembra mais sinais que foram postados na semana” e o relato de uma seguidora externa: “Oi, boa noite, adorei encontrar vocês, pra mim está sendo uma benção, todo dia aprendo mais sinais”.

CONCLUSÃO

A partir da experiência do Minuto em Libras percebemos que os alunos e servidores despertam interesse no aprendizado da Libras, gostam de participar, e alguns compartilham os vídeos em suas redes sociais. Constatamos assim que o projeto é relevante e abrangente na comunidade interna e externa. Alguns, de início, sentem receio em participar por conta da filmagem, mas logo perdem a timidez e gravam o sinal, já outros tantos pedem para participar querendo gravar vários sinais. Pessoas de vários lugares já participaram do projeto como atores e assim só ajuda a divulgar mais em suas regiões. Durante o passar dos anos o Minuto em libras foi se consolidando e promovendo a Libras e inclusão. Perceber o servidor ou aluno como sujeito ativo na gravação de vídeos e divulgação dos mesmos contribui para reduzir as barreiras linguísticas que existe entre surdos e ouvintes resultando na promoção da Libras enquanto língua agente de inclusão social

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. R. S. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. *Polyphonía*, v. 22/1, jan./jun. 2011.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 5626/05, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: Acesso em: 16 set. 2016. BRASIL.

ID 78: A PERCEPÇÃO DO DISCENTE DOS CURSOS DE SAÚDE SOBRE O ENSINO DE LIBRAS DURANTE A GRADUAÇÃO

Marhla Laiane de Brito Assunção^{1,2,3}; Albertino José Ferreira Neto¹; Tereza Cristina Santos Gomes de Araújo²; Andressa da Cunha Silva²; Francis Natally de Almeida Anacleto¹; Cheila Nataly Galindo Bedor¹

Autor para correspondência: marhlaalba@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco; ²Faculdade São Francisco de Juazeiro; ³Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Assistência Integral à Saúde; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência têm menos acesso aos serviços de saúde (WHO, 2011) e, portanto, têm necessidades de saúde não atendidas (SOUZA e PORROZZI, 2017), dentre estas, está a população surda. Chaveiro (2010) demonstrou que o atendimento em saúde à pessoa surda é insatisfatório, e que os profissionais de saúde não estão preparados para atender esse público, ainda que a comunicação verbal não é suficiente para estabelecer o vínculo entre profissional de saúde e paciente.

OBJETIVOS

Objetiva-se analisar como os discentes dos cursos de saúde percebem a disciplina de libras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um recorde de uma dissertação de mestrado que tem como objetivo analisar a formação do profissional de saúde para o atendimento em saúde à pessoa com deficiência, caracterizada como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma Universidade pública localizada na mesorregião do São Francisco, no período de Jan/2018 a Maio/2018. Para isso, foi aplicado um questionário semiestruturado aos discentes dos cursos de saúde antes do início e após a disciplina libras. Os questionamentos questionavam o motivo da escolha pela disciplina, a importância desta na formação e uma avaliação sobre as estratégias de ensino. Como critério de inclusão estabeleceu-se que o aluno deveria estar regularmente matriculado na disciplina de Libras, estar presente no primeiro e no último encontro da disciplina e responder a todos os questionamentos. Os dados coletados foram inseridos em uma planilha do Excel, feita estatística descritiva e análise de conteúdo para as questões abertas. Com a finalidade de manter o anonimato dos participantes eles serão tratados como participante 1, participante 2, e assim por diante. Salienta-se que para a coleta dos dados todo o projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) sob o nº70590817.1.0000.5196.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 42 alunos matriculados 13 (31%) participaram da pesquisa, todos eram do curso de Farmácia, 07 (54%) do sexo feminino e 06 (46%) do sexo masculino. Por ser uma disciplina optativa, os participantes foram questionados quanto a motivação da escolha dessa disciplina. Entre essa foram retratadas: o interesse em aprofundar o assunto, por perceberem ser importante para a formação do profissional de saúde, o interesse em conhecer a língua, além disso 2 estudantes (15,3%) justificaram a escolha como cumprimento de carga horária. Essas motivações podem ser percebidas nas falas a seguir:

“Única disponível e sugerida pelo colegiado do meu curso” (participante 6).

“Tenho interesse em conhecer sobre a língua, que é algo tão "novo" e desafiador pra mim como futura profissional de saúde, sendo assim, acredito que esse é o primeiro passo para agregar este valor a minha formação” (participante 11).

“Vejo com uma disciplina curricular de relevância imensurável pois como futuro profissional de saúde iremos nos deparar com situações diversas, principalmente, com pessoas diversas, onde será preciso que haja um diálogo para assim uma promoção da saúde de forma efetiva e igualitária” (participante 13).

É possível perceber que os acadêmicos pautam sua escolha pela disciplina como uma necessidade dos cursos de saúde. Esses mesmos interesses foram identificados por Silva (2016) em pesquisa com graduandos de enfermagem.

Quando questionados sobre o que eles pensavam sobre esse tipo de disciplina nos cursos de saúde, foi unânime que essa é uma disciplina importante e necessária, podendo então estabelecer uma conexão com a motivação pela escolha.

Todos os acadêmicos avaliaram como insuficiente o número de disciplinas que discute a promoção da saúde da pessoa com deficiência ao mesmo tempo que todos relataram que essas disciplinas têm impacto positivo na sua formação profissional.

Ao final da disciplina todos os participantes avaliaram a disciplina como importante para sua formação e relataram que as contribuições foram desde o entendimento da importância de libras na profissão até quebra de paradigmas e estereótipos em relação a pessoa surda.

Quando questionados sobre que modalidade a disciplina deveria acontecer, 10 (77%) dos futuros profissionais de saúde afirmaram que a disciplina deveria ser obrigatória. Esse mesmo quantitativo afirmou que a disciplina ampliou a percepção deles em relação à pessoa com deficiência.

Vários estudos ratificam a importância do ensino da Libras como componente curricular obrigatório (PIRES e ALMEIDA, 2016). Entretanto 100% dos alunos afirmaram não estar preparados para atender uma pessoa com deficiência, como pode-se perceber nos relatos dos participantes:

“Não, pois não tenho nenhuma prática. A disciplina foi fundamental para um passo inicial, mas ainda há muito que desenvolver em mim até que consiga atender um deficiente com atendimento de qualidade” (Participante 4).

Silva (2016) também em sua pesquisa também afirmou que os profissionais não estão plenamente preparados para atender esses pacientes e uma das soluções é a inserção de libras como componente curricular obrigatório. Esses posicionamentos estabelecem que uma única disciplina não constitui uma segurança para o atendimento em saúde a essa população, mas pode ser o primeiro passo.

CONCLUSÃO

Os discentes que estabelecem o contato com a disciplina de Libras a percebem como um componente curricular necessário e obrigatório para o processo de formação do profissional de saúde, entretanto é possível concluir que uma disciplina não é suficiente para assegurar esse futuro profissional para o atendimento em saúde a pessoa surda.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, N et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 4, 2010.

COSTA, L.S.M da; SILVA, N.C.Z. da. Desenvolvendo atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes de medicina na atenção em saúde de pessoas surdas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 1107-1117, 2012.

PIRES, H.F.; ALMEIDA, M.A.P.T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, 2016.

SILVA, M.A.M. da. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre a língua brasileira de sinais (Libras). 2016.

SOUZA, M.T; PORROZZI, R. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Revista Práxis**, v. 1, n. 2, 2017.



ID 84: PROJETO DE VIDA COM ALUNOS SURDOS E OUVINTES

Ana Lícia Pessoa Nunes¹; Edyenele Freire Guimarães¹; Keury Figueiredo Machado¹; Aldrin Matheus Jatobá¹; Karla Daniele Maciel Luz²

Autor para correspondência: analicia.pessoa@hotmail.com

¹Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; ²Profa. Dra. do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Vida; Surdos; Libras.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na escola se faz indispensável, considerando que esse é um espaço público que deve refletir inclusão e direitos humanos. Na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é a deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes e os recursos que devem ser acessíveis, respondendo à especificidade de cada aluno, (Diniz, 2007) sendo essa uma maneira de promover saúde no ambiente educacional. A partir do momento em que há um espaço acessível aos alunos com deficiência, há também uma maior interação e, conseqüentemente, maior promoção de saúde dos sujeitos, já que se sabe a importância da construção de relações, de interações e socializações para a qualidade de vida, inclusive para a construção de identidade dos sujeitos, promovendo assim o autoconhecimento. Diante disso, autoconhecer-se é elemento fundamental para construir um projeto de vida, compreendendo que esse processo é definido como uma escolha profissional que faz parte de um projeto profissional que implica pensar o futuro, construir um cenário de realizações de interesses e desejos e que deve se estabelecer a partir do autoconhecimento (Dias & Soares, 2007).

OBJETIVOS

Frente a essa temática, o presente resumo diz respeito à prática realizada na disciplina Práticas Integrativas II, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em que, após a inserção do grupo em uma instituição pública, foi proposta uma intervenção focada em Projeto de Vida abarcando uma demanda dos alunos do terceiro ano. Diante disso, o objetivo do grupo foi tornar uma intervenção sobre Projeto de vida, elaborada inicialmente para ouvintes, o mais acessível possível para os alunos surdos das turmas.

DESENVOLVIMENTO

A intervenção foi realizada na quadra da escola em dois encontros, contemplando duas turmas do ensino médio e cinco alunos surdos. Foram trabalhadas temáticas sobre autoconhecimento e escolha profissional. O grupo buscou orientação com as professoras que trabalham com a temática de inclusão, além de buscar orientação com um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). As dinâmicas utilizadas foram: "Jogo da Imagem", dinâmica sobre sonhos, deveres e receios, dinâmica da lã, dinâmica do sorvete (Bock, 2002) e lista para preencher com suas qualidades e defeitos para instigar reflexão sobre estratégias que poderiam usar para reduzir pontos fracos e explorar os fortes.

Como resultado de elaborar tal proposta foi necessário que a equipe pensasse em adaptações como: a) concretização da metáfora utilizada na dinâmica do sorvete, levando de modo mais concreta e explicando de forma clara os elementos da metáfora; b) Levar elementos visuais; c) adaptação de regras de algumas dinâmicas; d) aprender e sinalizar o próprio nome no momento de apresentação, facilitando a criação de vínculos; e) e estar atentos ao trabalho da intérprete, possuindo maior sensibilidade e "vagareza" nos momentos de explicações. Um dos pontos de maior tensão foram a ausência da intérprete durante uma intervenção e as falas de alguns professores que questionavam a

postura dos condutores do grupo. A principal limitação foi o grupo não saber LIBRAS, o que foi apontado pelos próprios participantes surdos.

CONCLUSÃO

O grupo pôde concluir que essa prática foi essencial para a formação profissional da perspectiva inclusiva; ela trouxe o entendimento que é preciso ser psicólogo de pessoas, “tenha ou não deficiência”, reconhecendo, assim, que se faz necessário promover saúde em qualquer espaço. Além disso, é importante rever e incentivar os alunos surdos sobre os espaços que podem estar inseridos.

APOIO

Universidade Federal do Vale do São Francisco.

REFERÊNCIAS

BOCK, S. D. **Orientação Profissional: A abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002
DINIZ, D. **O que é deficiência**. Brasiliense: São Paulo, 2007.

DIAS, M. S. de L., SOARES, D. H. P. **Jovem, Mostre a Sua Cara: Um Estudo das Possibilidades e Limites da Escolha Profissional**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 27, n. 2, p. 316-331, 2007.

ID 87: CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS GRADUAÇÕES EM SAÚDE EM UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

LUANA PAULA DE FIGUEIREDO CORREIA^{1,2}; Ana Maria de Lima Souza¹

Autor para correspondência: luanafcorreia@gmail.com

¹Universidade Federal de Rondônia; ²Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Disciplina de Libras; Graduação em saúde; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

Pessoas surdas procuram unidades de saúde com menor frequência que ouvintes, sendo que estes espaços não têm considerado suas peculiaridades linguísticas, favorecendo a experiência visual e o uso da Libras (QUEIROZ, 2011). A inclusão social do surdo na saúde significa superar barreiras atitudinais e respeitar sua particularidade comunicacional. O fato de não alcançar expectativas no atendimento pode ser frustrante para ambos os lados, seja do usuário surdo, seja do profissional da saúde.

Para mudança de paradigma, intervir na formação profissional é primordial, pois o conhecimento da Libras e do sujeito surdo anterior a atuação dos futuros profissionais no serviço contribui com a melhoria da comunicação, relação e estabelecimento de vínculo entre os envolvidos e conseqüentemente, qualidade do cuidado. Por este motivo é fundamental compreender como tem se dado a oferta da disciplina de Libras nas graduações em saúde.

OBJETIVOS

Caracterizar a oferta da disciplina de Libras nos cursos de graduação em saúde das instituições de ensino superior de Porto Velho, Rondônia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa do tipo documental, com abordagem qualitativa, realizada no ano de 2015. Foram analisados planos de ensino de disciplinas de Libras visando compreender como esta se dispõe quanto aos conteúdos, método, referências e avaliação. Para a seleção das instituições de ensino superior foi realizada visita ao sítio e-MEC. Após aplicação dos critérios de inclusão foram selecionadas 4 IES participantes da pesquisa, denominadas como F1, F2, F3 e F4.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam o predomínio de oferta da disciplina como obrigatória, apesar de o Decreto nº 5.626/2005 respaldar a oferta da disciplina em caráter optativo. O único curso cuja oferta da disciplina era optativa não fechava turma desde 2011, o que nos leva a refletir sobre a necessidade da obrigatoriedade da disciplina.

Quanto ao conteúdo, os cursos abordaram temas como surdez, cultura e identidade surda, aspectos linguísticos da Libras e educação de surdos. Por outro lado, não foi verificado nos conteúdos tema que tratasse do uso da Libras no contexto específico de cada profissão da saúde. Esse fato suscita reflexões sobre a escolha dos assuntos a serem tratados na disciplina, tendo em vista que o público atuará no campo da saúde.

As avaliações possuíam caráter teórico e prático, assim como o método, sendo que a parte teórica era ministrada por professor ouvinte e a parte prática era ministrada por professor surdo. A carga horária se mostrou insuficiente para o objetivo da disciplina, sendo que os cursos a apresentaram entre 40 e 60 horas. Pereira (2008) afirma que a disciplina de Libras ofertada nos cursos de graduação possui carga horária insuficiente para cumprir com o conteúdo e instrumentalizar o estudante para um uso competente da língua.

O curso de Fonoaudiologia apresentava carga horária mais extensa, 80 horas Guarinerello *et al* (2013) ao entrevistar estudantes de Fonoaudiologia que haviam cursado a disciplina de Libras, percebeu ser também insuficiente a carga horária destinada. Ressalta-se que as disciplinas dos cursos estudados ofertavam a carga horária de 30, 36, 72, 108, 120 semestrais.

Também não houve possibilidade de continuidade do aprendizado da Libras na graduação por falta de oferta de disciplinas com nível intermediário e avançado. Não houve critério para definição do período de oferta. As referências não trouxeram materiais que discutissem a língua na conjuntura da saúde, com artigos científicos tratando do tema.

Rebouças (2009) reflete a importância da organização da disciplina e da definição do conteúdo ministrado, para aproveitar ao máximo a carga horária que já é reduzida quando comparada a necessidade da disciplina. Então ao mesmo tempo em que a carga horária disposta para a oferta da disciplina é importante, o conteúdo ministrado, a forma como está disciplina está posta e os recursos didáticos também são fundamentais para o seu sucesso.

CONCLUSÃO

O ensino da Libras pode proporcionar desmistificações acerca da Libras, desconstruindo preconceitos e estigmas relacionados à surdez e a pessoa surda. A disciplina de Libras também pode contribuir para a formação integral e humanizada, pois viabiliza reflexão sobre o respeito às diferenças, acessibilidade aos serviços, acolhimento e estabelecimento de vínculo. Porém a disciplina deve ser valorizada e oportunizada com diretrizes quanto a objetivos, conteúdos, método, carga horária, possíveis períodos de oferta, para que essa não somente se apresente como cumprimento de uma exigência em Lei, mas cumpra seu papel social na inclusão da pessoa surda nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n° 10.436/2002, o art. 18 da Lei n° 10.098/2000, e dá outras providências. Brasília, 2005.

GUARINELLO A.C; BERBERIAN A.P; EYNG D.B; FESTA O.S.V; MARQUES J.M.; BORTOLOZZI, K.B. A disciplina de libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia. **Rev CEFAC**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 159-11, mar/abr, 2013.

PEREIRA, T. L. **Os desafios da implementação do ensino de libras no ensino superior.** 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2008.

QUEIROZ, A.P.O; PÁSCOA, F.R.B.; ROCHA, E.N.S.; BARROSO, M.M.; BARBOSA, R.H.; OLIVEIRA, S.K.P. de; LIMA, F.E.T. Jovens com surdez: como está sua saúde? In: SENPE, 16, 2011, Campo Grande. **Anais.** Campo Grande, 2011, p. 1196-1198.

REBOUÇAS, L. **A prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas instituições de ensino superior após o Decreto 5.626/2005.** 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ID 88: PRIMEIRO CONTATO COM A LIBRAS EM FARMÁCIA: A SAÚDE VAI MUITO MAIS ALÉM

Lucas José Sobrinho¹; Monique de Lima Libório^{1,2}; Denise de Souza Ferreira¹
Autor para correspondência: lucasjosesobrinho@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Libras em farmácia; Libras pela primeira vez; Libras acessível para comunicação.

INTRODUÇÃO

Para muitas pessoas, a Libras ainda é algo desconhecido ou em muitos casos não chega a ser tão relevante como deveria ser, no cotidiano corrido acaba passando despercebido o real valor sobre o que é ter conhecimento mesmo que básico da Libras. Tal paradoxo, já que a língua brasileira de sinais é a segunda língua oficial no Brasil, corrobora para uma exclusão social e um déficit na atenção em saúde para com as pessoas surdas. No atual momento do século XXI, as formas de comunicações estão mais facilitadas com inúmeras opções de como fazê-la, seja com alguém em outro continente ou até mesmo com uma pessoa que esteja em nossa frente; a comunicação é uma extensão do contato, propicia a troca de ideias, a comunhão, aprender a se comunicar não deve ser tratada como obrigação e sim como uma forma de comunicabilidade entre grupos, para que os ambientes se tornem mais acessíveis. Deste modo levamos o aprendizado de Libras a partir do primeiro contato, como mais uma ferramenta de comunicação não só apenas para o mundo em nossa volta, mas também para ramos da área da saúde, onde a troca de informações é de suma para garantir que ocorra o atendimento correto, imune de erros. O presente resumo de relatos vivenciados por estudantes de farmácias, na matéria de farmácia social, cuja parte da carga horária foi destinada para obter conhecimentos acerca da LIBRAS, é uma maneira de expressar a importância de se ter uma demanda para oportunizar a comunicação entre a pessoa surda e ouvinte, haja vista que essa parcela social deve ser vista e tratada sem que recaia sobre ela nenhuma forma de discriminação, ao contrário, como alguém que é perfeitamente capaz de agir de modo produtivo e perfeitamente integrada no contexto social.

OBJETIVOS

Nesse sentido, o objetivo geral de discutir essa temática se faz necessária para que, dentro de todas as áreas, sobretudo saúde e educação, haja uma abordagem da importância de se conhecer o básico da língua no intuito de obter a quebra de preconceitos da sociedade enquanto olhar de incapacidade dessa parcela populacional, bem como a inclusão almejada. Além disso, objetivar especificamente através de relatos e convívios com essa realidade são de suma relevância para instigar a procura pelo conhecimento da LIBRAS e refletir as situações de menosprezo no cotidiano social.

DESENVOLVIMENTO

Em vista do contexto de omissão em que a língua brasileira de sinais se encontra faz-se necessário a inserção desta no currículo escolar através de iniciativas das próprias instituições, pois mesmo depois de muitas lutas da comunidade surda e a implantação da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual garante à pessoa surda o direito à educação bilíngue, a inclusão educacional, é notória que se distancia na parte, seja pela própria organização do governo, seja pela própria sociedade civil. Dessa forma, é necessário a disseminação da comunicação em LIBRAS na saúde, exigência também normativa enquanto atendimento diferencial e inclusivo, deve ser fortemente empregada e visualizada nos serviços tanto públicos como privados já que segundo a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, deve haver uma qualificação para a formação e capacitação dos profissionais de saúde e, assim, atendam em uma assistência mais ampla e inclusiva.

A princípio, o primeiro contato com a LIBRAS foi na Universidade Federal do Vale do São Francisco, mais especificamente dentro da grade curricular da disciplina Farmácia Social ministrada pela Prof. Dra. Deuzilane Nunes. Ao disponibilizar o tradutor e intérprete Davi Lima para nos ensinar a língua de modo básico, tivemos a oportunidade, na primeira instância, de presenciar realidades de pessoas com alguma deficiência - o sentindo na pele, Projeto de extensão ofertado pelo Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas - que promoveu reflexões acerca de qual profissional queremos ser. Ao decorrer das aulas, sentimos uma mudança nos olhares para com a LIBRAS o que instigou alguns alunos a querer avançar nessa realidade. Por meio de aulas dinâmicas, apresentações de frases, histórias das representações e por fim um vídeo fechou um, dos diversos ciclos que seguirá a experiência para inclusão dentro da área da saúde e também no meio social do território brasileiro.

CONCLUSÃO

Diante disto, concluímos a imensa importância de se trabalhar esta língua no contexto educacional para que se alcance a total inclusão dos surdos no Brasil, principalmente nos cursos da área de saúde.

Vê-se também, quão grande foi a importância das aulas de Libras para esta turma de Farmácia logo no primeiro semestre, pois uma das grandes contribuições será sem dúvida a formação de profissionais mais inclusivos para que possam prestar um serviço de saúde com qualidade para qualquer pessoa que necessite.

REFERÊNCIAS

Decreto nº 3.298 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Central de Favoritos, 2017. Disponível em: <<https://centraldefavoritos.com.br/2017/10/17/decreto-no-3-298-politica-nacional-para-integracao-da-pessoa-portadora-de-deficiencia/>>. Acesso em: 25, setembro de 2018.

Como fazer referência de site na ABNT em trabalhos acadêmicos. Tecnoblog, 2018. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 25, setembro de 2018.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Portal MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 20, setembro de 2018.

ID 91: DAS BOCAS ÀS MÃOS MEXEDEIRAS: MARCAS CULTURAIS E IDENTITÁRIAS NA LITERATURA SURDA

MAYNARA COSTA DE CAMPOS MOURA¹

Autor para correspondência: maynaracosta@live.com

¹Universidade do Estado da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Surda; Língua de Sinais; Cultura e identidade.

INTRODUÇÃO

Por meio deste estudo buscamos responder à seguinte questão de investigação: como a Literatura surda entremeia as questões de identidade, língua e cultura surda, especificamente, na obra “Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras”? Para fundamentar esse percurso investigativo, esta pesquisa se subsidia nas autoras Lodenir Karnopp (2008), Karin Strobrel (2008), e nos autores Candido (2002), Mourão (2011), Hall (2006), e outros, que tratam sobre a Literatura Surda e seus marcadores identitários e culturais, bem como sobre aspectos literários contemporâneos. Nessa pesquisa, traçamos um percurso histórico da educação de surdos, bem como do reconhecimento da Língua de Sinais no Brasil, apontamos algumas implicações no que se refere às diferentes perspectivas teóricas acerca do conceito de literatura, fazendo um apontamento para as versões contemporâneas de novas produções literárias. Além disso, apresentamos um panorama histórico da literatura surda, e sobretudo refletiremos sobre essa abordagem apresentando como essa produção é constituída – quais as temáticas que norteiam essas obras, por quem e de que forma é produzida, enfim, buscamos teorizar a literatura surda para, então, entender os processos culturais e identitários nela presentes. Por fim, trouxemos as considerações realizadas acerca das questões identitária, culturais e linguísticas envolvidas na produção literária analisada. Dessa forma, discutimos as implicações da Língua de Sinais na obra, considerando a Literatura surda enquanto artefato que possibilita o registro da Libras, que historicamente foi negado. Abordamos a obra enquanto artefato cultural, à luz de Karin Strobel (2008), e como a cultura surda é refletida na narrativa em questão. Outrossim, refletimos as questões identitárias encontradas na obra, abordando os aspectos culturais nela envolvidos e como ela entremeia a questão da identidade surda.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como a Literatura Surda entremeia as questões de identidade, língua e cultura surda.

1. Identificar as marcas linguísticas da Literatura Surda, entendendo a língua como um fator determinante para a consolidação das questões culturais e identitários dos povos surdos;
2. Refletir sobre a Literatura Surda na perspectiva da representatividade, trazendo à tona aspectos identitários das comunidades surdas;

MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico desta pesquisa se inspira nos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa literária, sob a ótica dos Estudos Culturais que considera, na perspectiva da crítica literária, os elementos culturais, históricos, literários e linguísticos que constituem a obra e que produzem representações acerca do ser surdo na contemporaneidade. Para isso, utilizamos como corpus de pesquisa a narrativa “Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras”, escrito por Maria A. Amin de Oliveira, Maria Lúcia Mansur Bomfim de Oliveira e Ozana Vera Giorgini de Carvalho, traduzida

pela pedagoga surda Luciane Rangel e pelo professor ouvinte Luiz Carlos Freitas e gravada em DVD em LIBRAS pelo ator e cinegrafista surdo Nelson Pimenta, numa produção da LSB Vídeo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados apontados nessa pesquisa investigativa foram:

- Contribuição para os estudos literários que conferem uma centralidade aos sujeitos surdos;
- Pode colaborar com a educação de surdos e com o ensino de Literatura Surda na educação básica por colocar em evidência a LIBRAS e a materialidade das experiências surdas, proporcionando discussões que destacam as questões identitárias, culturais e linguísticas do povo surdo;
- Para os estudos surdos a sua relevância está na representação das potencialidades linguísticas, culturais e identitárias expressas na produção literária surda;
- Entendemos que a visão clínica terapêutica sobre os povos surdos acaba por descaracterizar as possibilidades linguísticas, identitárias e culturais desses sujeitos. Essa discussão pôde ser travada por meio da Literatura surda, uma vez que esta apresenta aspectos culturais e experiências surdas.

CONCLUSÃO

O aprofundamento teórico acerca da Literatura Surda e suas representações me possibilitaram o conhecimento mais ampliado a aspectos peculiares das comunidades surdas, além de permitir um olhar investigativo sobre as culturas surdas e identidades surdas. Entendi que quando falamos em cultura surda, falamos de uma diversidade cultural surda, na qual os gostos, profissões, etnias, gênero, etc., são diversos, e o que há de comum são as experiências visuais vividas a partir de uma língua também em comum, a Língua de Sinais. Essa língua pode ser ponto de partida para a construção das identidades surdas, que também são híbridas em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Textos de intervenção; seleção apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades Ed.34, 2002.
- HALL, Stuart. Da diáspora – identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura surda. UFSC: Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.
- LAJOLO, Marisa. O que é literatura. 10. ed. São Paulo. Brasiliense. 1989.
- MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. Literatura surda: produções culturais de surdos em língua de sinais. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. Literatura surda: experiência das mãos literárias. 2016. 287f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- OLIVEIRA, Maria A. Amin; OLIVEIRA, Maria Lúcia Mansur Bomfim de; CARVALHO, Ozana Vera Giorigini de. Um mistério a resolver: O mundo das bocas mexedeiras. Belo Horizonte. Del Rey: 2008.
- STROBEL Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

ID 93: O ENSINO DE LIBRAS NA ÁREA DE SAÚDE APÓS DECRETO 5626/2005: POR QUÊ?

Larissa Silva Rebouças¹

Autor para correspondência: larissasurda@yahoo.com.br

¹Universidade Federal de Sergipe - UFS.

PALAVRAS-CHAVE: Disciplina; IES; Legislação da LIBRAS.

INTRODUÇÃO

Resumo: A regulamentação da disciplina de LIBRAS a partir de decreto 5.626/2005, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm optados pela contratação de docentes ouvintes. Nisto, os docentes surdos não têm sido priorizados, demonstrando que muitos professores ouvintes passaram a ensinar a LIBRAS. Isto acontece porque muitas pessoas surdas não ultrapassaram o nível superior de escolaridade. Entretanto, o decreto estipula a prioridade das pessoas surdas, mesmo aquelas que têm escolaridade de nível médio, mas que têm formação comprovada como instrutores de LIBRAS.

OBJETIVOS

O objetivo deste resumo é conhecer o ensino de LIBRAS nas IES ministrado por docentes ouvintes e surdos, além de levantar a oferta da disciplina LIBRAS em cursos do IES no Brasil

MATERIAIS E MÉTODOS

A coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados qualitativamente dos docentes entrevistados, a maioria dos professores eram ouvintes, e poucos foram os docentes surdos encontrados. O decreto citado, as IES começaram a oferecer esta disciplina, mas passaram a contratar professores ouvintes por não conhecer o perfil profissional de muitos surdos habilitados a ensinar LIBRAS com formação de instrutores ou mesmo de professores graduados e pós-graduados. De fato, as IES não têm contratado docentes surdos, justificando que os surdos não possuem formação acadêmica compatível, além da questão da dificuldade comunicativa e dos custos que decorreriam da contratação de intérpretes. No Brasil começou nova a lei 10.436/2002 reconheceu Língua Brasileira de Sinais. Onde tem igualdades dos surdos, pois têm os métodos diversidades entre os tipos de oralização, comunicação total, bimodalismo x bilinguismo, entre as diferenças de deficiente auditivo e surdo dentro na comunidade e cultura surda. Essa lei, no entanto, não explicou como cursos de pós-graduação para a qualificação de docentes surdos de língua de sinais poderia ocorrer. Depois que o Decreto 5.626/2005, que irá colocar estes docentes devem participar de um curso de graduação na área de línguas - concentração em Língua Brasileira de Sinais. Depois disso, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou o primeiro curso de graduação, oferecendo um grau de "LetrasLibras (licenciatura)". Então, este curso visa à capacitação dos primeiros professores de Língua Brasileira de Sinais, de modo que não seria o aumento do ensino da língua e que a preparação de profissionais

qualificados para que eles pudessem treinar outros profissionais. Ao expandir a política de inclusão e educação de surdos, tornou-se crucial tanto o recrutamento de professores de Libras e da contratação de tradutores e intérpretes de Libras. Além deste curso, em 2006, o exame de proficiência (PROLIBRAS) em Língua Brasileira de Sinais começou, o exame é destinado a certificar os professores de Libras e tradutores e intérpretes. É necessário que as instituições governamentais devem investir na contratação desses profissionais, para que docentes estarão presentes em vários espaços públicos e privados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado se dá através de gráficos, baseados em entrevistas com os professores de LIBRAS e alunos sobre a disciplina LIBRAS na área da saúde.

CONCLUSÃO

Desta forma, a acessibilidade da pessoa surda é garantida e a barreira da comunicação é cortada. Acreditamos que a principal forma de igualdade dos surdos é a conquista de sua autonomia e desenvolvimento de seu potencial também promoverá igualdade e desenvolvimento intelectual e os individuais dos surdos.

REFERÊNCIAS

REBOUÇAS, L.S., Dissertação de Larissa – UFBA, 2009, Salvador-BA.

DIZEU, L. C. T. B; CAPORALI, S.A. A Língua de Sinais Constituindo o Surdo Como Sujeito. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.26, n.91, p.583-597, Mai.-Ago. 2005.

FELIPE, T. LIBRAS EM CONTEXTO, FENEIS, 2002, Rio de Janeiro-RJ.

ID 97: AUTOCONCEITO E HABILIDADES SOCIAIS EM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Junnia Maria Moreira¹; Samara Oliveira Rocha¹; Layla Feitosa Maia Reis¹; Ana Karoline Sarmento da Nóbrega¹; Tereza Ellen da Silva Teles¹; Verônica Maria Neto Lopes¹
Autor para correspondência: junnia.moreira@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco

PALAVRAS-CHAVE: Autoconceito; Treinamento de Habilidades Sociais; Inclusão

INTRODUÇÃO

Um dos processos fundamentais do ciclo vital para todos os indivíduos é a construção do autoconceito, que se refere à percepção que a pessoa possui de si mesma - uma descrição do próprio indivíduo formada a partir de suas experiências e da reação dos outros ao seu comportamento (Bee, 2003). Há numerosos estudos que indicam o envolvimento do autoconceito em diversos fatores, como nos comportamentos pró-sociais, na orientação para os objetivos e na competência social (Coelho, Marchante e Sousa, 2016). Um dos pontos importantes para a formação do autoconceito e ao processo de aprendizagem é a crítica como feedback, já que, toda vez que se critica, contribui-se para o aprimoramento dos conhecimentos e técnicas e, conseqüentemente, do desempenho (Lopes, Del Prette & Del Prettes, 2013). Criticar é parte integrante da comunicação efetiva, e pode ser compreendida como a relação entre o que é feito e dito e a compreensão do impacto causado nas demais pessoas. Para isso, se faz necessário o uso da assertividade, que é definida como classe de habilidades sociais de enfrentamento em ocasiões que requerem habilidades do interlocutor, tais como expressar sentimentos negativos, falar sobre si mesmo, lidar com críticas, entre outros (Lopes e cols., 2013).

Neste contexto, vê-se que é importante que se trabalhe estes processos para que o indivíduo se desenvolva de maneira mais saudável, visto que, como foi apontado anteriormente, perpassa em diversas dimensões da vida, auxiliando no modo como interage consigo e com o mundo ao seu redor.

A pesquisa configurou como uma pesquisa-ação, uma vez que houve interações, participação e estímulos promovidos pelo pesquisador. Conforme destaca (Gil, 2002, p. 56) a pesquisa-ação “supõe uma forma de ação planejada, de caráter social, educacional, técnico ou outro”. À luz da pesquisa bibliográfica, foi possível também uma melhor análise e compreensão dos comportamentos apresentados pelos jovens.

OBJETIVOS

- Desenvolver as habilidades sociais dos adolescentes;
- Discutir os conceitos de feedback, assertividade e autoconceito;
- Construir estratégias para praticar comportamentos assertivos e bons feedbacks e
- Identificar críticas construtivas, destrutivas, comportamentos agressivos, passivos e assertivos em suas relações cotidianas.

DESENVOLVIMENTO

As observações e intervenções foram realizadas em uma das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) de Petrolina, o Centro de Internação Provisória para Adolescentes em Conflito com a Lei (CENIP). Foram realizadas três oficinas, com 13 adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade, do sexo masculino e que estavam detidos no CENIP. As oficinas foram trabalhadas de forma

esquemática: primeiro ocorria uma elucidação teórica do tema, para depois ter uma atividade lúdica, como dinâmicas e brincadeiras. No primeiro encontro, houve a discussão acerca de feedback a partir da exposição dos conceitos de crítica e de dinâmicas. Os participantes demonstraram o aprendizado de maneiras mais eficazes de oferecer feedback. A segunda oficina tratou de assertividade, agressividade e passividade e, novamente, trouxe a exposição teórica do tema pelas facilitadoras, com auxílio de recortes de cenas de filmes e a aplicação de uma dinâmica. Nesta etapa, os participantes demonstraram progressos em identificar e classificar os comportamentos entre agressivos, passivos ou assertivos, tendo maior familiaridade com a agressividade devido às suas histórias pessoais. Trouxeram exemplos próprios de como se comportam em suas relações e demonstraram maior domínio acerca do tema tratado ao final da oficina. A última oficina tratou de autoconceito, ainda se valendo do método de exposição teórica seguida de realização de dinâmica. Assim como demonstrado na análise da demanda da instituição, houve dificuldade por parte dos adolescentes de falar sobre si, elencar coisas que gostam e suas qualidades, o que ficou evidente ao longo dos três encontros.

CONCLUSÃO

A experiência com os adolescentes do CENIP explicitou que falhas no processo do desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo interferem e provocam dificuldades na formação e percepção do autoconceito por parte do indivíduo. Com isso, notou-se a importância de dar e receber feedback, das discussões sobre os tipos de comportamentos (agressivo, passivo, assertivo) e do diálogo sobre a importância do autoconceito. Observou-se que os adolescentes participantes tiveram momentos de reflexões sobre seus comportamentos e a influência que podem ter no seu futuro.

A pesquisa teórica e prática realizada junto aos meninos do CENIP, contribuiu também com os objetivos da instituição, uma vez que tem proporcionado abertura a novos conhecimentos e reflexões aos jovens sobre seu comportamento diante da medida socioeducativa. O trabalho realizado, portanto, contribuiu grandemente para a construção e consolidação de conhecimentos sobre o comportamento humano e condução de grupo, proporcionando aberturas para novas pesquisas e intervenções, sobretudo no âmbito de grupos com comportamentos agressivos.

REFERÊNCIAS

- BEE, H. (2003). Desenvolvimento do Autoconceito e da identidade de papel sexual. In: H. Bee, *A criança em Desenvolvimento* (capítulo 13, pp. 220-230). Porto Alegre: Artmed.
- COELHO, V., & MARCHANTE, M., & SOUSA, V. (2016). O impacto dos programas atitude positiva sobre o autoconceito na infância e adolescência. *Revista de Psicodidática*, 21 (2), 261-280.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.
- LOPES, D. C., PRETTE, Z. A. P. DEL, & PRETTE, A. D. (2013). Recursos multimídia no ensino de habilidades sociais a crianças de baixo rendimento acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 451-458.

ID 100: ESCRITA DE SINAIS E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO A PARTIR DA VIVÊNCIA NA DISCIPLINA DE LIBRAS

Danielle Samara Bandeira Duarte¹; Giovanna Rafaela de Arruda Pereira¹; Marina Mayra de Lima Mota¹; Adriana di Donato Chaves¹

Autor para correspondência: daniellesamaraduarte@hotmail.com

¹Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO PREMIADO COM MENÇÃO HONROSA

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Fonoaudiologia; Escrita de sinais.

INTRODUÇÃO

A capacidade cognitiva de pessoas surdas e ouvintes são idênticas, assim como a necessidade de comunicação para ser sujeito e estar em seu lugar na sociedade. Também nas línguas de sinais, na qualidade de línguas naturais, surgiu a necessidade da escrita. Construir a escrita significa conseguir criar os elementos adequados à expressão das ideias e estabelecer entre eles a relação apropriada que reflita no texto a gramaticidade da língua (STUMPF, 2009).

A escrita de sinais, também conhecida como *SignWriting*, é um sistema linguístico, que reproduz na escrita fielmente dos sinais, inclusive com as expressões faciais e os movimentos do corpo, elementos gramaticais essenciais para a constituição de uma dada língua de sinais e, por esse motivo, eles também são notados (STUMPF, 2008).

O *SignWriting*, desenvolvido na década de 1990, tem sido estudado em diversos países segundo Stumpf (2009). A escrita de sinais ainda não é popular para pessoas fluentes na língua de sinais, surdos ou ouvintes. Lima, Alves e Stumpf (2018) apontam benefícios para a educação de pessoas surdas em relação ao aprendizado da escrita da primeira língua (L1), mesmo para adolescentes com distorção idade/série. Assim, o acesso da escrita da L1 para os aprendizes surdos é fundamental. Todavia, a escrita de sinais ainda é pouco estudada nas disciplinas de Libras, particularmente, nos cursos de Fonoaudiologia.

OBJETIVOS

Relatar a importância do aprendizado da escrita de sinais na disciplina de Libras do curso de Fonoaudiologia da UFPE.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho se configura como um relato de experiência de estudantes do curso de Fonoaudiologia da UFPE. O perfil curricular do referido curso conta com três disciplinas obrigatórias de Libras, com total de 105 horas. O relato consta na vivência desenvolvida em Libras Básica 3 (LB3).

No primeiro dia de aula foi apresentado o Plano de Ensino para discussão e a turma teve uma surpresa ao ver que a Escrita de Sinais estava dentre os assuntos que seriam abordados naquele semestre. A temática não era desconhecida para a turma, pois, já havia sido apresentada pela professora na disciplina anterior, abordando a literatura surda (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2005) e apresentado como tema de seminário feito pelos estudantes do curso. Mas, ter o conteúdo abordado pelo C.M., professor da disciplina Escrita de Sinais do curso de graduação Licenciatura em Letras-Libras da UFPE, foi um privilégio para todos os alunos.

C.M. apresentou a parte teórica do *SignWriting* e como os estudos chegaram ao Brasil. Logo após, apresentou as bases para a notação da Libras. Chegou o momento da parte prática. Havia uma grande ansiedade e curiosidade da parte dos estudantes em aprender esta nova forma de escrita. As atividades foram expostas no quadro e o professor perguntou quem gostaria de respondê-las. Aos poucos, os alunos foram se voluntariando em responder e, dentre muitos risos e elogios do professor, a turma teve muito sucesso, considerando ser essa a primeira experiência com a escrita de sinais.

A aula contou com a presença de uma tradutora e intérprete de Libras, que atua no Núcleo de Acessibilidade da UFPE. Mesmo com apenas 75 horas somadas das disciplinas anteriores, foi gratificante para os estudantes compreenderem parte da apresentação teórica explanada em Libras. Para aumentar o grau de dificuldade, a professora da disciplina solicitou à intérprete para não realizar sua atuação na parte prática da aula. O resultado trouxe imensa satisfação aos novos aprendizes.

Com uma didática impecável, o professor C.M. transmitiu seus conhecimentos acerca da escrita de sinais. No momento livre para perguntas, foi discutido sobre o lugar da notação da língua de sinais na educação de surdos. Ao final, C.M. presenteou a turma com a apresentação de um de seus vídeos declamando poemas de sua autoria com a participação de seu filho. Aplausos sinalizados, muita emoção e imensa gratidão pela oportunidade do acesso a novos conhecimentos. A experiência do aprendizado da escrita de sinais para estudantes do curso de Fonoaudiologia foi inovadora e estimulante, pois permitiu aprofundar os conhecimentos linguísticos da Libras e ampliar as reflexões acerca dos aspectos educacionais e culturais da comunidade surda. Oportunizou, ainda, a ampliação da atuação fonoaudiológica, como é o caso da especialidade da Fonoaudiologia Educacional, na perspectiva da inclusão da pessoa surda no sistema educacional de modo efetivo.

CONCLUSÃO

A experiência das autoras, na qualidade de estudantes do curso de Fonoaudiologia da UFPE revelou a importância da escrita de sinais como L1 na atuação da profissão. Ressalta-se que a ciência Fonoaudiologia, mesmo pertencente à saúde, também atua na educação, sendo de sua competência o estudo e promoção do processo de aquisição da linguagem (CFFa, 2010). Conclui-se que a escrita de sinais é um instrumento de notação fundamental para o desenvolvimento pleno da comunicação da L1 das pessoas surdas. Por isso, faz-se necessário disseminar a escrita de sinais de modo a possibilitar a ampliação do acesso linguístico da pessoa surda como L1.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Resolução CFFa nº 387**, de 18 de setembro de 2010. Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional. Disponível em: <<http://www.fonoaudiologia.org.br/legislacaopdf/res%20387-10%20fono%20educacional.pdf>> Acesso em: set 2018.

HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, Lodenir. **Cinderela Surda**. Canoas: Ulbra, 2003.

LIMA, Marleide Francisco; ALVES, Edneia de Oliveira; STUMPF, Marianne Rossi. Escrita de Sinais: uma proposta para o letramento de surdos em L1. IFMT - Campus Confresa. **Revista Prática Docente**. v. 3, n. 1, p. 140-157, jan/jun 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Escrita de Sinais III**. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. UFSC. Florianópolis, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. **Escrita de Sinais II**. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. UFSC. Florianópolis, 2009.

ID 101: ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES SURDOS - UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Eugênia Lourenço de Souza¹; Ana Maria Alcanfor Soares¹; Bruna Correia Marques¹; Tainan Louise Gomes de Calado Pinheiro¹; Taciana Albuquerque Rafael¹; Rúbia Salete Castro¹

Autor para correspondência: genialourenco@gmail.com

¹Universidade Federal Do Vale Do São Francisco - UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação profissional; Surdos; Psicologia.

INTRODUÇÃO

O processo de Orientação Profissional (OP) aconteceu numa escola localizada na cidade de Petrolina-PE no sertão médio São Francisco. O presente trabalho visou a explorar o campo de Orientação Profissional com alunos surdos, uma vez que, durante os 10 anos de existência do curso de Psicologia da UNIVASF - (Universidade Federal do Vale do São Francisco) a prática nunca foi realizada com este público. Devido à carência de estudos científicos na área, pretende/espera-se que o presente trabalho, além de contribuir para enriquecer o acervo de trabalhos acadêmicos, sirva como um projeto piloto que motive outros profissionais e estudantes de Psicologia a realizar práticas de Orientação Profissional com o público surdo nas escolas para que possam aperfeiçoá-lo e futuramente estender a prática para Orientações de Carreira, minimizando as barreiras existentes. A falta de informação e o preconceito constituem um fator determinante para que a exclusão se mantenha, como é possível verificar nos dados fornecidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - censo 2017. No último censo, no que tange ao mercado de trabalho, os dados apontam para a precariedade do uso da mão de obra da população surda. Profissões com maior número de trabalhadores surdos: auxiliar de escritório, com 6.898 trabalhadores; seguida por alimentador de linha de produção (5.341); assistente administrativo (4.205); faxineiro (3.815); repositor de mercadoria (2.473); almoxarife (1.878); trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (1.314); e operador de máquinas fixas em geral (872). Outras profissões: atuando como engenheiros aeronáuticos são 39 pessoas nessa atividade; advogados, 55; engenheiros agrônomos, 72; cirurgiões dentistas, 21. (BRASIL, 2017). A leitura que se faz desses dados, é a baixa escolaridade da população surda, por questões relativas à acessibilidade, e, principalmente, ao preconceito que sofre qualquer pessoa com deficiência.

OBJETIVOS

A atividade tinha como **objetivo geral** facilitar o autoconhecimento e a reflexão sobre os vários aspectos envolvidos na escolha profissional, a fim de ampliar as possibilidades de inserção na vida acadêmica e/ou no mercado de trabalho. Ademais, como **objetivos específicos**, a fim de alcançar o intento vislumbrado, ressalta-se a) promover o autoconhecimento e reflexão do estudante sobre si; b) proporcionar conhecimento sobre conteúdos pertinentes ao mundo do trabalho; c) sensibilizar acerca das diversas possibilidades existentes de escolha profissional; d) favorecer a aproximação do

estudante com o universo do mercado de trabalho, além de e) apresentar profissionais de diversas áreas para falar sobre suas experiências de escolha profissional, rotina e inserção no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O programa de OP foi estruturado em sete (07) encontros semanais e à pedido dos estudantes, as atividades aconteceram todas as quintas-feiras no horário de 12h às 14h. Este é o horário em que permanecem na escola para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e contou com a parceria de duas profissionais da escola que intérpretes/tradutora da Libras e acompanhamento de uma professora surda que mantém relação de amizade e apoio para com os adolescentes. Para cumprimento dos objetivos levantados, as atividades foram organizadas, respectivamente, em três blocos temáticos e um encontro para feedback e avaliação, principalmente, conforme descrito a seguir: 1) promoção do autoconhecimento (dois encontros); 2) discussão sobre a questão de profissões e gênero (1 encontro); e 3) conhecimento sobre mercado de trabalho e profissões: encontros (3 encontros). No último encontro houve *feedback*, apresentação da Lei de cotas trabalhistas para pessoas com deficiência e o fechamento com uma confraternização.

CONCLUSÃO

Durante a realização da prática, foi identificada a existência de uma barreira na comunicação que dificulta que grande parte desses alunos tenha acesso à informação, não só sobre profissões, mercado de trabalho, mas também sobre diversos contextos sociais e culturais. Com base nisso, observou-se a necessidade de diferenciar a Orientação Profissional para surdos daquelas estruturadas para ouvintes. No tocante às adaptações necessárias sugerimos que a Orientação Profissional seja sistematizada levando em conta a flexibilização do tempo (mais encontros) para a execução da prática. Nesta experiência, percebemos que muitos jovens possuíam um repertório limitado acerca de conteúdos referentes ao mundo do trabalho, de acordo com o esperado para um estudante do Ensino Médio. Outro ponto importante e interveniente nesta questão é a fluência do orientador na língua de sinais e também o repertório dele na cultura da comunidade surda. É importante sinalizar que, o fato de não saber libras, por parte de algumas facilitadoras, não foi um impeditivo para a realização da orientação profissional, apenas houve um certo incômodo por sentirem, em alguns momentos, a necessidade de uma comunicação mais fluida, pois, mesmo com a presença de uma intérprete, alguns conteúdos eram difíceis de serem transmitidos, até porque a intérprete precisa compreender o conteúdo para traduzi-lo da melhor forma, necessitando de mais tempo. Isso colaborou para perceber a urgência e importância de aprender esta língua. Porém, os alunos mostraram-se extremamente compreensivos e acolhedores com as estudantes, de modo que durante o convívio conseguiram aprender o básico para comunicação. Aprender LIBRAS passou a ser uma meta profissional. Vale ressaltar, no entanto, que o pouco ou nenhum conhecimento em LIBRAS, ou seja, a partir da dificuldade sentida na pele mostrou o quanto a maior barreira é a atitudinal e não a falta de habilidade em uma língua.

APOIO

Universidade Federal do Vale do São Francisco; Colegiado de Psicologia; Escola Professora Adelina Almeida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Mais de 79 mil trabalhadores surdos têm carteira assinada no país. Ministério Do Trabalho. 25 de Setembro de 2017. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/5048-mais-de-79-mil-trabalhadores-surdos-tem-carteira-assinada-no-pais>> Acesso em: 23 de setembro de 2018.

ID 103: A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO CLÍNICO NO ATENDIMENTO À PESSOA COM SURDEZ

Jacilene Gomes Almeida Rocha¹; Maria Rita de Oliveira Ferreira¹; Ana Conceição Alves Santiago¹
Autor para correspondência: jacialmeidarocha@gmail.com

¹Faculdade Anísio Teixeira.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação do Psicólogo; Pessoa surda; Inclusão.

INTRODUÇÃO

É crescente as discussões referentes a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência que por muito tempo essas pessoas foram estigmatizadas pela sociedade pelo fato de serem diferentes (JUSTI; ANTUNES; OLIVEIRA, 2015). No entanto, faz-se necessário a inclusão social das pessoas com surdez que enfrentam lutas constantes devido à sua limitação, enfrentam ainda o despreparo da sociedade em prestar serviços através da comunicação não oral (DIZEU; CAPORALI, 2005). Nesse sentido, a psicologia, em uma perspectiva inclusiva propõe a inserção dos sujeitos com algum tipo de deficiência no atendimento psicoterapêutico, tendo como base a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2016) e que visa a igualdade dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à inclusão social e cidadania. Vale ressaltar a importância do olhar diferenciado por parte do profissional nesse tipo de atendimento (MACÊDO, 2017). Dentro desta perspectiva encontram-se os profissionais de psicologia, que outrora foram procurados como estratégia de cura e normalização para a surdez, sendo visualizada pela psicologia nos dias atuais, como uma diferença linguística e cultural, pensando-se nas possibilidades de atendimento mais adequado a essa parcela da população. Ainda assim, grandes desafios se apresentam para estes profissionais, uma vez que a profissão conta com o sigilo como parte de sua ética e contar em seus atendimentos com o auxílio de um intérprete, não permite ao profissional a garantia desse sigilo (Ibidem, 2017). Sendo assim, questiona-se: Quais as limitações e possíveis alcances na atuação do psicólogo clínico à pessoa surda no município de Feira de Santana. A intenção maior é investigar acerca da formação e atuação do psicólogo clínico no atendimento psicoterapêutico do sujeito com surdez, com vistas a preservar o sigilo da sua prática.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar a atuação e formação do psicólogo clínico no atendimento à pessoa com surdez que se comunica por meio de LIBRAS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar a atuação do psicólogo clínico no atendimento à pessoa com surdez;
- Conhecer o processo de formação do profissional de psicologia no atendimento do sujeito surdo;
- Analisar as limitações e alcances para a atuação do psicólogo clínico no atendimento ao sujeito surdo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa a ser realizada é de abordagem qualitativa, a partir de pesquisa de campo, com profissionais e estudantes de psicologia, para que seja possível identificar os profissionais que atendem ou não pessoas com surdez, bem como investigar como se dá a formação do profissional de psicologia para o atendimento a este público. Será realizada ainda uma análise dos currículos de cursos de

psicologia oferecidos na cidade de Feira de Santana, por meio de busca dos mesmos nos sites das instituições fomentadoras dos cursos. Quanto à pesquisa de campo a coleta de dados será realizada por meio entrevista semiestruturada, para que seja possível estabelecer um diálogo com estes participantes. Para a seleção dos profissionais faremos uma divulgação da pesquisa que se dará por meio de comunicado nas clínicas psicológicas da referente cidade. Quanto aos estudantes de psicologia, serão convidados discentes da Faculdade Anísio Teixeira que estejam entre o 6º e 7º semestre, por meio de comunicado no mural e redes sócias da instituição e em salas de aula. Para tanto, torna-se imprescindível dialogar com os seguintes autores: Alves et.al. (2015), Brasil (1987; 2002; 2005; 2015), Macêdo (2017), Perlin (1998), Quadros (2004), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acredita-se que fazendo uma pesquisa acerca da formação e atuação do psicólogo no atendimento psicoterapêutico à pessoas com surdez, poderá ser oferecido à comunidade surda uma visão ampliada no que se refere as suas demandas e um olhar diferenciado para esses sujeitos, salientando os crescentes movimentos inclusivos. Esta pesquisa propõe discutir a atuação e formação do profissional de psicologia, bem como instigar e contribuir com novas fontes de pesquisas para a área de estudo.

CONCLUSÃO

Por fim, espera-se com este estudo, propor uma reflexão dos profissionais de psicologia sobre o atendimento à pessoa surda e os aspectos éticos envolvidos na presença de intérprete no atendimento psicoterapêutico individual, preservando a ética e o sigilo dos mesmos.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais de amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000000084731041220123>>. Acesso em 10 ago. 2018.

JUSTI, Jadson; ANTUNES, Judith Martins; OLIVEIRA, Hildete Xavier de. Reflexões acerca do atendimento ao indivíduo surdo na estratégia saúde da família. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 12. 2015, Curitiba. Anais. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, p. 33.711-33.721. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16442_7400.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

KALATAI, Patricia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Estadual do Centro-Oeste de Irati, 2012.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Caderno Cedes**, vol. 19, n 46. Campinas, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32621998000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MINAYO, M. C. S.; CRUZ NETO, O.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIRET, B. **A consulta psicoterápica com intérprete**: vantagens, dificuldades e limites. [S.l: s.n.], 2007.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ID 104: Práticas Pedagógicas para Educação Bilíngue em Comunidade Surda: IPAESE

Enaura Vespasiano de Assis¹; Aizelic Barrozo de Souza¹; Marta Maria Montes Leão¹; Alanne de Jesus Cruz¹; Mirelli Montes Dias¹; Maria Lucielma¹

Autor para correspondência: enauravespasiano@gmail.com

¹Instituto Pedagógico do Surdo de Sergipe - IPAESE

PALAVRAS-CHAVE: Práticas pedagógicas; Bilinguismo; Comunidade Surda.

INTRODUÇÃO

Ao se tratar de gestão escolar de uma escola bilíngue para surdos, logo pensamos na responsabilidade da formação do aluno, consolidação, interação e cooperação da equipe escolar. Não existe uma receita mágica ou manual que ensine ao gestor como ter sucesso nessa caminhada, é necessário sim, ter a consciência de uma organização que permita que o aluno surdo desenvolva seu conhecimento técnico, cultural e social através do processo saber/aprender, garantindo a conscientização de seus direitos, construção e realizações de ações que efetivam o cotidiano escolar. Toda a equipe escolar precisa estar em harmonia, a organização da gestão é imprescindível no processo de desenvolvimento e crescimento da escola. A equipe docente deve estar preparada e estimulada para trabalhar de forma cooperativa à compartilhar seus conhecimentos nas práticas desenvolvidas em sala de aula, objetivando adaptações e melhorias na qualidade do processo ensino aprendizagem e construções de novas práticas pedagógicas, não bastando somente derrubar barreiras físicas e sociais, se faz necessário um novo olhar para o currículo escolar, desenvolvendo a capacidade crítica, reflexiva, autônoma e independente de cada aluno como indivíduo único, e necessário para o desenvolvimento da comunidade em que faz parte.

OBJETIVOS

Demonstrar como os docentes do IPAESE trabalham os conteúdos das diversas disciplinas abordadas na sala de aula usando materiais pedagógicos. Alunos surdos são muito visuais, o que desafia diariamente os professores a desenvolver a criatividade e usar vários recursos para contribuir para um melhor processo de ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Jogos de encartes, dados e cartelas adaptados tanto pelos sinais da LIBRAS quanto pela intervenção de um mediador bilíngue são utilizados nas aulas de matemática. (Tem fotos);

Materiais de laboratórios, microscópio, tubos de ensaio com substâncias de uso cotidiano, caixa morfológica de moluscos, e materiais moldáveis como massa modelar e bisquit nas aulas de biologia e química. (Tem fotos);

E cartazes ilustrados com conjugação dos verbos idealizados pelos educandos com a mediação da professora de português sobre a compreensão do verdadeiro significado das palavras e o imaginário criativo dos surdos. (Tem Fotos);

CONCLUSÃO

Em uma escola bilíngue sempre haverá desafios para o o gestor em seu cotidiano, cobranças de conteúdos programáticos de escolas ditas regulares e sócio-político de uma sociedade que se transforma e democratiza através do conhecimento globalizado , onde o princípio de igualdade e diversidade deixa de ser uma ideia filosófica e passa a ser uma busca, concepção e concretização de uma educação de qualidade, sendo assim, o gestor deve ser responsável, versátil, dinâmico e ter autonomia na construção da educação bilíngue, mas não deixando de ser uma gestão democrática, responsável e participativa.

APOIO

IPAESE

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. Disponível em: <http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>

CHÂTEAU, J. Acriança e o jogo. São Paulo: Summus, 1987. Tradução de G. de Almeida.

NEVES, Lisandra Olinda Roberto. **O lúdico nas interfaces das relações educativas**. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/ludicoint.htm>.

NUNES, Ana Raphaella Shemany. **O lúdico na aquisição da segunda língua**. Disponível em: http://www.linguaestrageira.pro.br/artigos_papers/_lúdico_línguas.htm.

Eixo III - Saúde, esporte e lazer: pelo acesso em LIBRAS

ID 13: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNDO ENXADRÍSTICO

Adriana Soely André de Souza Melo¹; Maria Isabel Queiroz dos Santos²; João Ferreira Lins Júnior³;
Henrique André de Souza Leite Melo⁴

Autor para correspondência: adrianaestudos2012@hotmail.com

¹Colégio da Polícia Militar Alfredo Vianna - CPM; ²Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde Bolsista de Iniciação Científica UPE-CNPq, integrante do grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre meio ambiente, diversidade e sociedade - GEPT/ UPE-CNPq; ³Academia Juazeirense de Xadrez - AJX; ⁴Faculdade de Educação Superior de Pernambuco – FACESP.

PALAVRAS-CHAVE: Xadrez; Libras; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O diferencial do xadrez é justamente sua capacidade de incluir no mundo enxadrístico todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza, pois é adaptado a colaborar com as pessoas que possuem alguma dificuldade, física ou intelectual, como é o caso do “xadrez às cegas” utilizado por pessoas que não enxergam ou tiveram sua capacidade de visão diminuída por algum motivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seus artigos 26 e 27, aonde trata da promoção dos desportos (BRASIL,1996), afirma que a prática enxadrística é multifacetada, apresentando-se, de acordo com Rockembach (2010), como Atividade Lúdica, Disciplina Desportiva, Expressão Lógico matemática, Manifestação Artística e Ferramenta Pedagógica. Neste sentido, o xadrez é uma das mais democráticas e adaptáveis no recinto escolar, bem como em ambientes que promovam a inclusão social.

O presente trabalho parte de uma análise bibliográfica e documental, onde foram analisados, além do acervo bibliográfico relacionado ao xadrez e a inclusão da Libras no mundo enxadrístico, a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que versa sobre a Língua Brasileira de Sinais. Levando em consideração a dura realidade vivida por pessoas surdas e que possuem dificuldade auditiva, assim como a dificuldade em participar de certos tipos de atividades. No Brasil, a referida língua não é tão valorizada quanto deveria, fator que dificulta a comunicação, já que a maioria das pessoas não sabe se comunicar por sinais. Assim sendo, houve a necessidade de problematizar como a implementação da comunicação em libras no ambiente enxadrístico possibilitando assim, a inclusão social da pessoa surda no jogo de xadrez, bem como em clubes e academias responsáveis pelo acolhimento de todos os interessados no esporte, sem distinção de qualquer natureza.

No entanto, é lógico que se os responsáveis pelas academias e clubes de xadrez não possuírem a habilidade de usar a libras, o diálogo com essas pessoas restará impossível, gerando mais uma barreira para que pratiquem determinados esportes. Sendo assim, o trabalho aqui apresentado tem como objetivos específicos analisar a importância da Língua Brasileira de Sinais para que as pessoas surdas possam ser incluídas no mundo enxadrístico com isso, demonstrar a importância da atenção dada a libras pelos responsáveis por clubes e academias de xadrez, como forma de acolherem a diversidade.

OBJETIVOS

- Analisar a importância da língua Brasileira de Sinais para que as pessoas surdas possam ser incluídas no mundo enxadrístico;
- Apresentar o jogo de xadrez e analisar sua importância para o desenvolvimento do raciocínio lógico e como isso pode ajudar na evolução acadêmica das pessoas surdas;
- Demonstrar a importância da atenção dada a libras pelos responsáveis por clubes e academias de xadrez como forma de acolherem a diversidade.

DESENVOLVIMENTO

A prática do xadrez no Brasil não é atual, depois de décadas da prática do esporte no Brasil, houve a criação da Confederação Brasileira de Xadrez - CBX, ainda no ano de 1924, o que estimulou a prática do esporte e iniciou uma série de competições a nível nacional. Desde então, o país apresenta uma notável cultura enxadrística, onde mensalmente acontecem campeonatos pelo país e algumas escolas já aplicam o xadrez na sala de aula como disciplina curricular. Sem dúvida, o esporte exige um árduo estudo e dedicação, fazendo com que muitos o pratiquem somente como hobby, tendo em vista que não apresenta retorno financeiro compatível com outros esportes.

Os primeiros campeões nacionais de xadrez surgiram a partir de 1927, e desde então, o país tem um crescente índice de campeões em várias categorias.

O xadrez se insere na prática escolar por ser um recurso capaz de corrigir deficiências de cognição, potencializando a aprendizagem (CAVALCANTI, 2010) e por isto é tão importante que todos tenham acesso a esse esporte, caso queiram, possibilitando através de sua prática, a capacidade de ler, calcular e escrever (QUEIROZ, CANUTO, 2016). Segundo Queiroz e Canuto:

O jogo contribui para a aceitação de normas e resultados, formação de caráter, controle emocional, facilidade de expressão, aceitação de novas ideias e diferentes pontos de vista, valores importantes na formação do aluno, auxiliando-o na conscientização sobre suas ações e com isso este aprende a distinção entre o certo e o errado, além de levar estes valores para o seu cotidiano. (Queiroz, Canuto, p.7, 2016).

Por isso é de tal importância a criação da lei 10.436/02 quando se fala em assegurar a um grupo de pessoas, direitos que outras tiveram por toda a vida, como afirma Paulo Victor Cassiano:

A lei 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras e esse reconhecimento traz consequência positivas para a comunidade surda, que passam a ver seus direitos fundamentos sendo desvelados pela população em geral, principalmente para as vivências em locais públicos. (Cassiano, p.5, 2017).

A dificuldade encontrada quando se fala em xadrez e libras é o fato de não existirem tantos clubes e academias de xadrez que atentem à necessidade de se combater qualquer tipo de exclusão. Por isso, ao estudar e desenvolver a língua de libras, o professor de xadrez é capaz de repassar conhecimentos aqueles que não possuem a capacidade de ouvir, ou que tem essa capacidade diminuída por algum motivo. Os autores Cavalcanti (2010) e Queiroz (2016), fundamentam muito bem a importância da inserção do surdo no mundo enxadrístico.

CONCLUSÃO

Como foi visto, a prática do xadrez auxilia na leitura, cálculo e escrita, além de diversas outras qualidades desenvolvidas com o raciocínio lógico. Portanto, é importante que toda pessoa que assim desejar, tenha acesso a locais onde possa, apesar das pequenas diferenças, desenvolver a prática do esporte como qualquer outra pessoa.

Por tudo o que foi visto pode-se concluir que a inserção das pessoas surdas no meio enxadrístico está intimamente ligada a atenção dada aos enxadristas em geral e aos responsáveis por clubes e academias que recebem e orientam os interessados na prática do esporte.

APOIO

Clube de Xadrez CPM Juazeiro; Academia Juazeirense de Xadrez; Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde - Bolsa de Iniciação Científica UPE-CNPq, GEPT/ UPE-CNPq.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 02 nov. 2018. _____. Lei 10.436/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário oficial da união, 24 de abril de 2002. Brasília.

CAVALCANTI, Wanilda Maria Alves, (org) et al. Fundamentos da Educação de surdos. In: Língua Portuguesa e LIBRAS: teorias e práticas. João Pessoa - PB, Editora Universitária da UFPB, 2010.

CASSIANO, Paulo Victor. O surdo e seus direitos: Os dispositivos da lei 10.436 e do decreto 5.626. Edição 21, 2017, ISSN 1982-6842.

QUEIROZ, Danilo J. S; CANUTO, Kleber J. Manual de xadrez em libras/português para surdos: O xadrez como ferramenta de letramento bilíngue. IV CONEDU. 2016.

ROCKEMBACH, Ramon Roberto Barbosa. O Xadrez Escolar e sua Relação com a Satisfação Familiar. Monografia do Curso de Licenciatura em Educação Física. UNISEP/FAED. Dois Vizinhos – PR, 2010.

ID 50: REDES SOCIAIS NO PROTAGONISMO DA PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA SURDOS

EMANOELA BEZERRA DE ARAUJO^{1,2}

Autor para correspondência: enfa.tils.humanizasaude@gmail.com

¹Faculdade Unyleya; ²Instituto Federal de Ensino Pedro II.

PALAVRAS-CHAVE: Rede social; Promoção de Saúde; Pessoas Surdas.

INTRODUÇÃO

Abordar um tema, que envolva tecnologia é antes de mais nada, implícita inovação, levando possibilidades de remodelar e transformar métodos convencionais em algo acessível para todos, com inúmeras ferramentas que contribuem na elaboração e desenvolvimento das informações que se deseja transmitir. Torna-se possível assim, aproximar profissionais com diversas formações no contexto da saúde, com enorme interesse em se apropriar da Língua de Sinais e por outro lado o público que necessita destas informações, mas que na maioria das vezes inacessíveis, em lugares como, postos de saúde, atendimento clínico-hospitalar, emergência, tratamento e prevenção.

Por inúmeras vezes realizou-se, em outros momentos, palestras abordando diversos temas, em Associações de Surdos no município do Rio de Janeiro, mas é perceptível a evasão de surdos nestas associações, que provocou uma problematização necessária a ser solucionada. Onde estão os surdos? De que forma levar informações da saúde aos surdos? Que ferramenta possibilitaria esclarecer as dúvidas relacionadas a saúde e diagnósticos?

Partindo daí, refletiu-se em responder tais questionamentos, foi então que a sensibilidade e o convívio com surdos, permitiu captar todas informações necessárias, um dos objetivos das redes sociais é aproximar e reaproximar, informar, além da mobilidade. Depois destas reflexões tornou possível desenvolver este trabalho.

OBJETIVOS

Encontrar a comunidade surda que utiliza as redes sociais, em seguida traçar as necessidades e ferramentas a serem utilizadas na condução das informações da saúde.

Informar, orientar e esclarecer dúvidas na esfera saúde, realizando enquetes no intuito de aproximar o público e promover interação com a enfermeira, que muitas vezes determina a escolha do vídeo a ser elaborado através destas interações.

Conduzir os profissionais da saúde a uma visão humanista, aproximando-os de relatos anônimos e possibilitando de forma simples a desmistificação de alguns atendimentos.

DESENVOLVIMENTO

Produzir um conteúdo para publicar em redes sociais, hoje em dia é algo muito fácil, com ajuda de aplicativos para edição de vídeos e inserção de legendas, possibilita qualquer pessoa se tornar editor e diretor de gravação do seu próprio material, selecionando os melhores filtros de imagens, criando cenários e etc. Os primeiros vídeos são sempre os mais complexos e os que mais colaboram com o aperfeiçoamento desta prática, graças aos comentários do público necessita dessas informações e entende a preocupação do produtor em passar o conteúdo, então comentam de forma a melhorar essa mensagem.

A utilização da câmera do celular, aplicativo para edição dos vídeos, chroma key, imagens com descrição seja ela produzida ou coletada e fotos de aspectos patológicos que mostrem como diferenciar, como atentar para o aspecto anormal, ainda relatos anônimos transformados em imagens.

Para realização desse conteúdo é imprescindível que seja através da Língua de Sinais, uma comunicação familiar com facilidade de entendimento, algo de fato sem o medo e espanto dos termos médicos.

CONCLUSÃO

O surgimento das novas tecnologias da informação e Comunicação transformou completamente o acesso a diferentes conteúdos, eliminando barreiras físicas e temporais e linguísticas, as novas mídias digitais intensificaram esse processo e possibilitaram a transmissão de uma quantidade infinita de mensagens em tempo real a um público ilimitado.

Concluiu-se a necessidade e aproveitamento em reinventar formatos na promoção de saúde da pessoa surda e a afirmativa de que é possível alcançar o maior número de pessoas, utilizando as redes sociais para que essas promoção e melhoria no acesso a saúde, demolindo e desconstruindo a limitação no acesso as informações relacionadas a saúde, bem como, doação de sangue, transplante, diagnósticos, resultados de exames, entre outros.

A saúde é um assunto sério, que requer conhecimento aprofundado para transmiti-lo, cuidado, respeito, empatia e qualidade na forma de transmitir as informações concernentes a saúde.

A falta de acesso, a incapacitação dos profissionais da saúde, a falta de conhecimento dos termos técnicos pelos profissionais interpretes de língua de sinais, tornam ineficiente toda uma sequência de informações que resulta na incompreensão, dúvida, medo pode conduzir muitas vezes o indivíduo a não buscar ajuda, ou desistir em casos de tratamento, por outro lado gerando um pensamento tendencioso em que os familiares são os responsáveis integralmente pela saúde e tomadas de decisões dos surdos. Forçando os surdos a procurarem informações de saúde com outros surdos, na tentativa de desvencilhar-se do real atendimento de saúde sempre tão complexo e exposto das intimidades.

Foi gratificante receber relatos de profissionais da saúde que perceberam através deste trabalho e de comentários dos surdos o quão é uma problemática a ineficiência de informação passada, comumente pela sociedade e estabelecidos pelos padrões profissionais, nessa página é possível utilizar três formas de comunicação, descrição formal, descrição informal e a utilização de Libras como comunicação. Aproximando dois mundos até hoje destinos, mas que a tecnologia tem mostrado o quão é simples, promover a saúde da pessoa surda através de uma ferramenta mundialmente acessada.

REFERÊNCIAS

CASTELLS M. Galáxia da internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2004.

PACIOS M, CAMPOS CJR, MARTHA AS, BARRA PSC. Os sites de medicina e saúde frente aos princípios éticos da Health on the Net Foundation – HON. Rev. bioét. 2010;18(2):483-96.

TOMAÉL MI, ALCARÁ AR, DI CHIARA IG.t Das redes sociais à inovação. Ci.Inf. 2005;34(2):93-104.

MARTINS, P.H. & FONTES, B. (2004). Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 159 p.

